



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA (UnICEUB)

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

AMANDA FONSECA TEIXEIRA

A EFICÁCIA DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

NAS DECISÕES DO TJDF

BRASÍLIA - DF

2020

AMANDA FONSECA TEIXEIRA

**A EFICÁCIA DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NAS DECISÕES DO TJDFT**

Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica apresentado à Assessoria de Pós-Graduação e Pesquisa pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS.

Orientador: Dr. Ivo Teixeira Gico Jr., Ph.D.

BRASÍLIA - DF

2020

DEDICATÓRIA

Esta pesquisa é dedicada à minha inspiração de todas as manhãs, à razão do meu pulsar mais forte, cujos olhos são tão encantadores que poderia viver de um solstício a outro somente a observá-los. Gustavo Gonçalves, obrigada por me enxergar dia a dia, lado a lado, subindo os degraus do conhecimento, tropeçando em flores e em espinhos. Com você, da minha vida não me perco e dos meus sonhos jamais me esqueço. Me pego pensando no seu sorriso e, descubro de repente, que do dia 10 de dezembro em diante, tudo se resumiria em pensar em você a todo instante. Incrivelmente por você ser tão *sui generis* e por constelar todos os meus dias e horas, amo você!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, meu maior exemplo de perseverança, uma vez que é impossível conhecê-lo e não ser tomada pela vontade incessante de se tornar alguém melhor e agraciada pelo amor infinito, ainda que todo este amor seja incompreensível a nós humanos.

O meu muito obrigada a todos os meus familiares que sempre me apoiaram e depositaram sua confiança em mim, especialmente, *in memoriam*, à minha avó, Raimunda Fonseca, pelo amor incondicional e, ao meu avô, Francisco Fonseca, por todo o apoio, investimento e incentivo à aprendizagem inesgotável.

Agradeço, ainda, à minha mãe, Rachel, que jamais duvidou do meu potencial e da minha capacidade e, à minha tia, Joana, que sempre foi fonte de muita sabedoria e me ensinou a ver o mundo com olhos mais reflexivos.

Além disso, agradeço aos meus primos, Heitor e João Vitor. Aos meus irmãos de coração e de vivência, meu muito obrigada por toda proteção e cuidado. Vocês me ensinaram a confiar em mim mesma e que, pelas melhores óticas, joelhos ralados tornam a vida mais divertida.

Agradeço aos meus amigos, os quais são a família que escolhi para compartilhar meus passos. Vocês me proporcionam a alegria de rir até a barriga doer, mas também permanecem firmes como meus suportes nos dissabores da vida.

Agradeço ao meu orientador, Ivo Gico, por me instigar a enxergar o Direito de forma moderadamente cética, proporcionando-me ceder lugar à metanoia e, ainda, por dedicar indispensavelmente parte de seu tempo à esta pesquisa.

E, finalmente, agradeço à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF) pelo financiamento e incentivo à esta pesquisa, bem como o UniCEUB, pelo ensino de qualidade e excelente corpo docente.

Se existe uma solução para o câncer cujo médico se recusa a operá-lo
Não há razão de ser da solução processual cujo juiz se recusa aplicá-lo
Assim como um médico não deve se recusar a prescrever o remédio apropriado
O operador do direito não pode se abster de tornar o direito mais adequado
E isso só depende de um ilustre magistrado
Sentenciar com precedente consolidado
De modo a germinar um juízo renomado
Assim, tão logo vejo a jurisprudência ser observada
E vem logo ali o direito a ser emancipado
Eis o direito seguramente efetivado

Amanda Fonst

RESUMO

Os embargos de declaração são modalidade específica de recurso, o qual está disciplinado nos arts. 1.022 e ss. do CPC/15, cuja razão de ser é se opor, contra qualquer decisão judicial, especificamente em virtude da existência de vícios resultantes de obscuridade, contradição, omissão e erro material, a fim de que sejam esclarecidos, eliminados, supridos ou corrigidos, a depender do caso. Sucede-se que este recurso foi estudado e analisado no que diz respeito à sua eficácia em decisões prolatadas no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, de modo que, para tanto, procedeu-se ao levantamento de dados na plataforma do 1º grau do PJe, quanto ao não conhecimento ou conhecimento e provimento ou não provimento de ações ajuizadas durante o ano de 2018. Desta maneira, foi estabelecida uma amostra da população por meio de cálculo de amostragem, a fim de obter os diversos cenários processuais possíveis no momento pós-oposição dos embargos. Por fim, constatou-se a proporcionalidade entre a oposição de embargos e a interposição de apelação, quando aqueles são conhecidos e não providos. Além disso, verificou-se se há alguma relação entre o juízo de retratação dos embargos e da apelação. Assim, os resultados corroboram para o entendimento de que os embargos são dotados de média eficácia, em virtude de significativos índices de conhecimento e provimento total ou parcial.

Palavras-Chave: Embargos de declaração. Eficácia. Recursos. Processo Civil. CPC/15. TJDFT.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Número do processo.....	29
Figura 2 – Classe judicial.....	29
Figura 3 – Dados levantados a partir dos processos cíveis.....	33

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Processos ajuizados em 2018.....	30
Gráfico 2 – Relação de processos e embargos de declaração.....	35
Gráfico 3 – Taxas de conhecimento e de não conhecimento.....	37
Gráfico 4 – Taxas de vícios em decisões embargadas.....	38
Gráfico 5 – Cenários pós-conhecimento.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art.	Artigo
CPC/2015 ou CPC	Código de Processo Civil de 2015
Embargos	Embargos de declaração
Inc.	Inciso
PJe	Processo Judicial Eletrônico
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
3. METODOLOGIA	24
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	34
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	51
ANEXO A – PROCESSOS CONSULTADOS	55

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa quanto “A Eficácia dos Embargos de Declaração nas decisões do TJDF” diz respeito à espécie recursal disciplinada no Código de Processo Civil, o qual é utilizado, em processos judiciais, para invocar o magistrado para sanar o vício em decisão, alegado por aquele que o impugna, os quais podem ser referir à contradição, omissão, obscuridade e/ou erro material.

Dessa maneira, com a provocação daquele que tem legitimidade recursal, através da oposição do recurso, surgem os embargos. A partir deste ato, os embargos podem vir a ter o seu mérito apreciado pelo magistrado, o que está diretamente relacionado à eficácia de tal ato processual.

Sucedese que este recurso pode ser apreciado tanto pela primeira quanto pela segunda instância e, por isto, a pesquisa se debruçou quanto à eficácia dos embargos declaratórios apenas no âmbito da primeira instância.

Assim, analisou-se processos judiciais em que houve a oposição de embargos, durante o ano de 2018, para fins de verificação de não conhecimento ou conhecimento e provimento ou não provimento daquele recurso, no âmbito do 1º grau do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).

Diante disto, poder-se-ia relacionar a eficácia dos embargos com a eficácia da sentença? Se os embargos não produzem os efeitos, legalmente previstos, como de sanar a obscuridade ou eliminar contradição, a eficácia da sentença fica limitada. Por isso, não satisfaz inteiramente a pretensão do autor, caso sua demanda seja julgada procedente ou, ainda, por outro lado, caso seja dada como improcedente, não atende à expectativa do réu. Sendo assim, nota-se a incapacidade de produção de resultados restando contida pela falha do juiz ao proferi-la.

Nesse sentido, a pesquisa quanto à eficácia dos embargos de declaração se justifica como meio apto para se averiguar a funcionalidade desse denominado meio recursal, tendo-se como base a conformação e atual estrutura do Poder Judiciário. Posto isso, é válido questionar-se sobre o porquê das partes possuírem interesse em interpor embargos de declaração e, quando o fazem, qual a eficácia deste remédio processual.

Para tanto, além da pesquisa quantitativa e qualitativa, procedeu-se à consulta de diversos doutrinadores brasileiros a respeito do tema, tais como Fredie Didier Jr., Bueno, Câmara, Gico, Arake, Nery Júnior, Cunha, Barbosa Moreira e outros. De modo que, a maioria deles são reconhecidos nacionalmente pela propriedade e são referência no processo civil no País.

Em que pese a existência de diversos artigos e escritos a respeito dos embargos de declaração, esta pesquisa qualitativa, desta espécie recursal, é pioneira e sem precedentes. Por isso, é inovadora e imprescindível para o melhor conhecimento a respeito dos embargos.

Ademais, do que se trata a eficácia de tal instituto? Os embargos declaratórios devem, necessariamente, serem acolhido para serem eficazes? Ou em qual hipótese ter-se-ia embargos conhecidos e não providos, mas dotados de eficácia?

Diante do exposto, a pesquisa foi impulsionada por um grande objetivo principal ou geral, qual seja: averiguar a quantidade de embargos de declaração que foram opostos no ano de 2018, bem como a proporcionalidade entre o não conhecimento ou conhecimento e provimento ou não provimento, para fins de se constatar a eficácia daquele recurso. Além disso, a pesquisa objetivou explicar o vínculo existente entre o juízo de retratação nos embargos declaratórios e na apelação.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os embargos de declaração ou embargos declaratórios se referem a um tipo de recurso, utilizado em processos judiciais, apto a invocar o juiz, ou o tribunal, para que se esclareça determinada questão ou aspecto de uma decisão proferida quando há alguma dúvida, contradição, omissão, obscuridade e até mesmo erro material.

Este instrumento jurídico era legalmente previsto desde o CPC/1973, em seu art. 496, inc. IV. Do mesmo modo, o art.1.022 do Código de Processo Civil de 2015 também o prevê e, inclusive, está elencando no rol taxativo dos recursos – no art. 994 – , constando expressamente em seu inc. IV. Por esta razão, há a faculdade da parte de lhe opor perante qualquer decisão judicial.

Nesse sentido, o recurso é compreendido como um meio hábil para impugnar determinada decisão, a fim de que esta seja reexaminada pela mesma autoridade judiciária ou, até mesmo, por outra de hierarquia superior. Dessa forma, por não terem natureza de ação, não constituem nova relação jurídica e, assim:

(...) esse remédio voluntário surge dentro do mesmo processo em que foi proferida a decisão impugnada. Esta é uma das características essenciais dos recursos, capaz de distingui-los das “ações autônomas de impugnação”, como a “ação rescisória”. O recurso, ao contrário da “ação autônoma de impugnação”, não dá origem ao aparecimento de um novo processo, sendo, em verdade, um incidente do mesmo processo em que prolatado o pronunciamento impugnado.¹

Por seu turno, José Carlos Barbosa Moreira explicita que o recurso é o remédio idôneo, dotado de voluntariedade, que visa a reforma, a invalidação, o esclarecimento ou a integração judicial da decisão ora impugnada dentro de um mesmo processo.²

Os recursos, conjuntamente às ações autônomas de impugnação e aos sucedâneos recursais, compõem o denominado “sistema dos meios de impugnação das decisões”. Dessa maneira, a ação autônoma de impugnação diz respeito à origem de

¹ CÂMARA, A. **Lições de Direito Processual Civil**. 23ª ed. São Paulo: Atlas. 2014, p. 60.

² BARBOSA MOREIRA, José Carlos. **Comentários ao Código de Processo Civil**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

novo processo e, neste ponto, diverge dos recursos. O objetivo desta ação é reformar ou anular determinada decisão judicial. A título de exemplo, cita-se a ação rescisória.³

Por outro lado, os sucedâneos recursais são o meio de impugnação residual, uma vez que toda e qualquer forma que não pertencer à categoria de recursos nem de ações autônomas de impugnação, inserir-se-á na espécie dos sucedâneos recursais, tal como, por exemplo, a remessa necessária.⁴

Ante o exposto, verifica-se que os embargos de declaração pertencem à categoria relativa aos recursos, tratando-se de recurso de fundamentação vinculada, o qual é dirigido ao órgão prolator da decisão, cujo julgamento lhe compete.

Além disso, o prazo para a interposição do recurso é de 5 (cinco) dias, conforme o art. 1.023 do CPC, o qual determina que ele deve ser oposto em petição dirigida ao juiz, indicando, necessariamente, a sua hipótese de cabimento. Do mesmo modo, o art. 1.024 dispõe que o juiz deverá julgá-lo em 5 (cinco) dias.

Cabe ao embargante, nas suas razões, alegar a existência de omissão, obscuridade, ou contradição. A simples alegação já é suficiente para que os embargos sejam conhecidos. Se efetivamente houve ou não a omissão, a obscuridade ou a contradição, aí a questão passa a ser de mérito recursal, sendo hipótese de acolhimento ou de rejeição. Se, entretanto, a parte não alega sequer uma omissão, uma obscuridade, nem uma contradição, o caso é de não conhecimento dos embargos. Nesse sentido, entende o Superior Tribunal de Justiça que não cabem embargos de declaração quando a parte cinge-se a postular reconsideração da decisão, ajuizando, na verdade, um pedido de reconsideração, sob o rótulo ou com o nome de embargos de declaração.⁵

Sendo assim, em conformidade com o art. 1.022 do CPC, há quatro hipóteses que permitem a interposição do remédio “embargos de declaração”, que são: esclarecer obscuridade ou eliminar contradição (inc. I), suprir omissão de ponto ou questão sobre

³ A ação rescisória é o remédio jurídico hábil a impugnar sentença transitada em julgado e, encontra previsão nos arts. 966 e seguintes do CPC/15. Sendo assim, por visar o desfazimento de decisão judicial já transitada em julgado, é dotada de caráter desconstitutivo.

⁴ A remessa necessária está prevista no art. 496 do CPC/15 e é a exigência legal para se conferir eficácia a determinadas sentenças, pressupondo-se, para tanto, que determinadas decisões sejam confirmadas pelo Tribunal, ainda que não impugnadas mediante interposição de recurso.

⁵ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Acórdão da 1ª Turma do STJ, AgRg no AREsp 187.507/MG**, rel. Min Arnaldo Esteves Lima, j. 13/11/2012, DJe 23/11/2012. No mesmo sentido: acórdão da 2ª Turma do STJ, REsp 1.214.060/PR, rel. Herman Benjamin, j. 23/11/2010, DJe 4/2/2011.

o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento (inc. II) e, inclusive, a fim de corrigir erro material (inc. III).

No que concerne aos vícios, verifica-se que a obscuridade se dá em virtude da má redação e, por isso, há ausência de clareza na decisão judicial prolatada, de tal modo que se compromete o entendimento e, conseqüentemente, o alcance da decisão.

Além disso, o recurso pode visar sanar alguma controvérsia gerada pela presença de conclusões não compatíveis entre si, ou seja, “a contradição é a presença de conclusões inconciliáveis entre si na decisão”⁶. A omissão, por sua vez, ocorre pela ausência de ponto ou questão indispensável e, portanto, relevante, a qual o juiz estaria vinculado à manifestação, seja de ofício, seja por requerimento das partes.

Assim, Câmara esclarece que, em verdade, às hipóteses de obscuridade e contradição são designadas o esclarecimento da decisão judicial e, sendo caso de omissão, a destinação dos embargos é de integrar a decisão que se impugna.⁷

No que concerne à hipótese de cabimento para correção de erro material, cuida-se de uma nova previsão, a qual foi inserida pelo CPC/2015, visto que o Código anterior só previa sua interposição nas três primeiras hipóteses supracitadas, apesar de se tratar de causa já admitida pela doutrina e jurisprudência antes do novo Código.⁸

Dessarte, o erro material pode ser compreendido como um equívoco ou imprecisão, o qual se reporta a pontos ou aspectos objetivos, tais como erros de digitação, cálculo errôneo, troca de nomes e inexistência de palavras.

Posto isto, com a oposição dos embargos de declaração, surge o juízo de retratação, que permite ao magistrado a correção de possível equívoco por meio do julgamento do mérito dos embargos de declaração, desde que, para tanto, os requisitos intrínsecos sejam atendidos.

⁶ BUENO, C. S. **Curso sistematizado de direito processual civil: recursos, processos e incidentes nos tribunais, sucedâneos recursais, técnicas de controle das decisões jurisdicionais**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

⁷ CÂMARA, A. **Lições de Direito Processual Civil**. 23ª ed. São Paulo: Atlas. 2014.

⁸ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **EDcl no AREsp 511369 / RS**, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Órgão Julgador: Terceira Turma, j. em 14/09/2015.

Inclusive, em eventual interposição de apelação – recurso com finalidade específica e diversa da dos embargos de declaração –, surge também o juízo de retratação, tratando-se de recurso que possui a finalidade principal de impugnar a decisão ora recorrida.

Por sua vez, a apelação consta no mesmo rol dos embargos de declaração (art. 994, inc. I do CPC/15), uma vez que ambos são recursos. Sucede-se que, diferentemente dos embargos, a apelação é tida como recurso por excelência, o qual é cabível contra a sentença, com o objetivo de promover a sua reforma ou invalidação, conforme art. 1.006 do referido Código.

Com esta possibilidade, surge o juízo de retratação, que corresponde à oportunidade conferida ao magistrado de rever parcial ou totalmente a decisão impugnada, por conveniência e oportunidade, o que corresponde às razões de mérito e, ainda, por razões de legalidade.

Dessa forma, o juízo de retratação é dotado de efeito regressivo e teve sua hipótese de cabimento ampliada e, desse modo, passou a caber em três possibilidades: para atacar sentença de indeferimento⁹ ou improcedência liminar da petição inicial¹⁰ e, ainda, para sentenças extintas sem resolução do mérito, ou seja, terminativas.

Em breve síntese, no que diz respeito às sentenças, cabe ressaltar a distinção entre suas classificações, quais sejam: sentenças processuais e sentenças de mérito. A primeira diz respeito àquela que é fundada nas hipóteses do art. 485 do CPC/15, sendo também denominada de sentença terminativa, uma vez que não há resolução do mérito relativo ao litígio.

Já a segunda classificação refere-se àquelas fundadas no art. 487 do referido Código, a qual é assim denominada por pôr definitivamente fim à lide e, por esta razão, há resolução de mérito.

⁹ Cita-se, como exemplo, de petição inicial que pode ensejar sentença de indeferimento da petição a propositura de ação rescisória perante sentença homologatória, uma vez que, para se promover a rescisão, deve-se tratar de sentença de mérito. Além disso, as hipóteses de indeferimento da petição inicial são aquelas previstas no art. 330 do CPC/15.

¹⁰ As causas que ensejam a improcedência liminar do pedido estão elencadas no art. 332 do CPC/15, de modo que, a título de exemplo, cita-se o pedido que contrariar enunciado de súmula do STF ou STJ.

Posto isto, pode-se definir o juízo de retratação como a possibilidade juridicamente conferida ao juiz, a fim de alterar a decisão que reputou como adequada anteriormente, tendo como fundamento a argumentação manifestada pela parte.

Por outro lado, assim como o CPC/1973, o CPC vigente prevê a regra da inalterabilidade da sentença, conforme o art. 494 do novo Código. Tal regra prima pela segurança jurídica, estabelecendo que, uma vez publicada a sentença, o juiz não pode mais modificá-la, a não ser pelas hipóteses legais, dentre as quais se cita a alteração em virtude de oposição de embargos declaratórios, conforme inc. II do supracitado artigo e Código.

Entretanto, a regra permite exceções tais como nas hipóteses de retratação de sentença que indefere a petição inicial (art. 331) e aquela que julga pela improcedência liminar do pedido (art. 332). Assim, o novo diploma processual assegura o exercício do juízo de retratação nos casos elencados no art. 485 do Código.¹¹

Já quanto à possibilidade de cabimento dos embargos perante sentenças, sabe-se que o referido recurso se trata de uma espécie recursal que é cabível contra qualquer decisão judicial, desde que presente as hipóteses de cabimento legalmente previstas.

Nesse sentido, Cassio Scarpinella Bueno assevera que a ideia de que só é cabível em sentença não é de entendimento unânime na jurisprudência e doutrina e, por isso, afirma que o posicionamento majoritário é de que os embargos são cabíveis diante de qualquer decisão jurisdicional, sejam sentenças, decisões interlocutórias, acórdãos e decisões monocráticas proferidas em tribunais. Ademais, o autor afirma que esse recurso possui íntima relação com o princípio da motivação:¹²

É correto o entendimento que relaciona os embargos de declaração ao “princípio da motivação” (art. 93, IX, da Constituição Federal) porque, de acordo com o “modelo constitucional do direito processual civil”, todos têm direito a que a prestação jurisdicional seja não só completa, mas também clara e inteligível, viabilizando, com isto, não só a apaziguação social desejada para a controvérsia levada à solução perante o Poder Judiciário mas também a possibilidade de as partes e eventuais terceiros saberem, de antemão, e com segurança, o alcance da decisão proferida em seu favor ou contra, até

¹¹ Conforme o § 7º do art. 485, interposta a apelação, em qualquer dos casos de que tratam os incisos deste artigo, o juiz terá 5 (cinco) dias para retratar-se.

¹² BUENO, C. S. **Curso sistematizado de direito processual civil: recursos, processos e incidentes nos tribunais, sucedâneos recursais, técnicas de controle das decisões jurisdicionais**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

mesmo para verificar a existência de interesse recursal visando à sua reforma ou anulação.¹³

Nota-se que os recursos possuem várias funções, tais como prevenir erros, uniformizar, satisfazer a necessidade humana de uma segunda opinião e, ainda, ressalta-se a possibilidade de reexame de decisões, sendo um direito conferido àqueles que possuem legitimidade.¹⁴

Posto isto, destaca-se que o reexame das decisões jurisdicionais é viabilizado pela existência de órgãos pertencentes ao Poder Judiciário, os quais são dotados de poder decisório e, situados em diferentes níveis hierárquicos. Assim sendo, a lide levada ao Poder Judiciário para apreciação pode ser resumida processualmente, consoante Arake e Gico, da seguinte forma:

De forma esquemática, o primeiro contato, a instrução e o julgamento de um caso são realizados por um juiz singular, o qual conduzirá o processo com o auxílio dos advogados das partes. Ao final, o juiz decidirá a questão em uma sentença (art. 203/CPC), com ou sem resolução do mérito (arts. 485 e 487/CPC). Dessa decisão cabe recurso da parte que sucumbir, parcial ou integralmente, para o tribunal que, por sua vez, é formado por colegiados, denominados turmas, cujos magistrados integrantes são chamados desembargadores. Portanto, enquanto a decisão de 1ª instância é singular, a decisão de 2ª instância é, em geral, coletiva.¹⁵

Neste sentido, nota-se que os embargos declaratórios são uma das modalidades recursais que podem ser opostas tanto perante a primeira instância, quanto a segunda, a depender do magistrado que prolatou a decisão a ser impugnada.

Sucedese que a doutrina também se ocupa dos estudos quanto aos efeitos dos embargos. Inicialmente, verifica-se a presença do efeito devolutivo no recurso em análise. O efeito devolutivo diz respeito à devolução da matéria impugnada ao órgão prolator da decisão ou, ainda, um que lhe seja hierarquicamente superior. Os embargos declaratórios, por sua vez, são dotados desse efeito, o qual impede a preclusão da

¹³ BUENO, C. S. **Curso sistematizado de direito processual civil: recursos, processos e incidentes nos tribunais, sucedâneos recursais, técnicas de controle das decisões jurisdicionais**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

¹⁴ Ver o art. 996 do CPC.

¹⁵ GICO JR., Ivo Teixeira; ARAKE, Henrique Haruki. **Taxa de recorribilidade, taxa de reversibilidade e eficiência judicial**. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, Santa Maria, RS, v. 14, n.1, e31820, jan./abr. 2019. ISSN 1981-3694. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/31820>>. Acesso em: 3 de jul. 2020, p. 5.

decisão embargada. Entretanto, há doutrinadores que afirmam que esse efeito não está presente nos embargos.¹⁶

De outro modo, Fredie Didier. Jr. sustenta a tese pela presença do efeito devolutivo nos embargos:

Deve-se considerar; então, que o efeito devolutivo decorre da interposição de qualquer recurso, equivalendo a um efeito de transferência da matéria ou de renovação do julgamento para *outro* ou para o *mesmo* órgão julgador. Significa que os embargos de declaração, como já se acentuou, contêm efeito devolutivo. Caso não houvesse efeito devolutivo nos embargos declaratórios, a sua interposição não obstaría a preclusão da decisão embargada. De fato, “também como decorrência do efeito devolutivo, a interposição dos embargos de declaração obsta a formação da coisa julgada ou à preclusão da decisão recorrida.”¹⁷

Ainda quanto ao efeito devolutivo, em contraposição à divergência doutrinária, verifica-se a unanimidade quanto à presença do efeito suspensivo nos embargos declaratórios. Compreende-se, assim, em consonância ao entendimento de Nery Júnior, que tal efeito não resulta da interposição do recurso, porém da mera recorribilidade da decisão.¹⁸

Por isso, com a interposição dos embargos de declaração, a efetividade da decisão é obstada, ou seja, adiada. Nessa perspectiva, Leonardo Carneiro da Cunha sustenta que:

Em razão do efeito suspensivo, a execução do julgado não se efetiva até que se julgue o recurso interposto. Em outras palavras, a interposição do recurso estende o efeito suspensivo até o seu julgamento pelo tribunal, não podendo, neste intervalo, surtir efeitos a decisão recorrida, nem ser executada provisoriamente. Havendo recurso com efeito suspensivo, não se possibilita a execução provisória do julgado.¹⁹

¹⁶ MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Comentários ao Código de Processo Civil**. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994, vol. 5, n. 143, p. 230-231; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Os efeitos dos Recursos. Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis**. Nelson Nery Jr. e Teresa Arruda Alvim Wambier (coord.). São Paulo: RT, 2002, p. 31.

¹⁷ DIDIER JR., F.; CARNEIRO DA CUNHA, L. **Curso de Direito Processual Civil: Meios de Impugnação às Decisões Judiciais e Processo nos Tribunais**. 12ª ed. Salvador: JusPODIVM, 2014, p. 180.

¹⁸ NERY JÚNIOR, Nelson. **Princípios fundamentais – teoria geral dos recursos**. 3ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1996, p. 375.

¹⁹ CUNHA, Leonardo José Carneiro da. **Meios Processuais para concessão de efeito suspensivo a recurso que não o tem. Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e de outros meios de impugnação às decisões judiciais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005, n.p.

Portanto, se uma decisão é impugnada mediante embargos declaratórios e estes são conhecidos e providos, ter-se-ia a eficácia desse meio de impugnação?

Conforme previsão do *caput* do art. 1.024, os embargos serão julgados no prazo de 5 (cinco) dias contados da sua oposição e, sendo assim, a princípio, não há contraditório. Entretanto, caso confira-se efeitos modificativos aos embargos, a jurisprudência compreende pela imprescindibilidade do contraditório²⁰. Nessa perspectiva:

Acontece, porém, que do julgamento dos embargos pode advir alteração da decisão embargada. De fato, ao suprir uma omissão, eliminar uma contradição, esclarecer uma obscuridade ou corrigir um erro material, o juiz ou tribunal poderá, conseqüentemente, alterar a decisão embargada. Nesse caso, diz-se que os embargos têm efeitos modificativos ou infringentes²¹.

Tendo em vista a inobservância ao contraditório, em um embargo que é conhecido e acolhido, o qual gera modificação da decisão anteriormente prolatada, pode-se afirmar que a eficácia desse recurso estaria garantida nessa hipótese?

O acolhimento de determinado embargo de declaração deve gerar à parte satisfação ao seu ônus de recorrer e, ainda, propiciar-lhe segurança jurídica, o que não ocorre se houver um *erro in procedendo* decorrente da inobservância do contraditório, visto que tal vício na decisão, que acolhe o recurso, é passível de anulação, o que restaria por comprometer a eficácia dos embargos.

Como anteriormente visto, a tempestiva oposição de embargos tem o ânimo de promover a interrupção do prazo para interposição dos demais meios de impugnação. Desta forma, a doutrina indaga-se quanto à utilização dos embargos declaratórios com o intuito protelatório ou, em outras palavras, de procrastinação. Esse intuito protelatório decorre da intenção de se obter, de má-fé, o adiamento do implemento dos efeitos da decisão ou, ainda, maior prazo para impugnação de outros

20 “A atribuição de efeitos modificativos aos Embargos de Declaração reclama a intimação prévia do embargado para apresentar impugnação, sob pena de ofensa aos postulados constitucionais do contraditório e da ampla defesa” (STJ, 3ª T., AgRg n REsp n. 1.157.052/PI, Rel. Min. João Otávio de Noronha, j. em 18.06.2013, publicado no DJe de 27.06.2013).

21 DIDIER JR., F.; CARNEIRO DA CUNHA, L. **Curso de Direito Processual Civil: Meios de Impugnação às Decisões Judiciais e Processo nos Tribunais**. 12ª ed. Salvador: JusPODIVM, 2014, p. 198.

recursos, tendo em vista o efeito de interrupção do prazo, já anteriormente mencionado.

Os embargos de declaração permitem que o juiz altere a sentença com a finalidade de corrigir o equívoco, desde que as partes, ao constatar o vício, o invoquem tempestivamente para fazê-lo. Nesse sentido, com a provocação das partes através da interposição do recurso, convém-se verificar qual a eficácia de tal ato processual.

O Dicionário Jurídico da Academia Brasileira de Letras Jurídicas define eficácia como o substantivo feminino que diz respeito à “propriedade que tem um ato ou fato para produzir o resultado desejado”.²²

Já o Dicionário Michaelis, apresenta cinco significados à eficácia: “atributo ou qualidade do que é eficaz”; “qualidade do que produz o resultado esperado; infalibilidade, segurança, validade”; “capacidade de impressionar, de causar impacto; força, poder, valência”; “capacidade de resolver problemas ou realizar atos específicos; aptidão, competência, produtividade e; “qualidade do que é aplicável; aplicabilidade, valia”.²³

Diante disso, nota-se que, neste presente estudo, a eficácia pode ser compreendida como a capacidade ou aptidão dos embargos de declaração de invocar a manifestação do juízo competente, para rever a decisão impugnada, com conseqüente manifestação favorável no sentido de sanar os vícios alegados pela parte.

Ademais, pode-se relacionar a eficácia dos embargos com a eficácia da sentença. Se os embargos não produzem os efeitos, legalmente previstos, como de sanar a obscuridade ou eliminar contradição, a eficácia da sentença fica limitada. Por isso, não satisfaz inteiramente a pretensão do autor, caso sua demanda seja julgada procedente ou, ainda, por outro lado, caso seja dada como improcedente, não atende à expectativa do réu. Sendo assim, nota-se a incapacidade de produção de resultados restando contida pela falha do juiz ao proferi-la.

²² ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS JURÍDICAS. **Dicionário Jurídico**. Organização J. M. Othon Sidou ...[et.al]. - 11. ed., rev. e atual. - Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 237.

²³ MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Eficácia. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/efic%C3%A1cia/>>. Acesso em: 3 de jul. 2020.

A fim de eliminar tal problema, surge o ônus daquele que se vê insatisfeito com tal decisão de impugná-la por meio de um recurso e, em específico, através dos embargos de declaração. Torna-se, nesse caso, conveniente destacar a diferença existente entre “dever” e “ônus”. O dever diz respeito à satisfação de interesse alheio, de outrem, quer lhe seja legal ou moralmente imposto, de tal modo que o seu descumprimento acarreta uma sanção. Por outro lado, o ônus se trata de satisfação de interesse próprio, cuja inobservância, no caso dos recursos, acarreta preclusão, que significa a impossibilidade de exercer a faculdade juridicamente conferida às partes de impugnar determinada decisão.

No âmbito de um litígio a revisão de uma decisão judicial por um colegiado não é obrigatória, sendo lícito à parte sucumbente conformar-se com o resultado desfavorável e com as eventuais consequências dali decorrentes. É possível, portanto, que a parte sucumbente prefira que o processo se encerre imediatamente, do que recorrer com relação ao tópico no qual a decisão lhe foi desfavorável. É possível, ainda, que a parte recorrente prefira desistir do recurso interposto antes de seu julgamento, momento em que a sentença transitará em julgado. Essa decisão não está condicionada à aceitação da parte recorrida – art. 998 e 999 do CPC.²⁴

Assim, resta evidente que a revisão de uma decisão é resultado do mero exercício da faculdade legalmente conferida aos legitimados de se opor parcial ou totalmente a uma dada decisão.

A pesquisa quanto à eficácia dos embargos de declaração se justifica como meio apto para se averiguar a funcionalidade desse denominado meio recursal, tendo-se como base a conformação e atual estrutura do Poder Judiciário.

Inclusive, este projeto guarda intrínseca relação com a pesquisa elaborada por Arake e Gico, a qual tem seguinte título: “Taxa de recorribilidade, taxa de reversibilidade e eficiência judicial”. Através dos estudos dessas taxas, o artigo buscou explorar a dinâmica processual do TJDFT e indicar remédios para a prestação do serviço jurisdicional. Os autores sustentam, ainda, que a disponibilização das mencionadas

²⁴ GICO JR., Ivo Teixeira; ARAKE, Henrique Haruki. **Taxa de recorribilidade, taxa de reversibilidade e eficiência judicial**. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, Santa Maria, RS, v. 14, n.1, e31820, jan./abr. 2019. ISSN 1981-3694. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/31820>>. Acesso em: 3 de jul. de 2020, p. 10.

taxas permitirá a transparência do Poder Judiciário e, conseqüentemente, o controle social.²⁵

Posto isso, é válido questionar-se sobre o porquê de as partes possuírem interesse em interpor embargos de declaração e, quando o fazem, qual a eficácia deste remédio processual.

²⁵ GICO JR., Ivo Teixeira; ARAKE, Henrique Haruki. **Taxa de recorribilidade, taxa de reversibilidade e eficiência judicial**. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, Santa Maria, RS, v. 14, n.1, e31820, jan./abr. 2019. ISSN 1981-3694. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/31820>>. Acesso em: 3 de jul. de 2020, p. 10.

3. METODOLOGIA

A metodologia científica é uma ferramenta indispensável à construção de conhecimentos acadêmicos de qualidade. Assim, Maia afirma que a iniciação científica é o “instrumento de apoio teórico e metodológico à realização de um projeto de pesquisa e constitui um canal adequado de auxílio para a formação de uma nova mentalidade do aluno, que de simples repetidores, passam a criadores”.²⁶

Por tais motivos, a metodologia científica foi fundamental para o desenvolvimento desta produção científica. De modo que, inicialmente, esta pesquisa é tipificada como de natureza básica, uma vez que se trata de pesquisa original cuja finalidade é expandir os conhecimentos quanto aos embargos de declaração no que diz respeito à sua eficácia, a fim de contribuir para o pensamento científico a respeito do tema.

Assim sendo, Schwartzman afirma que a pesquisa básica é aquela que concentra, além de conhecimento, informações que podem subsidiar aplicados ou resultados acadêmicos importantes e relevantes, ainda que não os faça diretamente.²⁷

Posto isto, dado que o objetivo central da pesquisa era investigar a modalidade específica de um recurso – isto é, os embargos de declaração –, quantificou-se a relação entre a interposição daquele recurso e o seu conhecimento ou não conhecimento, além de quantificar a relação entre os embargos conhecidos e providos ou não providos. Assim, nota-se que se trata de uma pesquisa eminentemente quantitativa.

Sucedeu-se que, para investigação destes dados, demandou-se análises qualitativas, de modo a ainda verificar a eficácia da espécie recursal, bem como a análise quanto à existência de alguma relação entre o juízo de retratação dos embargos de declaração em outro tipo de recurso, qual seja, a apelação. Nesse sentido, tem-se que:

²⁶ MAIA, Rosane Tolentino. **A importância da disciplina de metodologia científica no desenvolvimento de produções acadêmicas de qualidade no nível superior.** Revista Urutágua. -Revista acadêmica multidisciplinar, nº 14 – dez. 07/jan./fev./mar. 2008 – Quadrimestral – Maringá - Paraná -Brasil -ISSN 1519.6178 Departamento de Ciências Sociais -Universidade Estadual de Maringá (DCS/UEM). Disponível em: < <http://www.urutagua.uem.br/014/14maia.htm> >. Acesso em: 15 set. 2019.

²⁷ SCHWARTZMAN, Simon. **Pesquisa acadêmica, pesquisa básica e pesquisa aplicada em duas comunidades científicas.** Schwartzman, 1979. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/a_cad_ap.htm>. Acesso em: 15 de jun. 2020.

(...) os dados quantitativos não falam por si, necessitam sempre de análises qualitativas para sua compreensão e interpretação, conforme a hipótese do trabalho. Portanto, sempre que possível deve-se optar pelo uso de múltiplos enfoques para a produção de um conhecimento jurídico cientificamente aceitável.²⁸

Por estas razões, para produção de conhecimento jurídico aprofundado e específico, a pesquisa valeu-se das abordagens quantitativas e qualitativas.

Já no que concerne aos procedimentos técnicos utilizados, trata-se de pesquisa documental e de levantamento. A utilização do método documental é justificável em virtude dos processos analisados serem documentados, o que se fez através do Processo Judicial Eletrônico (PJe) – atual plataforma digital do Poder Judiciário no Brasil. Desse modo, como os processos analisados foram registrados e tramitaram eletronicamente, a pesquisa foi mais completa e eficiente.

Através da análise documental, verificou-se a incidência do recurso de embargos de declaração no período de 2018 nos processos do TJDFT e, paralelamente, o levantamento de dados permitiu a quantificação entre os processos.

Desta maneira, tais atos processuais foram observados e levantados, o que permitiu a definição e quantificação da eficácia recursal dos embargos declaratórios. Para tanto, pressupôs-se a realização de uma pesquisa de campo e a utilização de um método hipotético-dedutivo:

A pesquisa científica, com abordagem hipotético-dedutiva, inicia-se com a formulação de um problema e com sua descrição clara e precisa, a fim de facilitar a obtenção de um modelo simplificado e a identificação de outros conhecimentos e instrumentos, relevantes ao problema, que auxiliarão o pesquisador em seu trabalho. Após esse estudo preparatório, o pesquisador passa para a fase de observação. Na verdade, essa é a fase de teste do modelo simplificado. É uma fase metódica em que é observado determinado aspecto do universo, objeto da pesquisa. A fase seguinte é a formulação de hipóteses ou descrições-tentativa, consistentes com o que foi observado. Essas hipóteses são utilizadas para fazer prognósticos, os quais serão comprovados ou não por meio de testes, experimentos ou observações mais detalhadas. Em função dos resultados desses testes, as hipóteses podem ser

²⁸ GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; LARA, Mariana Alves; COSTA, Mila Batista Leite Corrêa da. **Pesquisa quantitativa na produção de conhecimento jurídico**. Revista da Faculdade de Direito da UFMG, [S.l.], n. 60, p. 291-316, jul. 2012. ISSN 1984-1841. Disponível em: <<https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/P.0304-2340.2012v60p291/169>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

modificadas, dando início a um novo ciclo, até que não haja discrepâncias entre a teoria (ou o modelo) e os experimentos e/ou observações.²⁹

Posto isto, passe-se à fonte de informação, a qual é de campo, uma vez que o ambiente em que o fenômeno foi analisado e estudado trata-se do mundo jurídico, mais especificamente, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), um órgão brasileiro pertencente ao Poder Judiciário do Distrito Federal e, eventualmente, de territórios federais que possam ser criados.

Assim sendo, a análise de processos judiciais quanto ao não conhecimento ou conhecimento e provimento ou não provimento dos embargos de declaração deu-se no âmbito do 1º grau do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), de modo que a relação de interposição e proporcionalidade de provimento e desprovimento foram quantificadas através de uma planilha, o que será oportunamente detalhado.

Para consultar os autos dos processos eletrônicos, utilizou-se o navegador do Processo Judicial Eletrônico (PJe) do TJDFT³⁰, “um sistema de tramitação de processos judiciais cujo objetivo é atender às necessidades dos diversos segmentos do Poder Judiciário brasileiro”³¹, dentre as quais a Justiça Comum Estadual. Dessa maneira, o navegador foi idealizado para manutenção de um sistema processual judicial eletrônico habilitado para a prática de atos processuais pelos advogados, pelas partes e, até mesmo pelos magistrados, além dos demais envolvidos na relação processual. Assim, viabiliza-se o acesso aos autos do processo, a qualquer momento e em qualquer lugar, o que tem o condão de gerar maior eficiência à prestação jurisdicional no que diz respeito à razoável duração do processo³².

²⁹ PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas – 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013, p.32;

³⁰ Ao acessar o site “<https://pje.tjdft.jus.br/pje/>”, o navegador do PJe pode ser acessado por aqueles que possuem um certificado digital ou cadastro de senha no sistema.

³¹ PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO. **O projeto**. Disponível em: <https://www.pje.jus.br/wiki/index.php/P%C3%A1gina_principal>. Acesso em: 21 de fev. 2020.

³² A razoável duração do processo é um princípio fundamental e, por isto, é dotado de *status* constitucional, encontrando previsão no inc. LXXVIII do art. 5º da CRFB/88. Este princípio tem por objetivo assegurar que o processo tenha uma durabilidade razoável, de modo a garantir a celeridade de sua tramitação, a fim de cumprir a prestação jurisdicional de forma eficiente.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios foi fundado em 21 de abril de 1960, tem sede na capital federal e jurisdição em todo o território distrital, de modo que:

A Justiça do DF é composta por duas instâncias ou dois graus de jurisdição. O chamado primeiro grau compõe-se de Juizes de Direito e Juizes de Direito Substitutos e compreende as Circunscrições Judiciárias e suas respectivas varas. É na primeira instância que os magistrados analisam e julgam uma ação apresentada à Justiça do DF. Já a segunda instância é composta por desembargadores que têm a função de reexaminar as decisões proferidas na primeira instância, quando submetidas à sua apreciação. Porém há determinadas ações que, em razão da matéria, são examinadas diretamente na segunda instância.³³

Assim sendo, os processos analisados por esta pesquisa são aqueles que tramitaram perante a primeira instância e, por isto, o navegador utilizado foi o do 1º grau e, não o do 2º grau, o qual corresponde à segunda instância.

A primeira instância é composta por juizes de direito titulares e substitutos, os quais possuem competência nas circunscrições judiciárias, as quais totalizam, neste ano de 2020, vinte circunscrições, de modo que para cada fórum corresponde uma circunscrição judiciária³⁴, com exceção da circunscrição judiciária de Brasília, que possui quatro fóruns. Há, ainda, as Turmas Recursais dos Juizados Especiais do Distrito Federal, que são a 1ª, 2ª e 3ª Turma Recursal e, por fim, a Turma de Uniformização.³⁵

Por sua vez, a região administrativa que não possui fórum tem o acesso à prestação jurisdicional garantido por fórum localizado em outra região próxima.³⁶

Tem-se, posto isto, que os critérios utilizados para a realização da pesquisa foram inseridos, no PJe, através da aba de pesquisas relativas aos processos. Nela, pôde-se inserir os filtros que classificam os resultados das pesquisas, que são: nome da parte; outros nomes/alcunha; nome do representante; CPF ou CNPJ; número do processo; processo referência (numeração única ou livre); assunto; classe judicial; número do

³³ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. **Carta de Serviços**. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/carta-de-servicos/conhecendo-o-tjdft>>. Acesso em: 21 de fev. 2020.

³⁴ A circunscrição judiciária pode ser compreendida como uma maneira de delimitar o território, a fim de definir a área onde o magistrado tem competência para exercer sua autoridade.

³⁵ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. **Composição da 1ª Instância**. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/composicao/1a-instancia>>. Acesso em: 21 de fev. 2020.

³⁶ Ver as Resoluções 004/2008, 13/2009, 14/2010, 002/2012 e 003/2016; Portaria Conjunta 52/2008 e Portaria GPR 393/2016 do TJDF.

documento; OAB (000000 A UF); jurisdição; data de autuação (data de início e/ou data final); valor da causa (de x até x); movimento processual e, por fim, filtros criminais.

Ocorre que, o número do processo utilizado na plataforma do PJe do 1º grau do TJDFT é padronizado, conforme a Resolução 65/2008 do Conselho Nacional de Justiça, de modo que o padrão estabelecido foi de NNNNNNN-DD.AAAA.JTR.OOOO³⁷. Assim sendo, a Justiça dos Estados e do Distrito Federal são representadas pelo número 8 (oito)³⁸ e, o TJDFT é representado pela numeração “07”, conforme a seguinte tabela elaborada por Ito:³⁹

NNNNNNN-DD.AAAA.JTR.OOOO		
CAMPO	ALGARISMOS	DESCRIÇÃO
NNNNNNN	7	Identifica o número sequencial dado pela vara ou juízo de origem. Deve ser reiniciado a cada ano.
DD	2	É o dígito verificador que autentica a validade da numeração.
AAAA	4	Identifica o ano de início do processo.
J	1	Identifica o ramo da Justiça.
TR	2	Identifica o Tribunal.
OOOO	4	Identifica a vara originária do processo.
Fonte: Ito (2019).		

Dado que a pesquisa tem enfoque processual civil e, visava analisar processos ajuizados somente no ano de 2018, inseriu-se o filtro anual referente ao número do processo e, na classe judicial, utilizou-se o termo “procedimento comum cível”.

³⁷ CNJ. **Resolução 65, de 16 de dezembro de 2008**. Art. 1º Fica instituída a numeração única de processos no âmbito do Poder Judiciário, observada a estrutura NNNNNNN-DD.AAAA.JTR.OOOO, composta de 6 (seis) campos obrigatórios, nos termos da tabela padronizada constante nos Anexos I a VII desta Resolução. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/dl/resolucao-65-cnj.pdf>>. Acesso em: 20 de fev. 2020.

³⁸ CNJ. **Resolução 65, de 16 de dezembro de 2008**. Art 1º (..), § 4º O campo (J), com 1 (um) dígito, identifica o órgão ou segmento do Poder Judiciário, observada a seguinte correspondência: (..) VII – Justiça dos Estados e do Distrito Federal e Territórios: 8 (oito).

³⁹ Esta tabela foi extraída do site “<https://www.conjur.com.br/2009-jan-23/cnj-define-padrao-numeraca-o-processos-todos-tribunais>”.

Por esta razão, ao acessar a página, do PJe do Tribunal (<https://pje.tjdft.jus.br/>), para realizar a pesquisa, os campos referentes ao ramo da justiça e do tribunal já se encontram previamente preenchidos e, neste caso, apenas foi inserido o ano de início do processo, isto é, de 2018:

Figura 1 – Número do processo



A imagem mostra a interface de usuário do sistema PJe. No topo, há uma barra azul com o logotipo 'PJe' e o texto 'Consulta processos'. Abaixo, o campo 'Número do processo' é exibido com uma grade de entrada. O primeiro campo está vazio, o segundo também está vazio, o terceiro contém '2018', o quarto contém '8' e o quinto contém '07'.

Fonte: PJe (2019).

Já o segundo filtro foi inserido na aba correspondente à classe judicial, a fim de delimitar os resultados à área cível cujos processos tramitam segundo os ditames do procedimento comum, a fim de excluir os demais ramos jurídicos, tal como o penal e, ainda, para que a pesquisa não retornasse processos cuja tramitação está vinculada aos procedimentos especiais cíveis, conforme se segue:

Figura 2 – Classe judicial



A imagem mostra a interface de usuário do sistema PJe. No topo, há uma barra azul com o logotipo 'PJe' e o texto 'Consulta processos'. Abaixo, o campo 'Classe judicial' é exibido com uma caixa de seleção. O texto 'PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL' está selecionado e exibido na caixa.

Fonte: PJe (2019).

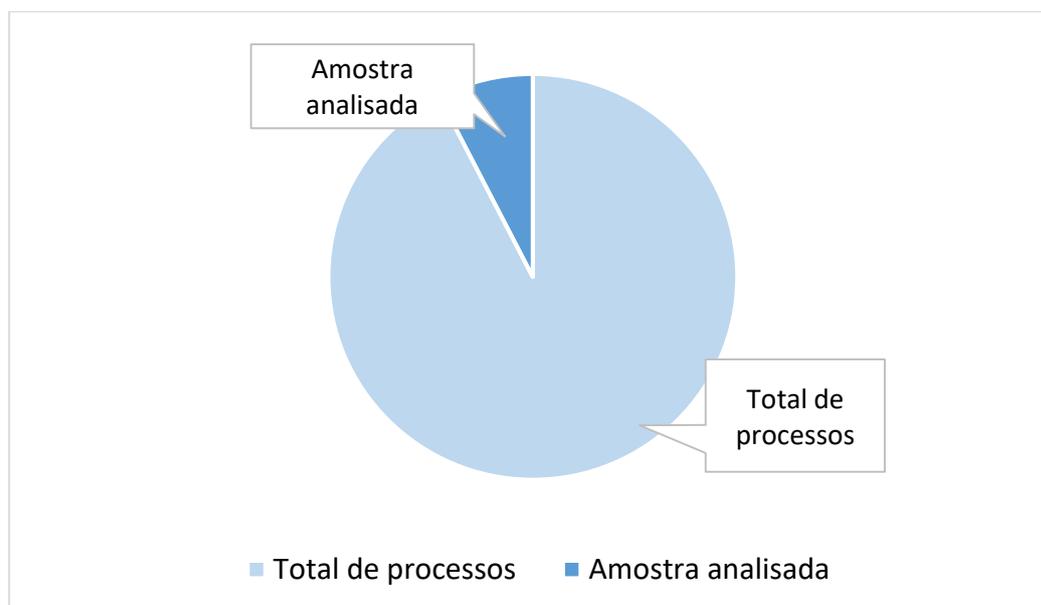
Após a inserção destes filtros, a pesquisa obteve 26.925 (vinte e seis mil e novecentos e vinte e cinco) processos correspondentes aos filtros acima mencionados, ora aplicados. Significa dizer que havia, em 15/09/2019, aquela quantidade de processos que foram iniciados, no ano de 2018, tramitando sob o rito do procedimento comum cível.

Com a aplicação destes filtros, foram verificadas a existência ou não de decisões interlocutórias e/ou sentenças, bem como a presença de embargos declaratórios em face às mesmas por meio da consulta aos autos de cada processo.

Assim, estabeleceu-se uma amostra de 2.205 (dois mil e duzentos e cinco) processos, os quais atendem aos critérios previamente definidos nesta pesquisa. Para tanto, esta amostra foi selecionada conforme os processos são apresentados na plataforma do 1º grau do PJe do TJDF, ou seja, em ordem cronológica. Isto significa que, após aplicar os filtros mencionados, analisou-se processos desde a página 1 (um) até a página 111 (cento e onze), o que perfaz o total de 2.205 (dois mil e duzentos e cinco) processos, uma vez que, por página, são exibidos 20 (vinte) processos.

Nesse sentido, a amostra pode ser visualizada em relação ao todo conforme o seguinte gráfico:

Gráfico 1 – Processos ajuizados em 2018



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Desta maneira, obteve-se um nível de confiança de 95% (noventa e cinco por cento) de que a amostra representa precisamente a população total, isto é, de que os dados obtidos na amostra de 2.205 (dois mil e duzentos e cinco) processos correspondem aos 26.925 (vinte e seis mil e novecentos e vinte e cinco) processos que tramitaram ao longo do ano de 2018.

A amostra, por sua vez, possui uma margem de erro, a qual expressa de forma quantitativa o erro amostral nos resultados obtidos na pesquisa, que foi de 2% (dois por cento). Kiehl, por sua vez, afirma que “quanto maior a margem de erro, menor a confiança dos resultados de uma pesquisa serem próximos dos valores reais para toda população”⁴⁰.

Por esta razão, estabeleceu-se uma amostra cuja margem de erro fosse pequena, isto é, de apenas 2% (dois por cento), a fim de aumentar as chances de que os valores obtidos na pesquisa são bem próximos dos valores reais representativos de toda a população, isto é, de que os resultados obtidos a partir da análise dos 2.205 (dois mil e duzentos e cinco) processos correspondem aos 26.925 (vinte e seis mil e novecentos e vinte e cinco) totais, isto é, à população global.

Ressalta-se que, para estabelecer a amostra, os dados foram submetidos à técnica matemática a partir da coleta de dados. Dessa maneira, de uma maneira geral, Popper explana o seguinte:

(...) tal como a pesquisa experimental, os estudos de campo quantitativos guiam-se por um modelo de pesquisa onde o pesquisador parte de quadros conceituais de referência tão bem estruturados quanto possível, a partir dos quais formula hipóteses sobre os fenômenos e situações que quer estudar. Uma lista de consequências é então deduzida das hipóteses. A coleta de dados enfatizará números (ou informações conversíveis em números) que permitam verificar a ocorrência ou não das consequências, e daí então a aceitação (ainda que provisória) ou não das hipóteses. Os dados são analisados com apoio da Estatística (inclusive multivariada) ou outras técnicas matemáticas. Também, os tradicionais levantamentos de dados são o exemplo clássico do estudo de campo quantitativo.⁴¹

Os referidos valores foram obtidos através da seguinte fórmula⁴²:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1-p)}{(N-1) \cdot e^2 + Z^2 \cdot p \cdot (1-p)}$$

⁴⁰ KIEHL, Luiz Fernando. **O Tamanho da Amostra na Pesquisa de Mercado**. R. Adm. Emp., Rio de Janeiro, 10(4): 205-216, out./dez. 1970 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v10n4/v10n4a10.pdf>>. Acesso em: 23 de fev. 2020.

⁴¹ POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1972, p. 75.

⁴² NETQUEST. **Qual o tamanho da amostra que preciso?** Disponível em: <<https://www.netquest.com/blog/br/blog/br/qual-e-o-tamanho-de-amostra-que-preciso>>. Acesso em: 24 de fev. 2020.

Onde:

$n = 2.205$ (quantidade de processos da amostra);

$N = 26.925$ (tamanho da população, isto é, quantidade total de processos);

$Z = 1,96$ (refere-se ao desvio do valor médio aceitado para alcançar o nível de confiança desejado⁴³);

$e = 2\%$ (margem de erro da pesquisa);

$p = 50\%$ (proporção esperada).

Este cálculo de amostragem proporcionou maior eficiência à pesquisa, tendo-se em vista que a população, i. e., os processos autuados em 2018 foram numerosos. Saraiva, por sua vez, pontua:

A verdade é que, **especialmente em pesquisas relacionadas a populações muito grandes, não se analisa a população inteira, mas apenas uma parcela dela, chamada de amostra.** Essa amostra é escolhida com um tamanho suficiente para que o comportamento dela possa ser uma boa aproximação ou estimativa para o comportamento da população inteira, isto é, a amostra precisa ser representativa da população (**grifo meu**).⁴⁴

Isto significa dizer que, se em 25% (vinte e cinco por cento) dos processos analisados houve a oposição de embargos, tendo sido conhecidos e providos, a margem de erro é de 2% (dois por cento) para mais ou para menos, ou seja, o intervalo percentual de decisões embargadas deve estar entre 23% (vinte e três por cento) e 27% (vinte e sete por cento), tendo o nível de confiança de 95% (noventa e cinco por cento).

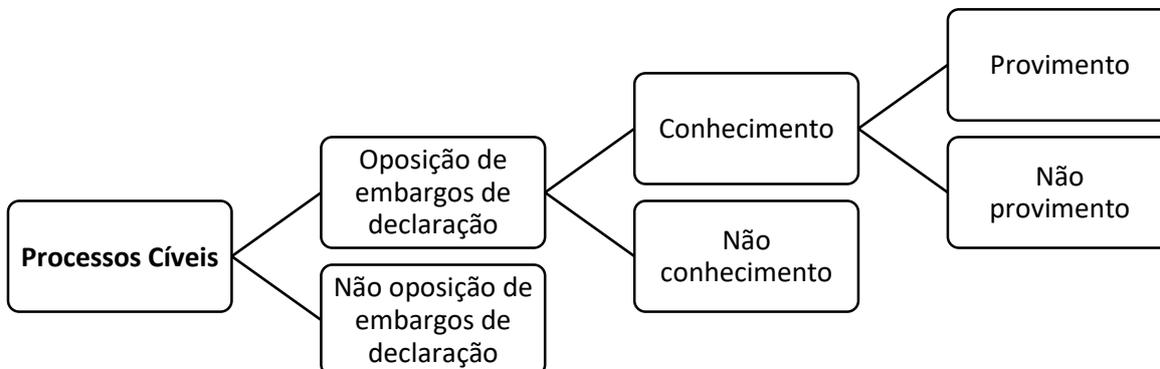
Assim sendo, pode-se inferir que a pesquisa é dotada de alto grau de confiança, de modo que, se a pesquisa for realizada novamente com diferentes amostras, isto é, se processos distintos dos utilizados na atual amostra forem analisados, em 95% (noventa e cinco por cento) das vezes, o valor verdadeiro estará compreendido na margem de erro e, em apenas 5% (cinco por cento) das vezes, estará fora.

⁴³ Uma vez que o nível de confiança desta pesquisa é de 95% (noventa e cinco por cento), o desvio do valor médio é de 5% (cinco por cento).

⁴⁴ SARAIVA, Fernando. **Tamanho da Amostra e Erro Amostral**. Disponível em: <<https://www.solucx.com.br/blog/erro-amostal-e-tamanho-da-amostra-por-que-isso-importa/>>. Acesso em: 21 de fev. 2020.

Neste sentido, os dados obtidos foram registrados em uma planilha para, após o levantamento, quantificá-los assim como previstos no projeto:

Figura 3 – Dados levantados a partir dos processos cíveis



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Verificou-se, assim, qual o índice de utilização do recurso em estudo⁴⁵, bem como seus efeitos processuais aplicáveis, quais sejam: não conhecimento e/ou conhecimento e provimento ou não provimento, a partir do número de processos ajuizados no ano de 2018.

Diante de todo o exposto, nota-se que a pesquisa acadêmica observou e cumpriu as exigências relativas à metodologia científica, tratando-se, em resumo, de pesquisa científica cujo objeto de estudo refere-se à eficácia dos embargos de declaração nas decisões do TJDF, no âmbito do primeiro grau do referido tribunal, cujas ações foram ajuizadas em 2018. Dessa forma, tais decisões foram acessadas por meio da plataforma digital utilizada pelo Poder Judiciário, qual seja: o Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Conclui-se, assim, que a pesquisa é de natureza básica, de abordagem hipotético-dedutiva, cujos procedimentos técnicos utilizados foram a pesquisa documental e o levantamento de dados por meio da análise quantitativa e qualitativa dos cálculos de amostragem, cujo nível de confiança é de 95% (noventa e cinco por cento). Posto isso, promover-se-á os estudos quanto aos resultados e discussões.

⁴⁵ A utilização do recurso pode ser compreendida como a oposição de embargos de declaração.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa tinha por finalidade analisar a oposição ou não de embargos de declaração nos processos ajuizados no ano de 2018, bem como o seu não conhecimento ou conhecimento e provimento ou não provimento, todos no âmbito do 1º grau do PJe do TJDF. Assim, foram localizados 26.925 (vinte e seis mil e novecentos e vinte e cinco) processos correspondentes aos filtros a seguir mencionados.

Dessa maneira, diante do enfoque processual civil da pesquisa, os filtros utilizados foram, na classe judicial, o termo “procedimento comum cível” e, na numeração única, preencheu-se o espaço “AAAA” correspondente ao ano de início do processo, com o ano “2018”.

Dos 26.925 (vinte e seis mil e novecentos e vinte e cinco) foi estabelecido a amostra de 2.205 (dois mil e duzentos e cinco) processos, conforme ordem cronológica. Significa que, após inserção dos filtros supracitados, procedeu-se à análise de processos desde a página 1 (um) até a página 111 (cento e onze), de modo que, por página, eram exibidos 20 (vinte) processos.

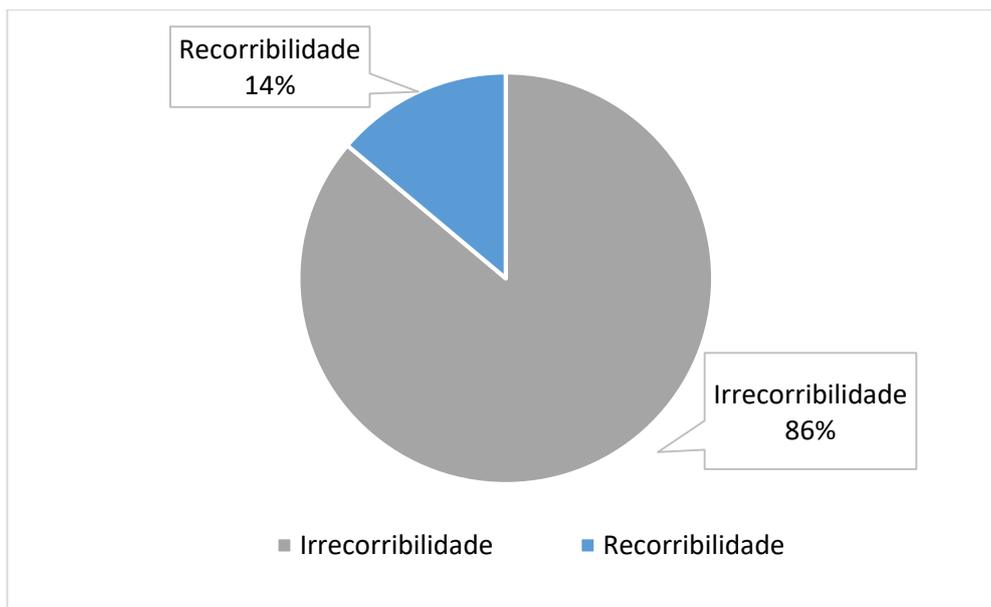
Posto isto, os autos de cada um dos 2.205 (dois mil e duzentos e cinco) processos foram consultados, de modo que se tomou nota da numeração do processo; do órgão julgador; da existência ou não de oposição de embargos de declaração; fundamento que originou a oposição (isto é, qual vício que foi alegado pela parte que justificou os embargos); bem como o conhecimento; e, por fim, conforme “Anexo A”.

Verificou-se, assim, qual o índice de utilização do recurso em estudo, bem como seus efeitos processuais aplicáveis, de modo que, constatou-se a incidência de oposição dos embargos através do supracitado cálculo de amostragem.⁴⁶

Posto isto, dos 26.925 (vinte e seis mil e novecentos e vinte e cinco) processos, houve a oposição de embargos em sua minoria, conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 2 – Relação de processos e embargos de declaração

⁴⁶ A fórmula pode ser consultada na página 29.



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Assim, pode-se afirmar que, tratando-se de embargos de declaração, a taxa de recorribilidade dos processos cíveis do TJDFT no ano de 2018, relativamente ao primeiro grau, é de 14% (quatorze por cento). Significa dizer que, das decisões prolatadas em processos iniciados em 2018, apenas em 14% (quatorze por cento) dos processos houve a oposição de embargos.

Nota-se que a maioria das decisões não são embargadas, dado que, a cada 10 processos, em apenas aproximadamente 1,4 daqueles há oposição do referido recurso. Significa que, na grande maioria dos casos, não é constada a existência de vícios sanáveis pela via de embargos em sentenças ou decisões interlocutórias. Isto porque, em 86% (oitenta e seis por cento) das decisões prolatadas no âmbito do TJDFT, não houve contradição, omissão, obscuridade ou erro material embargadas pelo respectivo recurso.

Por esta razão, sob o enfoque processual civil, pode-se inferir que as decisões proferidas no âmbito do supracitado Tribunal têm observado os elementos essenciais da sentença, previstos no art. 489 do CPC/15, quais sejam: o relatório, os fundamentos e o dispositivo.

A título de exemplo, tem-se a situação em que, no dispositivo, em uma ação de indenização por danos morais e materiais, o juiz julga procedente o pedido de indenização por danos morais mas, em que pese na fundamentação ter argumentado

quanto ao cabimento de indenização tanto por danos materiais quanto por danos morais, foi silente no dispositivo quanto aos danos materiais e, assim, julgou procedente apenas o pedido de indenização por danos morais.

Trata-se, nesta hipótese, de situação em que há o vício de omissão, uma vez que o dispositivo, isto é, um dos elementos essenciais da sentença, está incompleto, posto que o juiz julgou procedente o pedido de reparação a título de danos morais, mas não se manifestou quanto à procedência quanto aos danos materiais.

Assim sendo, seria cabível oposição de embargos face à supracitada sentença, com fundamento no art. 1.022, inc. II, do CPC/15, em virtude da omissão. Por outro lado, neste mesmo caso, se ao argumentar, na fundamentação da sentença, quanto ao cabimento de danos morais e, no dispositivo, julgasse improcedente o pedido, tratar-se-ia, em verdade, de contradição, vício que também é impugnável via embargos.

Sucedese que, após a oposição dos embargos diante de sentença ou decisão interlocutória, o magistrado deverá conhecer ou não conhecer o recurso, de modo que este conhecimento está condicionado à observância dos requisitos de admissibilidade por parte daquele que opôs tal recurso. Trata-se de pressupostos objetivos, de modo que, para Nelson Nery Júnior, “os pressupostos extrínsecos respeitam fatores externos à decisão judicial que se pretende impugnar, sendo normalmente posteriores a ela”⁴⁷.

Exemplificativamente, cita-se a tempestividade, um dos pressupostos extrínsecos. O art. 1.023 do CPC/15 prevê que os embargos são opostos no prazo de 5 (cinco) dias e, por se tratar de requisito de admissibilidade, caso este prazo não seja observado, o recurso não será conhecido e, por tal razão, o juiz sequer chegará a apreciar o mérito recursal. Por isto, com relação às decisões embargadas, tem-se:

Gráfico 3 – Taxas de conhecimento e de não conhecimento

⁴⁷NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios Fundamentais – Teoria Geral dos Recursos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 324.



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

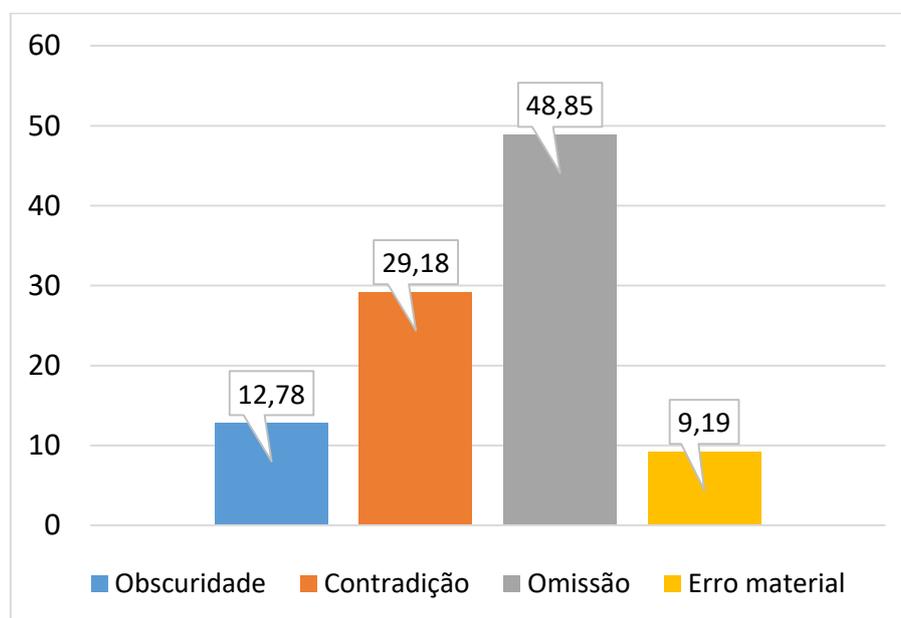
Desta maneira, percebe-se que a grande maioria dos embargos opostos são conhecidos, o que significa que os advogados têm observado os requisitos de admissibilidade exigidos pela Lei e, assim, os recursos não conhecidos representam uma pequena taxa de apenas 5,07% (cinco vírgula zero sete por cento). Dentre os motivos para não conhecimento, citam-se a oposição do recurso de forma intempestiva, isto é, após o prazo recursal e, ainda, a oposição de embargos face a despacho.

Ocorre que o despacho não é uma decisão judicial, isto é, não é sentença nem decisão interlocutória, o que significa dizer que não possui conteúdo decisório, conforme art. 203 do CPC. Entretanto, ressalta-se que é possível que determinada manifestação do juízo seja nomeada ou classificada como despacho, porém ser dotada de conteúdo decisório. Neste caso, entende-se pelo cabimento de embargos declaratórios.

Conforme o art. 1.022 do CPC/15, uma decisão, desta maneira, pode ser embargada em virtude da existência de vícios, os quais decorrem de obscuridade, contradição, omissão ou erro material. Ocorre que, uma mesma decisão pode possuir mais de um vício, então pode ser que face à decisão eivada de vício sejam alegadas, por exemplo, omissão e erro material.

Assim, verificou-se que a oposição dos embargos se justificava pela existência de omissão, em sua maioria, ocorrendo em 48,85% (quarenta e oito vírgula oitenta e cinco por cento) dos casos, conforme o gráfico 2⁴⁸:

Gráfico 4 – Taxas de vícios em decisões embargadas



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Em consequência, nas ações ajuizadas em 2018, comprovou-se que a maior incidência de vício se deve, em ordem decrescente, à omissão, contradição, obscuridade e, por fim, ao erro material.

Inicialmente, conforme Barbosa Moreira, os embargos à omissão se devem às questões de fato e de direito que são juridicamente relevantes para o julgamento, mas que não tenham sido apreciadas pelo magistrado. Neste ponto, refere-se tanto às apontadas pelas partes, quanto às reconhecidas de ofício.⁴⁹

O Código Processual Civil, inclusive, em seu par. único do art. 1.022, dispõe que é considerada omissa a decisão que deixa de se manifestar sobre tese que tenha sido firmada em julgamento de casos repetitivos ou incidente de assunção de competência,

⁴⁸ Os valores apresentados no gráfico possuem uma margem de erro de 2% (dois por cento), tanto para mais quanto para menos.

⁴⁹ BARBOSA MOREIRA, José Carlos. **Juízo de admissibilidade dos recursos cíveis**. Rio de Janeiro: Forense, 1968, p. 556.

desde que aplicável ao caso sob julgamento e, ainda, quando incorrer em quaisquer das condutas descritas no art. 489, § 1º. Desse modo, Alvim explica que:

Trata-se, portanto, de hipóteses de omissão quando a decisão limita-se a indicar, reproduzir ou parafrasear o ato normativo, sem explicar sua aplicação ao caso concreto; invoca motivos que se prestariam a qualquer outra decisão; limita-se a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar os fundamentos que fazem com que ele incida no caso concreto; e deixa de seguir os precedentes já consolidados sem demonstrar a distinção do caso concreto com o precedente invocado.⁵⁰

Em seguida, em 29,18% (vinte e nove vírgula dezoito por cento), tem-se a contradição, a qual é analisada quando a decisão recorrida padece de trechos incongruentes, tal como compreende o STJ, segundo o qual a contradição que autorizaria a oposição dos embargos de declaração, seria “aquela interna ao acórdão, verificada entre a fundamentação do julgado e a sua conclusão, e não aquela que possa existir, por exemplo, com a prova dos autos”.⁵¹

Por seu turno, a obscuridade, verificada em 12,78% (doze vírgula setenta e oito por cento) das vezes, diz respeito à falta de clareza na decisão judicial ora impugnada, de modo que não se sabe, ao certo, o que foi decidido. Ressalta-se que, para Barbosa Moreira, há vários graus de obscuridade, os quais compreendem desde a simples ambiguidade até a total ininteligibilidade da decisão, de modo que, em quaisquer das referidas hipóteses, entende-se pelo cabimento dos embargos.⁵²

Já o erro material, constatado em 9,19% (nove vírgula dezenove por cento) dos fundamentos dos recursos opostos, corresponde à “desconformidade evidente entre o pensamento do juiz e o que restou decidido”.⁵³ Para tanto, imagine-se a seguinte situação: em ação de indenização por danos materiais, o magistrado condena o réu a pagar o valor de mil cruzados, sendo que atualmente a moeda de curso forçado no País é o real. Sendo assim, por se tratar de erro material, é cabível aclaratórios, mas, ressalta-

⁵⁰ ALVIM, Eduardo Arruda; GRANADO, Daniel Willian; FERREIRA, Eduardo Aranha. **Direito processual civil**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019, p. 959.

⁵¹ STJ, REsp 322.056/RJ, 4a T., j. em 09.10.2001, rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ 04.02.2002.

⁵² BARBOSA MOREIRA, José Carlos. **Juízo de admissibilidade dos recursos cíveis**. Rio de Janeiro: Forense, 1968, p. 556.

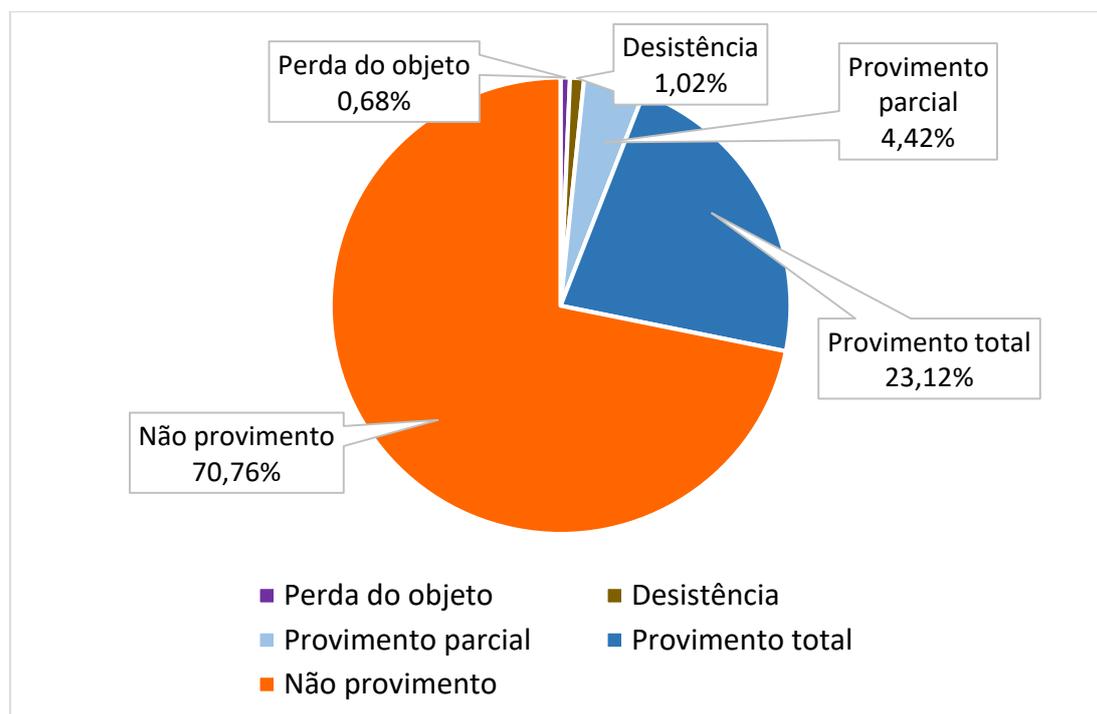
⁵³ ALVIM, Eduardo Arruda; GRANADO, Daniel Willian; FERREIRA, Eduardo Aranha. **Direito processual civil**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019, p. 959.

se que este erro material pode ser arguido a qualquer tempo, uma vez que a decisão maculada por erro material sequer transita em julgado.⁵⁴

Superada a análise quanto ao vício alegado pelas partes e, uma vez conhecidos os embargos, o juiz deve prosseguir à análise quanto à presença dos requisitos subjetivos dos embargos, isto é, ao juízo de mérito a fim de dar provimento ou não provimento ao recurso. Neste sentido, Nelson Nery Júnior explica que os pressupostos intrínsecos “são aqueles que dizem respeito à decisão recorrida em si mesma considerada. Para serem aferidos, leva-se em consideração o conteúdo e a forma da decisão impugnada”.⁵⁵

Assim, quanto aos processos do TJDF, percebeu-se que, após o conhecimento, há cinco possibilidades: provimento total, provimento parcial, não provimento, desistência e perda do objeto, conforme o seguinte gráfico:

Gráfico 5 – Cenários pós-conhecimento



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

⁵⁴ ALVIM, Eduardo Arruda; GRANADO, Daniel Willian; FERREIRA, Eduardo Aranha. **Direito processual civil**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019, p. 959.

⁵⁵ NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios Fundamentais – Teoria Geral dos Recursos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 335.

Inicialmente, tem-se que a perda do objeto foi configurada quando, tendo oposto embargos face à decisão interlocutória, sobreveio sentença que apreciou o vício ora alegado via embargos, mas que ainda se encontrava pendente de julgamento. Ou, ainda, a título de exemplo, quando se opõe embargos em virtude de omissão de apreciação quanto ao pedido de tutela antecipada e, advém, neste ínterim, sentença que supre esta necessidade de apreciação dos embargos e, por isso, diz-se “perda do objeto”. Assim, estas situações foram verificadas em apenas 0,68% (zero vírgula sessenta e oito por cento) dos casos.

De outro modo, no que diz respeito à desistência, representada pela taxa de 1,02% (um vírgula zero dois) por cento, notou-se que essa de seve ao desinteresse daquele que opôs o recurso em tê-lo apreciado pelo magistrado. Assim sendo, só há que se falar em desistência antes da prolação de decisão que julga os embargos de declaração.

Nesta perspectiva, o provimento parcial, correspondente à 4,42% (quatro vírgula quarenta e dois por cento), verifica-se quando o magistrado provê apenas parte do que se pede, ou seja, caso alegada omissão e contradição e, o mesmo reconheça apenas a existência de vício quanto à omissão, tem-se provimento parcial, uma vez que a contradição não foi provida. Inclusive, há provimento parcial quando, exemplificando, o embargante alega omissão quanto a dois pontos, mas o juiz entende que só há omissão em apenas um dos pontos alegados.

Há, ainda, a taxa de 23,12% (vinte e três vírgula doze por cento), a qual diz respeito aos recursos opostos conhecidos e totalmente providos. Nestas situações, tanto os embargantes quanto os magistrados concordaram a respeito da existência dos exatos vícios ora alegados na decisão embargada.

Assim sendo, verifica-se que 27,54% (vinte e sete vírgula cinquenta e quatro por cento) dos embargos, que são opostos e conhecidos, são julgados parcial ou totalmente procedentes. Dessa forma, é correto dizer que, aproximadamente, um em cada quatro são embargos opostos são providos total ou parcialmente.

Por fim, dos 96,39% (noventa e seis vírgula trinta e nove por cento) dos aclaratórios conhecidos, 70,76 (setenta vírgula setenta e seis por cento) não foram

providos. Naturalmente, estes embargos conhecidos e não providos dizem respeito àqueles em que o embargante não conseguiu comprovar a existência de vício, isto é, de obscuridade, contradição, omissão ou erro material ou, porque não conseguiu justificar o manejo dos embargos como recurso apto para impugnar certa decisão.

Cita-se, a título de exemplo, a situação em que o embargante opôs aclaratórios de dada decisão interlocutória ou sentença, mas que o magistrado entendeu pelo não provimento, em virtude de entender que a referida decisão, em verdade, deveria ser impugnada, excepcionalmente, conforme art. 1.015 do CPC/15, por agravo de instrumento ou por apelação, consoante art. 1.009 do referido Código.

Ainda, há a situação em que, tem-se a alegação do recorrente quanto à existência de determinado vício, apesar de o magistrado não o identificar. Isto é, em uma situação em que a parte alega contradição, o magistrado compreende que, na verdade, não o há.

Tendo alcançado a quantificação do provimento, sucedeu-se à análise quanto à possibilidade deste recurso oposto atingir o objetivo pretendido pelas partes e seus advogados, o que possui relação direta com a eficácia do instituto.

A eficácia é definida, pelo Dicionário Michaelis, como o “atributo ou qualidade do que é eficaz”; “qualidade do que produz o resultado esperado, infalibilidade, segurança, validade” e, ainda, como a “capacidade de resolver problemas ou realizar atos específicos; aptidão; competência, produtividade”.⁵⁶

Por sua vez, os embargos de declaração são o meio recursal cabível para resolver os vícios quanto à obscuridade, contradição, omissão e/ou correção de erro material, conforme o art. 1.022 do CPC/15. Por esta razão, a Lei prevê uma penalidade àqueles que a empregam de forma incorreta, tal como quando utilizada com intuito manifestamente protelatório, conforme o art. 1.026, § 2º do CPC/15.

Desta maneira, diz-se, assim, que é consideravelmente eficaz por alcançar o resultado esperado, conforme idealização do legislador. Isso não ocorre em todas as

⁵⁶ MICHAELIS. **Eficácia**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=efic%C3%A1cia>>. Acesso em 24 de fev. 2020.

situações, mas, conforme ilustrado, em uma a cada quatro vezes. Por tal razão, na supracitada proporção, estes vícios são supridos, o que corrobora para o entendimento da eficácia dos embargos.

É possível deduzir, tendo-se como base as taxas obtidas através da pesquisa, que, quando o vício alegado pela parte é suprido pelo magistrado, na maioria das vezes, esta correção concretiza a expectativa da prestação jurisdicional. Ressalta-se, ainda, que nestes casos, a verificação entre a relação entre a interposição da apelação com o conhecimento e não provimento dos embargos de declaração é uma possível forma eficiente e diferente de se auferir a eficácia dos embargos, o que pode ser objeto de nova investigação mediante realização de outra pesquisa.

Neste caso, se na maioria das vezes em que os embargos são conhecidos e não providos, houver uma taxa de interposição de apelações maior do que quando os embargos são conhecidos e providos, seja total ou parcialmente, significa que, por indução, se os aclaratórios tivessem maior provimento, a taxa de apelações em virtude de não provimento de embargos seria consideravelmente reduzida.⁵⁷ Neste sentido, Theodoro Junior discorre o seguinte:

(...) embora os Embargos sejam um mecanismo para “salvar decisões deficientemente fundamentadas”, devem eles, por sua própria estrutura, ser analisados na melhor luz. Isto é, **eles não existem para incentivar um comportamento leniente dos juízes, e, sim, para aprimorar o conteúdo decisional, evitando, desse modo, recursos inúteis e/ou protelatórios (grifo meu).**⁵⁸

Por outro lado, a pesquisa também se propôs a investigar a existência ou não de alguma relação entre os embargos de declaração e o juízo de retratação da apelação. Esta retratação permite com que os juízes alterem o alcance e o conteúdo de determinada manifestação dotada de conteúdo decisório, a qual já foi proferida, conforme entendimento de Giuzzi:

No juízo de retratação, o magistrado analisa novamente o pedido formulado que o impulsionou a proferir a decisão atacada e, alterando a ordem natural

⁵⁷ Para tanto, seria indispensável que, na nova pesquisa, se verifique a relação entre o conhecimento e não provimento dos embargos com a interposição da apelação.

⁵⁸ THEODORO JUNIOR, Humberto. Art. 569. In: STRECK, Lenio Luiz; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo (orgs.). **Comentários ao Código de Processo Civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 1.394.

do procedimento, retorna e realiza a permuta da decisão revista por uma nova decisão ou, ainda, o cancelamento completo da mesma.⁵⁹

Desta maneira, percebe-se que esta faculdade pode ser exercida mediante provocação ou até mesmo de ofício. Ocorre que, por força da regra da inalterabilidade da sentença,⁶⁰ os magistrados só podem alterá-la ou exercer o juízo de retratação quando a lei assim os permite, de modo que uma das exceções legais é por meio dos embargos de declaração, consoante art. 494, inc. II do CPC/15.

O CPC/15 dispõe que a retratação ou o efeito regressivo decorre das apelações fundadas no indeferimento da petição inicial, na extinção do processo sem resolução do mérito e no julgamento liminar improcedente do pedido, conforme, respectivamente, os arts. 331, 485, § 7º e 332, § 3º do Código. Por isto, Giazzi afirma que:

Em todos os casos até o momento previstos para retratação de sentença, o momento de exercício desta faculdade pelo magistrado é após a propositura de recurso de apelação pelo autor, sendo antes da citação do réu. Uma vez já integralizada a tríade de pessoas do processo (juiz, autor e réu) não mais é possível o exercício de retratação⁶¹.

Entretanto, imagine-se que mesmo com a interposição da apelação, o juiz que prolatou a sentença não se retrate e, assim, tem-se o prosseguimento da tramitação da apelação após o conhecimento. Neste caso, após todos os trâmites legais para processamento deste recurso, tem-se o julgamento, o qual pode ser unânime ou por maioria. Ocorre que, tratando-se de julgamento não unânime, a Lei assim prevê:

Art. 942. Quando o resultado da apelação for não unânime, o julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores, que serão convocados nos termos previamente definidos no regimento interno, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial, assegurado às partes e a eventuais terceiros o direito de sustentar oralmente suas razões perante os novos julgadores.⁶²

O supramencionado artigo do CPC/15 prescreve a aplicabilidade da “técnica de complementação de julgamento não unânime”, a qual também é conhecida como

⁵⁹ GIAZZI, Thiago Cesar. **O Juízo de Retratação em Decisões de Primeiro Grau**. Revista Notices, [S.l.], v. 5, n. 5, mar. 2017. ISSN 2359-0467. Disponível em: <<http://revistas.faculdadecatui.com.br/index.php/notices/article/view/12>>. Acesso em: 24 fev. 2020.

⁶⁰ Esta regra está prevista no art. 494 do CPC/15, de modo que, depois de publicada a sentença, em regra, o juiz não pode alterá-la.

⁶¹ GIAZZI, Thiago Cesar. **O Juízo de Retratação em Decisões de Primeiro Grau**. Revista Notices, [S.l.], v. 5, n. 5, mar. 2017. ISSN 2359-0467. Disponível em: <<http://revistas.faculdadecatui.com.br/index.php/notices/article/view/12>>. Acesso em: 24 fev. 2020.

⁶²BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, DF, 17 mar. 2015.

“técnica de ampliação do colegiado”. Assim, a respeito desta técnica, Lustosa discorre que:

Como a técnica de julgamento não se trata de recurso, não há que ser lavrado acórdão do resultado inicial do julgamento, pois o julgamento ainda irá prosseguir. E por não ser recurso, a técnica de julgamento do art. 942 do Código de Processo Civil de 2015 não possui efeito devolutivo.⁶³

Neste sentido, sabe-se que o prosseguimento do julgamento se dará em nova sessão⁶⁴, a qual incluirá a presença de novos desembargadores convocados em quantidade suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial.

Sucedese que, a legislação autoriza que os desembargadores que já houverem votado possam rever seus votos, em virtude do prosseguimento do julgamento, conforme o § 2º do art. 942 do CPC/15. De modo que, ainda que isso ocorra, deverá se proceder ao colhimento dos votos dos desembargadores ora convocados, de acordo com o Enunciado 599 do FPPC⁶⁵.

Além disto, ressalta-se que esta forma de julgamento, prevista no CPC/15, não caracteriza nova espécie recursal, uma vez que não preenche o requisito da taxatividade, conforme entendimento do STJ⁶⁶ e, ainda, pelo seu emprego ser automático e obrigatório. Nesta perspectiva, a Corte Cidadã compreende que:

A necessidade de observância da técnica de julgamento prevista no art. 942 do CPC no caso concreto é inescapável. Com efeito, o art. 942 do CPC enuncia uma técnica de observância obrigatória pelo órgão julgador e deve ser aplicada no momento imediatamente posterior à colheita dos votos e à constatação do resultado não unânime quanto à preliminar.⁶⁷

Imagine-se o cenário em que há oposição de embargos de declaração face a acórdão que julga apelação, de modo que se alega a existência de vício de omissão. Suponha-se que, nesta situação, o provimento dos embargos implique na reforma da

⁶³ LUSTOSA, Michele Campos Assaóka. **Os desdobramentos processuais na aplicação da técnica de julgamento prevista no art. 942, CPC**. 2018. 64 f. TCC (Especialização em Direito Processual Civil - Novo CPC) - Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Direito, Cuiabá, 2018.

⁶⁴ De outro modo, é permitido que o prosseguimento do julgamento se dê na mesma sessão, desde que seja possível. Assim basta, para tanto, o colhimento dos votos de outros julgadores que componham o colegiado, conforme previsão do art. 942, § 1º do CPC/15.

⁶⁵ FPPC - Fórum Permanente de Processualistas Civis: **Enunciado 599 - (art. 942)** A revisão do voto, após a ampliação do colegiado, não afasta a aplicação da técnica de julgamento do art. 942. (Grupo: Ordem do processo nos tribunais e regimentos internos).

⁶⁶ STJ. **REsp 1733820/SC**, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 4ª Turma, julgado em 02/10/2018.

⁶⁷ STJ. **REsp 1.798.705-SC**, Rel. Min Paulo de Tarso Sanseverino, v.u., 3ª Turma, j. 22.10.2019.

sentença que julgou improcedente o mérito. Neste caso, na sessão designada para julgamento dos embargos, dois desembargadores proferem votos no sentido de dar provimento, enquanto um desembargador entende pelo não provimento⁶⁸.

Neste caso, deve-se aplicar a técnica de ampliação do colegiado e, por isso, Câmara sustenta o entendimento de que:

(...) Por último, será caso de ampliar o colegiado quando houver divergência no julgamento de embargos de declaração contra acórdão proferido em apelação, já que a decisão dos embargos de declaração se integra ao julgamento embargado, e na hipótese da apelação qualquer divergência acarreta a ampliação do órgão julgador.⁶⁹

Posto isso, uma vez que um dos objetivos da pesquisa era verificar a existência de alguma relação entre o juízo de retratação na apelação e entre os embargos de declaração, constatou-se que como os julgadores podem rever seus votos, no caso de resultado de apelação não unânime, conforme § 2º do art. 942 do CPC/15, em virtude da técnica de ampliação do colegiado, é possível afirmar que o juízo de retratação é compatível com os embargos de declaração nestes casos.

Assim se concluiu que há juízo de retratação nos embargos quando o desembargador compõe órgão colegiado que proclama apelação que julga, de forma não unânime, os embargos de declaração, uma vez que o julgador tem a faculdade de rever seus votos por ocasião do prosseguimento do julgamento através da aplicação da técnica de ampliação do colegiado.

No que concerne à metodologia, utilizou-se a prevista inicialmente no projeto, posto que se tratou de pesquisa quantitativa através de método documental, de modo que se possibilitou a identificação de tendências comportamentais que envolvem o fenômeno, isto é, o provimento ou não provimento dos embargos declaratórios.

Dessa maneira, verificou-se indutivamente que os embargos possuem uma média taxa de eficácia, de modo que um em cada quatro são conhecidos e providos e,

⁶⁸Conforme previsão do art. 941, § 2º do CPC/15, pressupõe-se, em julgamento de apelação, que a decisão seja tomada pelo voto de três juízes em órgão colegiado.

⁶⁹CÂMARA, Alexandre Freitas. **A ampliação do colegiado em julgamentos não unânimes**. Revista de Processo, ano 43, vol. 282, ago/2018, p. 264.

ainda, que há relação entre o juízo de retratação dos aclaratórios com mesmo juízo se tratando de apelação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto, a pesquisa corrobora para o sólido entendimento de que os embargos de declaração, no âmbito do TJDFT, do 1º grau, são dotados de média eficácia, uma vez que, aproximadamente, um em cada quatro embargos opostos, diante de decisões interlocutórias ou sentenças, são conhecidos e providos, seja parcial seja totalmente.

Para tanto, esta pesquisa foi realizada através da plataforma do PJe (Processo Judicial Eletrônico) do 1º grau, de modo que, dos 26.925 (vinte e seis mil e novecentos e vinte e cinco) correspondentes ao procedimento comum cível, os quais foram ajuizados no ano de 2018, estabeleceu-se a amostra de 2.205 (dois mil e duzentos e cinco) daqueles.

Assim, aquela amostra de 8% (oito por cento) permitiu analisar os embargos de declaração, quantitativa e qualitativamente, com a pequena margem de erro de 2% (dois por cento).

Neste sentido, no âmbito do TJDFT, constatou-se que a oposição de embargos perante decisões do referido Tribunal é de baixa incidência, representada pela taxa de apenas 14% (quatorze por cento), o que favorece o entendimento de que se trata de recurso excepcionalmente utilizado.

Sucedeu-se que, por se tratar de recurso de fundamentação vinculada, ao opô-lo perante decisões, a parte deve, necessariamente, indicar o fundamento pelo qual se impugna determinada decisão, isto é, deve apontar se o vício decorre de obscuridade, contradição, omissão ou erro material, conforme art. 1.022 do CPC/15.

Dessa forma, averiguou-se que, na grande e esmagadora maioria dos casos, isto é, 96,39% (noventa e seis vírgula trinta e nove por cento), os embargos de declaração são conhecidos, o que demonstra que não há maiores dificuldades no que diz respeito à observância dos requisitos de admissibilidade (intrínsecos e extrínsecos) do recurso em questão.

Ocorre que, ao analisar possíveis cenários posteriores ao conhecimento dos embargos, verificou-se a ocorrência de perda do objeto, de desistência, de não

provimento, de provimento parcial e, finalmente, de provimento total. De modo que, no que concerne ao provimento ou não provimento dos recursos que foram conhecidos, constatou-se que, a cada quatro embargos que são opostos e conhecidos, um é parcial ou totalmente provido.

Dessa maneira, é seguro afirmar que, no TJDFT, tratando-se de decisões interlocutórias ou sentenças, a chance de que determinado embargos de declaração, ora conhecido, seja provido é de 25% (vinte e cinco por cento), de modo que este dado corrobora para a compreensão de que os embargos de declaração são dotados de média eficácia.

Neste raciocínio, é possível deduzir que, nos embargos, quando o vício alegado pela parte é suprido pelo magistrado, na maioria das vezes, esta correção concretiza a expectativa da prestação jurisdicional, uma vez que embargos de declaração eficazes contribuem para decisões interlocutórias e sentenças eficazes. Assim, decisões eivadas de vício, diante do conhecimento e provimento dos embargos, tendem a atingir o maior grau de eficácia possível.

Já no que diz respeito à existência de relação entre o juízo de retratação dos embargos de declaração e o das apelações, verificou-se pela sua possibilidade relativamente à aplicação da técnica de ampliação do colegiado. Assim, em um cenário em que há oposição de embargos de declaração face a acórdão que julga apelação, de modo que se alega a existência de vício de omissão, o provimento dos embargos implica na reforma da sentença que julgou improcedente o mérito.

Diante disto, constatou-se que como os julgadores podem rever seus votos, no caso de resultado de apelação não unânime, conforme § 2º do art. 942 do CPC/15, em virtude da técnica de ampliação do colegiado, é possível afirmar que o juízo de retratação é compatível com os embargos de declaração nestes casos.

Assim concluiu-se que há juízo de retratação nos embargos quando o desembargador compõe órgão colegiado que proclama apelação que julga, de forma não unânime, os embargos de declaração, uma vez que o julgador tem a faculdade de rever seus votos por ocasião do prosseguimento do julgamento através da aplicação da técnica de ampliação do colegiado.

Com esta pesquisa, o que se objetiva é promover a “conscientização de que a importância do processo está em seus resultados”,⁷⁰ de modo que todos os atos processuais e, principalmente, as decisões interlocutórias e as sentenças guardam consonância não só à ordem jurídica, mas de sorte que não se encontre contradição em um mesmo processo; obscuridade a ponto de gerar confusão de entendimentos; omissão sobre ponto ou questão a respeito do qual o juiz deveria ter-se manifestado; nem erro material que tenha o condão de tornar uma sentença em *ultra petita*.

Por tais razões, o que se espera é que a eficácia deste instituto não seja comprometida pela abstenção ao julgamento por juízes e desembargadores, os quais devem ter a consciência de que, o provimento dos embargos de declaração tem o condão de maximizar os efeitos das decisões e, conseqüentemente, a sua eficácia. Assim, os aclaratórios, antes de tudo, visam apenas sanar vícios que só poderiam decorrer de decisões que são prolatadas por humanos.

Em conclusão, é notável que, no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, as decisões prolatadas em primeiro grau, isto é, decisões interlocutórias e sentenças, são raras vezes impugnadas por embargos de declaração, o que permite concluir que poucas daquelas são eivadas de vícios sanáveis via embargos. Por esta razão, nos poucos casos em que há vícios, constatou-se que a eficácia dos embargos de declaração é representada por uma taxa média, a qual corresponde à regular e aceitável eficácia do recurso em estudo.

⁷⁰CORRÊA, L. A. P. **Embargos de Declaração e seus efeitos**. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RDC_02_56.pdf>. Acesso em: 25 de fev. 2020.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS JURÍDICAS. **Dicionário Jurídico**. Organização J. M. Othon Sidou ...[et.al]. - 11. ed., rev. e atual. - Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 237.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. **Comentários ao Código de Processo Civil**, vol. V. 17ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. **Juízo de admissibilidade dos recursos cíveis**. Rio de Janeiro: Forense, 1968, p. 556.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, DF, 17 mar. 2015.

BUENO, C. S. **Curso sistematizado de direito processual civil: recursos, processos e incidentes nos tribunais, sucedâneos recursais, técnicas de controle das decisões jurisdicionais**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CÂMARA, A. **Lições de Direito Processual Civil**. 23ª ed. São Paulo: Atlas. 2014.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **A ampliação do colegiado em julgamentos não unânimes**. Revista de Processo, ano 43, vol. 282, ago/2018, p. 264.

CNJ. **Resolução 65, de 16 de dezembro de 2008**. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=119>>. Acesso em: 20 de fev. 2020.

CONJUR. **CNJ unifica numeração de processos em todo o país**. Marian Ito, 2009. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2009-jan-23/cnj-define-padrao-numeracao-o-processos-todos-tribunais>>. Acesso em: 25 de fev. 2020.

CORRÊA, L. A. P. **Embargos de Declaração e seus efeitos**. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RDC_02_56.pdf>. Acesso em: 25 de fev. 2020.

CUNHA, Leonardo José Carneiro da. **Meios Processuais para concessão de efeito suspensivo a recurso que não o tem. Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e de outros meios de impugnação às decisões judiciais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005, n.p.

DIDIER JR., F.; CARNEIRO DA CUNHA, L. **Curso de Direito Processual Civil: Meios de Impugnação às Decisões Judiciais e Processo nos Tribunais**. 12ª ed. Salvador: JusPODIVM, 2014, p. 180.

GIAZZI, Thiago Cesar. **O Juízo de Retratação em Decisões de Primeiro Grau**. Revista Notices, [S.l.], v. 5, n. 5, mar. 2017. ISSN 2359-0467. Disponível em: <<http://revistas.faculadecatuai.com.br/inde x.php/notices/article/view/12>>. Acesso em: 24 fev. 2020.

GICO JR., Ivo Teixeira; ARAKE, Henrique Haruki. **Taxa de recorribilidade, taxa de reversibilidade e eficiência judicial**. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, Santa Maria, RS, v. 14, n.1, e31820, jan./abr. 2019. ISSN 1981-3694. Disponível em: <<http://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/31820>>. Acesso em: 3 de jul. 2020, p. 5.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; LARA, Mariana Alves; COSTA, Mila Batista Leite Corrêa da. **Pesquisa quantitativa na produção de conhecimento jurídico**. Revista da Faculdade de Direito da UFMG, [S.l.], n. 60, p. 291-316, jul. 2012. ISSN 1984-1841. Disponível em: <<https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/P.0304-2340.2012v60p291/169>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

KIEHL, Luiz Fernando. **O Tamanho da Amostra na Pesquisa de Mercado**. R. Adm. Emp., Rio de Janeiro, 10(4): 205-216, out./dez. 1970 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v10n4/v10n4a10.p df>>. Acesso em: 23 de fev. 2020.

LUSTOSA, Michele Campos Assaóka. **Os desdobramentos processuais na aplicação da técnica de julgamento prevista no art. 942, CPC. 2018**. 64 f. TCC (Especialização em Direito Processual Civil - Novo CPC) - Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Direito, Cuiabá, 2018.

MAIA, Rosane Tolentino. **A importância da disciplina de metodologia científica no desenvolvimento de produções acadêmicas de qualidade no nível superior**. Revista Urutágua. -Revista acadêmica multidisciplinar, nº 14 – dez. 07/jan./fev./mar. 2008 – Quadrimestral – Maringá - Paraná -Brasil -ISSN 1519.6178 Departamento de Ciências Sociais -Universidade Estadual de Maringá (DCS/UEM). Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/014/14maia.htm> >. Acesso em: 15 set. 2019.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Eficácia.** Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/efic%C3%A1cia/>>. Acesso em: 3 de jul. 2020.

MICHAELIS. **Eficácia.** Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=efic%C3%A1cia>>. Acesso em 24 de fev. 2020.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Comentários ao Código de Processo Civil.** 6 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994, vol. 5, n. 143, p. 230-231; DINAMARCO, Cândido Rangel. Os efeitos dos Recursos. Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis. Nelson Nery Jr. e Teresa Arruda Alvim Wambier (coord.). São Paulo: RT, 2002, p. 31.

NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios Fundamentais – Teoria Geral dos Recursos.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 324.

NERY JÚNIOR, Nelson. **Princípios fundamentais – teoria geral dos recursos.** 3ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1996, p. 375.

NETQUEST. **Qual o tamanho da amostra que preciso?** Disponível em: <<https://www.netquest.com/blog/br/blog/br/qual-e-o-tamanho-de-amostra-que-preciso>>. Acesso em: 24 de fev. 2020.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica.** 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1972, p. 75.

PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO. **O projeto.** Disponível em: <https://www.pje.jus.br/wiki/index.php/P%C3%A1gina_principal>. Acesso em: 21 de fev. 2020.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas – 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013, p.32;

SARAIVA, Fernando. **Tamanho da Amostra e Erro Amostral.** Disponível em: <<https://www.solucx.com.br/blog/erro-amostal-e-tamanho-da-amostra-por-que-isso-importa/>>. Acesso em: 21 de fev. 2020.

SCHWARTZMAN, Simon. **Pesquisa acadêmica, pesquisa básica e pesquisa aplicada em duas comunidades científicas.** Schwartzman, 1979. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/acad_ap.htm>. Acesso em: 15 de jun. 2020.

STJ. **Acórdão da 1ª Turma do STJ, AgRg no AREsp 187.507/MG**, rel. Min Arnaldo Esteves Lima, j 13/11/2012, DJe 23/11/2012. No mesmo sentido: acórdão da 2ª Turma do STJ, REsp 1.214.060/PR, rel. Herman Benjamin, j. 23/11/2010, DJe 4/2/2011.

STJ. **EDcl no AREsp 511369 / RS**, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Órgão Julgador: Terceira Turma, j. em 14/09/2015.

STJ. **REsp 1.798.705-SC, Terceira Turma**, Rel. Min Paulo de Tarso Sanseverino,v.u., j. 22.10.2019.

STJ. **REsp 1733820/SC**, 4ª Turma, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 02/10/2018.

THEODORO JUNIOR, Humberto. Art. 569. In: STRECK, Lenio Luiz; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo (orgs.). **Comentários ao Código de Processo Civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 1.394.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. **Carta de Serviços**. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/carta-de-servicos/conhecendo-o-tjdft>>. Acesso em: 21 de fev. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. **Composição da 1ª Instância**. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/composicao/1a-instancia>>. Acesso em: 21 de fev. 2020.

ANEXO A – PROCESSOS CONSULTADOS

Nº	PROCESSO	ÓRGÃO JULGADOR	ED	ID	DECISÃO	FUNDAMENTO/ANDAMENTO	CONHECI- MENTO	PROVI- MENTO	APELAÇÃO
1	0006983- 68.2018.8.07.0016	Auditoria Militar do DF	NÃO			Anulação de punição disciplinar.			
2	0000819- 05.2018.8.07.0011	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Núcleo Bandeirante	NÃO			Houve apenas uma decisão interlocutória (ID 44009522).			
3	0007792- 58.2018.8.07.0016	Auditoria Militar do DF	NÃO			Ação ordinária com pedido liminar sem oposição de ED.			
4	0006884- 98.2018.8.07.0016	Auditoria Militar do DF	SIM	41483700	Sentença	-	SIM	SIM	SIM
5	0001429- 03.2018.8.07.0001	16ª Vara Cível de Brasília	SIM	37233585	Decisão interlocutória	Em virtude de omissão diante de pedido p/ realização de perícia em celular	SIM	NÃO	
6	0000199- 69.2018.8.07.0018	Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do DF	NÃO			Ação de obrigação de fazer c/ pedido de antecipação de tutela.			
7	0007725- 41.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Ação de cobrança			
8	0011892- 56.2018.8.07.0016	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Ação ordinária.			
9	0009494- 48.2018.8.07.0013	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
10	0000018- 68.2018.8.07.0018	Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do DF	NÃO						
11	0738294- 81.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Brasília	NÃO						

12	0738292-14.2018.8.07.0001	6ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
13	0719771-03.2018.8.07.0007	2ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Contratos de consumo; plano de saúde.			
14	0719770-18.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
15	0719769-33.2018.8.07.0007	2ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Contratos de consumo.			
16	0712167-82.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
17	0712470-69.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	27272199	Decisão interlocutória	Omissão	SIM	NÃO	
18	0720670-13.2018.8.07.0003	2ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Promessa de compra e venda; rescisão contratual.			
19	0712469-84.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
20	0712468-02.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
21	0738282-67.2018.8.07.0001	20ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
22	0708763-38.2018.8.07.0004	2ª Vara Cível do Gama	NÃO			Dano moral; antecipação de tutela.			
23	0719763-26.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente.			
24	0712465-47.2018.8.07.0018	3ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Contratos de consumo; bancários; dano moral.			
25	0738280-97.2018.8.07.0001	Vara Cível do Paranoá	NÃO						
26	0708759-98.2018.8.07.0004	2ª Vara Cível do Gama	NÃO			Compra e venda; evicção ou vício redibitório; danos.			
27	0703407-68.2018.8.07.0002	2ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Brazlândia	NÃO			Indenização por dano moral e material.			

28	0712455-03.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Ingresso e concurso; antecipação de tutela.			
29	0712454-18.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Meio ambiente.			
30	0705598-62.2018.8.07.0010	1ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Santa Maria	SIM	44476832	Sentença	Erro material	SIM	NÃO	
31	0738273-08.2018.8.07.0001	18ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
32	0738272-23.2018.8.07.0001	18ª Vara Cível de Brasília	SIM	30699612	Sentença	Contradição e omissão	SIM	NÃO	
33	0720661-51.2018.8.07.0003	1ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Contratos bancários.			
34	0707417-22.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO						
35	0738271-38.2018.8.07.0001	6ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Obrigação de fazer/não fazer.			
36	0738268-83.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
37	0715252-43.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
38	0704958-38.2018.8.07.0017	Vara Cível do Riacho Fundo	NÃO			Inadimplemento; despesas condominiais.			
39	0704957-53.2018.8.07.0017	Vara Cível do Riacho Fundo	NÃO						
40	0704956-68.2018.8.07.0017	Vara Cível do Riacho Fundo	NÃO			Arquivado definitivamente.			
41	0715249-88.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Promessa de recompensa.			
42	0715248-06.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Obrigação de fazer/não fazer; arquivado definitivamente.			
43	0738265-31.2018.8.07.0001	13ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
44	0738263-61.2018.8.07.0001	24ª Vara Cível de Brasília	NÃO						

45	0707416-37.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO			Cartão de crédito.			
46	0712449-93.2018.8.07.0018	5 Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	28669846	Despacho	Opostos em face da deliberao proferida no ID 28111969	NÃO	NÃO	
47	0704954-98.2018.8.07.0017	Vara Cível do Riacho Fundo	NÃO			Cartão de crédito; inadimplemento.			
48	0738262-76.2018.8.07.0001	4 Vara Cível de Brasília	SIM	45631362	Sentença	Contradio	SIM	NÃO	
49	0738261-91.2018.8.07.0001	16 Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
50	0738260-09.2018.8.07.0001	24 Vara Cível de Brasília	NÃO			Contratos de consumo; plano de saúde.			
51	0705597-77.2018.8.07.0010	2 Vara Cível, de Família e de órfãos e Sucessões de Santa Maria	NÃO						
52	0738258-39.2018.8.07.0001	20 Vara Cível de Brasília	NÃO						
53	0707413-82.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO						
54	0715246-36.2018.8.07.0020	1 Vara Cível de guas Claras	NÃO						
55	0719750-27.2018.8.07.0007	4 Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
56	0720658-96.2018.8.07.0003	2 Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
57	0738254-02.2018.8.07.0001	20 Vara Cível de Brasília	NÃO						
58	0712160-90.2018.8.07.0009	1 Vara Cível de Samambaia	NÃO			Transitado em julgado.			
59	0707412-97.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO						
60	0738247-10.2018.8.07.0001	13 Vara Cível de Brasília	NÃO						

61	0712157-38.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO					
62	0719747-72.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.		
63	0719746-87.2018.8.07.0007	3ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).		
64	0738241-03.2018.8.07.0001	7ª Vara Cível de Brasília	NÃO					
65	0738236-78.2018.8.07.0001	18ª Vara Cível de Brasília	NÃO					
66	0712154-83.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO					
67	0707408-60.2018.8.07.0014	22ª Vara Cível de Brasília	SIM			Embargos (ID 39878755) para reforma da sentença para o autor apresentar emenda à inicial.	SIM	NÃO
68	0720652-89.2018.8.07.0003	1ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO					
69	0712150-46.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO					
70	0738222-94.2018.8.07.0001	17ª Vara Cível de Brasília	NÃO					
71	0738219-42.2018.8.07.0001	13ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Transitado em julgado.		
72	0720650-22.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO					
73	0738217-72.2018.8.07.0001	20ª Vara Cível de Brasília	NÃO					
74	0738215-05.2018.8.07.0001	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO					
75	0738213-35.2018.8.07.0001	17ª Vara Cível de Brasília	NÃO					
76	0719737-28.2018.8.07.0007	4ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).		
77	0719736-43.2018.8.07.0007	4ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO					

78	0738206-43.2018.8.07.0001	21ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
79	0720646-82.2018.8.07.0003	1ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
80	0738203-88.2018.8.07.0001	21ª Vara Cível de Brasília	SIM			Embargos (ID 31662421) em face de sentença com erro material.	SIM	NÃO	
81	0738202-06.2018.8.07.0001	23ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
82	0738201-21.2018.8.07.0001	22ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
83	0738200-36.2018.8.07.0001	3ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			
84	0708243-75.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	SIM			Embargos (ID 42027202) por omissão quanto aos honorários advocatícios do reconvido.	SIM	NÃO	
85	0738198-66.2018.8.07.0001	13ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
86	0712440-34.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
87	0712439-49.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			
88	0738192-59.2018.8.07.0001	6ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
89	0719730-36.2018.8.07.0007	2ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
90	0712437-79.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente.			
91	0738191-74.2018.8.07.0001	5ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
92	0738190-89.2018.8.07.0001	5ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
93	0738189-07.2018.8.07.0001	3ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			

94	0738188-22.2018.8.07.0001	20ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
95	0738186-52.2018.8.07.0001	9ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
96	0738185-67.2018.8.07.0001	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM			Arquivado definitivamente e Embargos (ID 28065780) em face de contradição.	SIM	NÃO	
97	0738184-82.2018.8.07.0001	22ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
98	0715231-67.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			
99	0703371-26.2018.8.07.0002	2º Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Brazlândia	NÃO						
100	0738181-30.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
101	0707404-23.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO						
102	0738179-60.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
103	0712435-12.2018.8.07.0018	3ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM			Embargos (ID 31424825) opostos em face de sentença eivada de omissão	SIM	NÃO	
104	0715228-15.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
105	0720643-30.2018.8.07.0003	2ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			
106	0738170-98.2018.8.07.0001	8ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
107	0712433-42.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente.			
108	0720641-60.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
109	0705169-04.2018.8.07.0008	Vara Cível do Paranoá	NÃO						

110	0738163-09.2018.8.07.0001	25ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
111	0738162-24.2018.8.07.0001	17ª Vara Cível de Brasília	SIM			Embargos (ID 38955114) opostos em face de sentença eivada de omissão.	SIM	NÃO	
112	0738158-84.2018.8.07.0001	8ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
113	0738154-47.2018.8.07.0001	25ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
114	0738152-77.2018.8.07.0001	25ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
115	0738150-10.2018.8.07.0001	3ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
116	0738148-40.2018.8.07.0001	14ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
117	0738146-70.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	SIM			Embargos (ID37579101) opostos em face de omissão na sentença. ED c/ pedido de efeitos modificativos.	SIM	SIM	SIM
118	0738145-85.2018.8.07.0001	12ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
119	0712430-87.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente.			
120	0732809-58.2018.8.07.0015	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO						
121	0710920-75.2018.8.07.0006	2ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO						
122	0708748-69.2018.8.07.0004	2ª Vara Cível do Gama	NÃO						
123	0738138-93.2018.8.07.0001	19ª Vara Cível de Brasília	SIM			Embargos (ID 42876219) em face à sentença omissa.	SIM	NÃO	
124	0705167-34.2018.8.07.0008	Vara Cível do Paranoá	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			
125	0704336-71.2018.8.07.0012	1ª Vara Cível, de Família e de Órfãos	NÃO						

		e Sucessões de São Sebastião							
126	0738135-41.2018.8.07.0001	6ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
127	0708239-38.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			
128	0712429-05.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente.			
129	0705165-64.2018.8.07.0008	Vara Cível do Paranoá	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			
130	0704335-86.2018.8.07.0012	1ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de São Sebastião	NÃO						
131	0715225-60.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
132	0704334-04.2018.8.07.0012	1ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de São Sebastião	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			
133	0738126-79.2018.8.07.0001	16ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
134	0708238-53.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	SIM			Embargos (ID 30831960) em face de sentença contraditória	SIM	NÃO	
135	0715223-90.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
136	0708237-68.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			
137	0712428-20.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
138	0715222-08.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
139	0708236-83.2018.8.07.0005	Vara Cível do Paranoá	NÃO						

140	0704940-17.2018.8.07.0017	Vara Cível do Riacho Fundo	NÃO			Arquivado definitivamente.			
141	0732804-36.2018.8.07.0015	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO						
142	0738120-72.2018.8.07.0001	19ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
143	0738119-87.2018.8.07.0001	12ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
144	0708232-46.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			
145	0708231-61.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			
146	0704939-32.2018.8.07.0017	Vara Cível do Riacho Fundo	NÃO						
147	0738116-35.2018.8.07.0001	11ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
148	0738115-50.2018.8.07.0001	14ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
149	0738114-65.2018.8.07.0001	7ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
150	0715216-98.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
151	0708230-76.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	NÃO						
152	0712426-50.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			
153	0705584-78.2018.8.07.0010	2ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Santa Maria	NÃO			Arquivado definitivamente.			
154	0708227-24.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			
155	0738104-21.2018.8.07.0001	6ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
156	0719713-97.2018.8.07.0007	3ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente.			

157	0705162-12.2018.8.07.0008	Vara Cível do Paranoá	NÃO						
158	0738092-07.2018.8.07.0001	16ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
159	0720622-54.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
160	0712419-58.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM			Embargos (ID 44878863) em face à sentença omissa.	SIM	NÃO	
161	0738090-37.2018.8.07.0001	13ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			
162	0738088-67.2018.8.07.0001	15ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			
163	0720619-02.2018.8.07.0003	2ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
164	0732794-89.2018.8.07.0015	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO						
165	0704906-36.2018.8.07.0019	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Recanto das Emas	NÃO						
166	0712417-88.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
167	0712415-21.2018.8.07.0018	3ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente.			
168	0707393-91.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO						
169	0712412-66.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM			Embargos (ID 39892682) em face de sentença com contradição.	SIM	NÃO	
170	0720611-25.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
171	0707391-24.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO						
172	0738067-91.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Brasília	NÃO						

173	0708736-55.2018.8.07.0004	1ª Vara Cível do Gama	NÃO						
174	0720610-40.2018.8.07.0003	2ª Vara Cível de Ceilândia	SIM			Embargos (ID 41728926) opostos pelo réu em face à sentença com obscuridade.	SIM	SIM	SIM
175			SIM			Embargos (ID 42009866) opostos pelo autor em face à sentença com obscuridade e contradição.	SIM	SIM	SIM
176	0738066-09.2018.8.07.0001	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			
177	0708217-77.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	NÃO			Arquivado definitivamente.			
178	0738062-69.2018.8.07.0001	21ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
179	0738061-84.2018.8.07.0001	3ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
180	0720605-18.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			
181	0704932-40.2018.8.07.0017	Vara Cível do Riacho Fundo	NÃO			Arquivado definitivamente.			
182	0738058-32.2018.8.07.0001	3ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
183	0738056-62.2018.8.07.0001	6ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
184	0738054-92.2018.8.07.0001	24ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
185	0712407-44.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente.			
186	0715202-17.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	SIM			Embargos (ID 44467245) em face à sentença omissa.	SIM	NÃO	
			SIM			Embargos (ID 44485722) em face à sentença contraditória e omissa.	SIM	NÃO	
187	0705577-86.2018.8.07.0010	1ª Vara Cível, de Família e de Órfãos	NÃO			Arquivado definitivamente.			

		e Sucessões de Santa Maria						
188	0712406-59.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente.		
189	0715200-47.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.		
190	0712126-18.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO					
191	0712404-89.2018.8.07.0018	3ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).		
192	0738049-70.2018.8.07.0001	9ª Vara Cível de Brasília	SIM			Embargos (ID 35751339) em face à sentença contraditória e omissa.	SIM	PARCIAL
193	0712125-33.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Arquivado definitivamente.		
194	0715199-62.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.		
195	0712403-07.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).		
196	0712402-22.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO					
197	0738043-63.2018.8.07.0001	20ª Vara Cível de Brasília	NÃO					
198	0712401-37.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente.		
199	0719684-47.2018.8.07.0007	3ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente.		
200	0738037-56.2018.8.07.0001	22ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.		
201	0715198-77.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.		
202	0738034-04.2018.8.07.0001	15ª Vara Cível de Brasília	NÃO					
203	0738029-79.2018.8.07.0001	21ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.		

204	0705158-72.2018.8.07.0008	Vara Cível do Paranoá	NÃO						
205	0715194-40.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
206	0715193-55.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
207	0712398-82.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
208	0738021-05.2018.8.07.0001	6ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
209	0712396-15.2018.8.07.0018	3ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
210	0715189-18.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
211	0715188-33.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
212	0738015-95.2018.8.07.0001	16ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
213	0715187-48.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
214	0738014-13.2018.8.07.0001	11ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
215	0712395-30.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente.			
216	0712394-45.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
217	0715186-63.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
218	0738010-73.2018.8.07.0001	23ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
219	0738008-06.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
220	0707388-69.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guarά	NÃO			Arquivado definitivamente.			
221	0738006-36.2018.8.07.0001	21ª Vara Cível de Brasília	NÃO						

222	0707387-84.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO			Arquivado definitivamente.			
223	0707385-17.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO			Arquivado definitivamente.			
224	0719671-48.2018.8.07.0007	4 Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente.			
225	0712116-71.2018.8.07.0009	1 Vara Cível de Samambaia	NÃO			Arquivado definitivamente.			
226	0738001-14.2018.8.07.0001	Vara Cível do Guará	NÃO			Arquivado definitivamente.			
227	0737999-44.2018.8.07.0001	12 Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
228	0715181-41.2018.8.07.0020	2 Vara Cível de guas Claras	NÃO						
229	0737995-07.2018.8.07.0001	6 Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
230	0712393-60.2018.8.07.0018	7 Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente.			
231	0737994-22.2018.8.07.0001	24 Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2 grau em grau de recurso (apelação).			
232	0737990-82.2018.8.07.0001	4 Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2 grau em grau de recurso (apelação).			
233	0712390-08.2018.8.07.0018	1 Vara da Fazenda Pública do DF	SIM			Embargos (ID 33086761) opostos face  sentença omissa.	SIM	SIM	SIM
234	0758389-87.2018.8.07.0016	1 Vara Cível de guas Claras	NÃO						
235	0719657-64.2018.8.07.0007	4 Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
236	0737979-53.2018.8.07.0001	23 Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2 grau em grau de recurso (apelação).			
237	0737977-83.2018.8.07.0001	12 Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
238	0737976-98.2018.8.07.0001	7 Vara Cível de Brasília	SIM			Embargos (ID 37080481) opostos face  decisão	SIM	NÃO	

						interlocutória omissa e contraditória.			
239	0712387-53.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente.			
240	0732773-16.2018.8.07.0015	10ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
241	0737972-61.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
242	0712385-83.2018.8.07.0018	1ª Vara Cível de Ceilândia	SIM			Embargos (ID 37523953) opostos à decisão interlocutória face a omissão quanto a realização de perícia.	SIM	SIM	SIM
243	0712384-98.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente.			
244	0710866-12.2018.8.07.0006	1ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO			Arquivado definitivamente.			
245	0720588-79.2018.8.07.0003	1ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente.			
246	0737958-77.2018.8.07.0001	7ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
247	0719641-13.2018.8.07.0007	4ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente.			
248	0737957-92.2018.8.07.0001	13ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
249	0712382-31.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente.			
250	0737955-25.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
251	0712381-46.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente.			
252	0712110-64.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Arquivado definitivamente.			
253	0720586-12.2018.8.07.0003	2ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			

254	0737954-40.2018.8.07.0001	20ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
255	0712379-76.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			
256	0737952-70.2018.8.07.0001	11ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
257	0712108-94.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
258	0719637-73.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
259	0712107-12.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Arquivado definitivamente.			
260	0712106-27.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Arquivado definitivamente.			
261	0712105-42.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Arquivado definitivamente.			
262	0715163-20.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
263	0705566-57.2018.8.07.0010	1ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Santa Maria	NÃO			Arquivado definitivamente.			
264	0712104-57.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Arquivado definitivamente.			
265	0715162-35.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
266	0708719-19.2018.8.07.0004	1ª Vara Cível do Gama	NÃO			Arquivado definitivamente.			
267	0712103-72.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
268	0715161-50.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
269	0737949-18.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
270	0715159-80.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			

271	0715158-95.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	SIM			Embargos (ID 39917519) opostos à sentença contraditória.	SIM	NÃO	
272	0737948-33.2018.8.07.0001	21ª Vara Cível de Brasília	SIM			Embargos (ID 38912400) opostos à sentença omissa.	SIM	NÃO	
273	0715157-13.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
274	0715156-28.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
275	0712102-87.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Arquivado definitivamente.			
276	0715155-43.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
277	0715154-58.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
278	0720583-57.2018.8.07.0003	1ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
279	0719631-66.2018.8.07.0007	4ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente.			
280	0715153-73.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
281	0703368-71.2018.8.07.0002	2ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Brazlândia	NÃO			Arquivado definitivamente.			
282	0737946-63.2018.8.07.0001	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM			Embargos (ID 32662948) opostos à decisão interlocutória omissa quanto ao ingresso da CLDF no feito.	SIM	SIM	NÃO
283	0715152-88.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
284	0712377-09.2018.8.07.0018	Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do DF	NÃO			Arquivado definitivamente.			

285	0715150-21.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
286	0719628-14.2018.8.07.0007	4ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
287	0715149-36.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
288	0737942-26.2018.8.07.0001	15ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
289	0719625-59.2018.8.07.0007	2ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente.			
290	0707374-85.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO			Arquivado definitivamente.			
291	0708713-12.2018.8.07.0004	1ª Vara Cível do Gama	NÃO			Arquivado definitivamente.			
292	0715148-51.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
293	0737935-34.2018.8.07.0001	14ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
294	0737931-94.2018.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília	SIM			Embargos (ID 36804238) opostos à sentença com erro material e contraditória.	SIM	SIM	NÃO
295	0720579-20.2018.8.07.0003	1ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
296	0715147-66.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
297	0715146-81.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
298	0737926-72.2018.8.07.0001	11ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
299	0737925-87.2018.8.07.0001	3ª Vara Cível de Brasília	SIM			Embargos (ID 40365325) opostos à sentença omissa.	SIM	SIM	NÃO
300	0715143-29.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
301	0737919-80.2018.8.07.0001	13ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			

302	0737918-95.2018.8.07.0001	17ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
303	0737917-13.2018.8.07.0001	23ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			
304	0715139-89.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
305	0737916-28.2018.8.07.0001	Vara Cível do Guará	NÃO						
306	0737915-43.2018.8.07.0001	11ª Vara Cível de Brasília	SIM			Embargos (ID 35368292) opostos à sentença contraditória.	SIM	NÃO	
307	0737913-73.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
308	0715137-22.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
309	0737911-06.2018.8.07.0001	18ª Vara Cível de Brasília	SIM			Embargos (ID 35414570) opostos à sentença omissa.	SIM	NÃO	
310	0737910-21.2018.8.07.0001	16ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			
311	0719614-30.2018.8.07.0007	3ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			
312	0715135-52.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
313	0737907-66.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			
314	0704891-67.2018.8.07.0019	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Recanto das Emas	SIM			Embargos (ID 38155868) opostos à sentença com erro material.	SIM	SIM	NÃO
315	0715132-97.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
316	0737903-29.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
317	0737898-07.2018.8.07.0001	6ª Vara Cível de Brasília	SIM			Embargos (ID 46504340) opostos a sentença omissa e contraditória.	SIM	NÃO	

318	0737895-52.2018.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
319	0715130-30.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
320	0712373-69.2018.8.07.0018	Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do DF	SIM			Embargos (ID 37029292) opostos à decisão interlocutória omissa.	SIM	PARCIAL	NÃO
321	0707369-63.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO						
322	0732761-02.2018.8.07.0015	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO						
323	0737890-30.2018.8.07.0001	22ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
324	0737887-75.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Brasília	SIM			Embargos (ID 33509067) opostos à sentença omissa.	SIM	NÃO	
325	0719608-23.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente.			
326	0719607-38.2018.8.07.0007	4ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
327	0737882-53.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	SIM			Embargos (ID 41244847) opostos à sentença omissa.	SIM	NÃO	
			SIM			Embargos (ID 45572476) opostos às sentenças para informar que não são pertinentes à demanda c/ pedido de desentranhamento e novo julgamento do ED anterior.	SIM	NÃO	
328	0737879-98.2018.8.07.0001	6ª Vara Cível de Brasília	SIM			Embargos (ID 37562613) opostos à sentença omissa e obscura.	SIM	NÃO	
			SIM			Embargos (ID 37771690) opostos à sentença omissa e contraditória.	SIM	NÃO	

329	0737874-76.2018.8.07.0001	18ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
330	0737873-91.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
331	0704319-35.2018.8.07.0012	2ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de São Sebastião	NÃO			Arquivado definitivamente.			
332	0737871-24.2018.8.07.0001	7ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
333	0719601-31.2018.8.07.0007	3ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente.			
334	0715123-38.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
335	0737868-69.2018.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			
336	0737867-84.2018.8.07.0001	22ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
337	0715122-53.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
338	0710855-80.2018.8.07.0006	2ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO						
339	0720568-88.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente.			
340	0737863-47.2018.8.07.0001	12ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
341	0737862-62.2018.8.07.0001	19ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			
342	0737857-40.2018.8.07.0001	22ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
343	0737855-70.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			
344	0737854-85.2018.8.07.0001	18ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
345	0712369-32.2018.8.07.0018	3ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente.			

346	0737851-33.2018.8.07.0001	9ª Vara Cível de Brasília	SIM			Embargos (ID 32077014) opostos à decisão interlocutória que determinou o recolhimento das custas sob pena de indeferimento da inicial.	SIM	NÃO	
347	0737849-63.2018.8.07.0001	24ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
348	0737848-78.2018.8.07.0001	23ª Vara Cível de Brasília	SIM			Embargos de declaração (ID 35367721) opostos à sentença omissa.	SIM	NÃO	
349	0737846-11.2018.8.07.0001	25ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			
350	0737845-26.2018.8.07.0001	16ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
351	0737843-56.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
352	0719583-10.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
353	0712367-62.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente.			
354	0720555-89.2018.8.07.0003	2ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
355	0715113-91.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
356	0703272-29.2018.8.07.0011	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Núcleo Bandeirante	NÃO						
357	0737834-94.2018.8.07.0001	13ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			
358	0720552-37.2018.8.07.0003	2ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente.			
359	0737833-12.2018.8.07.0001	19ª Vara Cível de Brasília	NÃO						

360	0707363-56.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO			Arquivado definitivamente.			
361	0737830-57.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
362	0737829-72.2018.8.07.0001	9ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			
363	0715111-24.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			
364	0708705-35.2018.8.07.0004	2ª Vara Cível do Gama	NÃO			Arquivado definitivamente.			
365	0704887-30.2018.8.07.0019	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Recanto das Emas	NÃO						
366	0737827-05.2018.8.07.0001	25ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
367	0737826-20.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	SIM			Embargos (ID 40363422) opostos à sentença omissa.	SIM	NÃO	
368	0704918-56.2018.8.07.0017	Vara Cível do Riacho Fundo	NÃO			Arquivado definitivamente.			
369	0737825-35.2018.8.07.0001	9ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
370	0737824-50.2018.8.07.0001	17ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
371	0715110-39.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
372	0712366-77.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
373	0710846-21.2018.8.07.0006	1ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			
374	0737821-95.2018.8.07.0001	5ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			
375	0710844-51.2018.8.07.0006	1ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO			Arquivado definitivamente.			
376	0703271-44.2018.8.07.0011	Vara Cível, de Família e de Órfãos	NÃO			Arquivado definitivamente.			

		e Sucessões do Núcleo Bandeirante							
377	0737820-13.2018.8.07.0001	23ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
378	0708704-50.2018.8.07.0004	1ª Vara Cível do Gama	NÃO						
379	0737818-43.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			
380	0715109-54.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
381	0712365-92.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			
382	0712080-29.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
383	0710841-96.2018.8.07.0006	1ª Vara Cível de Sobradinho	SIM			Embargos (ID 36561538) opostos face à sentença com erro material.	SIM	SIM	NÃO
384	0737812-36.2018.8.07.0001	15ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
385	0737810-66.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Águas Claras	SIM			Embargos (ID 34242887) opostos face à sentença contraditória.	SIM	SIM	NÃO
386	0715105-17.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			
387	0720543-75.2018.8.07.0003	1ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
388	0712363-25.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	SIM			Embargos (ID 36561538) opostos face à sentença com erro material.	SIM	SIM	NÃO
389	0712076-89.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
390	0712075-07.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Arquivado definitivamente.			
391	0719565-86.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						

392	0712360-70.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
393	0737803-74.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
394	0712359-85.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
395	0737802-89.2018.8.07.0001	8ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
396	0737801-07.2018.8.07.0001	12ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
397	0732734-19.2018.8.07.0015	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação).			
398	0710833-22.2018.8.07.0006	2ª Vara Cível de Sobradinho	SIM			Embargos (ID 39820957) opostos face à decisão interlocutória omissa.	SIM	SIM	NÃO
399	0737800-22.2018.8.07.0001	8ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
400	0715098-25.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
401	0704312-43.2018.8.07.0012	2ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de São Sebastião	NÃO						
402	0719563-19.2018.8.07.0007	4ª Vara Cível de Taguatinga	SIM			Embargos (ID 35654902) face à sentença omissa.	SIM	SIM	NÃO
403			SIM			Embargos (ID 44924387) face à decisão interlocutória omissa (do cumprimento de sentença)	SIM	SIM	NÃO
404	0715096-55.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
405	0712356-33.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	SIM			Embargos (ID 35914581) face à sentença contraditória.	SIM	NÃO	
406	0737798-52.2018.8.07.0001	18ª Vara Cível de Brasília	SIM	45129699	Sentença	Contradição e omissão	SIM	SIM	NÃO

407	0712354-63.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
408	0732733-34.2018.8.07.0015	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO						
409	0737795-97.2018.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
410	0705556-13.2018.8.07.0010	1ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Santa Maria	NÃO			Arquivado definitivamente.			
411	0707354-94.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO						
412	0737794-15.2018.8.07.0001	16ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
413	0715095-70.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
414	0737790-75.2018.8.07.0001	3ª Vara Cível de Brasília	SIM	33509011	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
415	0737789-90.2018.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
416	0737787-23.2018.8.07.0001	24ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
417	0737785-53.2018.8.07.0001	15ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
418	0712353-78.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	32537356	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
419	0712351-11.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	29354314	Sentença	Omissão e obscuridade	SIM	NÃO	
420	0737778-61.2018.8.07.0001	8ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
421	0737777-76.2018.8.07.0001	6ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
422	0720530-76.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
423	0712350-26.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						

424	0704311-58.2018.8.07.0012	23ª Vara Cível de Brasília	SIM	42297198	Sentença	Contradição	SIM	SIM	SIM
425	0737768-17.2018.8.07.0001	18ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
426	0719558-94.2018.8.07.0007	2ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente.			
427	0737764-77.2018.8.07.0001	16ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
428	0737763-92.2018.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
429	0737758-70.2018.8.07.0001	11ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
430	0732732-49.2018.8.07.0015	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO						
431	0737754-33.2018.8.07.0001	8ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
432	0737752-63.2018.8.07.0001	18ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
434	0708203-93.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	SIM	45748445	Sentença	Omissão e contradição	SIM	NÃO	
435	0704875-16.2018.8.07.0019	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Recanto das Emas	NÃO						
436	0737749-11.2018.8.07.0001	20ª Vara Cível de Brasília	SIM	33280220	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
437	0737748-26.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
438	0712349-41.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	29950261	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
439	0707352-27.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO						
440	0737746-56.2018.8.07.0001	24ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
441	0712347-71.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						

442	0737745-71.2018.8.07.0001	20ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
443	0704915-04.2018.8.07.0017	Vara Cível do Riacho Fundo	NÃO						
444	0712346-86.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	NÃO						
445	0737744-86.2018.8.07.0001	25ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
446	0737743-04.2018.8.07.0001	14ª Vara Cível de Brasília	SIM	43275056	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
447	0704873-46.2018.8.07.0019	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Recanto das Emas	NÃO						
448	0707351-42.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO						
449	0715084-41.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
450	0707348-87.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	SIM	37615628	Decisão interlocutória	Recurso utilizado de forma inadequada.	SIM	NÃO	
451	0737731-87.2018.8.07.0001	22ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
452	0720519-47.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	SIM	29658858	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
453			SIM	30148343	Despacho	Para fins de prequestionamento junto ao STF	NÃO	NÃO	
454	0737724-95.2018.8.07.0001	7ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
455	0737721-43.2018.8.07.0001	6ª Vara Cível de Brasília	SIM	37761155	Sentença	Contradição e omissão	SIM	NÃO	
456	0737720-58.2018.8.07.0001	11ª Vara Cível de Brasília	SIM	36979188	Sentença	Omissão	SIM	SIM	SIM
457	0737718-88.2018.8.07.0001	7ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			

458	0719544-13.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
459	0707343-65.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO			Arquivado definitivamente.			
460	0715075-79.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
461	0737713-66.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
462	0712342-49.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
463	0712341-64.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente.			
464	0712069-97.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	SIM	43040464	Decisão interlocutória	Contradição	SIM	NÃO	
465	0719541-58.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
466	0712067-30.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Arquivado definitivamente.			
467	0712339-94.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
468	0712338-12.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	28141517	Decisão interlocutória	Omissão	SIM	NÃO	
			SIM	34183337	Sentença	Omissão e contradição	SIM	NÃO	
469	0712336-42.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
470	0719537-21.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente.			
471	0737700-67.2018.8.07.0001	24ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
472	0737696-30.2018.8.07.0001	24ª Vara Cível de Brasília	SIM	45846535	Sentença	Contradição	SIM	NÃO	
473	0737693-75.2018.8.07.0001	14ª Vara Cível de Brasília	NÃO						

474	0712335-57.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente.			
475	0737687-68.2018.8.07.0001	14ª Vara Cível de Brasília	SIM	31178179	Sentença	Erro material	SIM	SIM	SIM
476	0719534-66.2018.8.07.0007	2ª Vara Cível de Taguatinga	SIM	47057952	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
477	0710824-60.2018.8.07.0006	2ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO			Arquivado definitivamente.			
478	0737685-98.2018.8.07.0001	CEJUSC-BSB	SIM	36476968	Sentença	Omissão e contradição	SIM	NÃO	
479	0737684-16.2018.8.07.0001	17ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
480	0719533-81.2018.8.07.0007	3ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
481	0715070-57.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
482	0720504-78.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	SIM	37938317	Sentença	Contradição e omissão	SIM	NÃO	
483	0737682-46.2018.8.07.0001	19ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
484	0712331-20.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	33460117	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
485	0710821-08.2018.8.07.0006	2ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO						
486	0719528-59.2018.8.07.0007	2ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
487	0737678-09.2018.8.07.0001	14ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
488	0737675-54.2018.8.07.0001	23ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
489	0719525-07.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
490	0732710-88.2018.8.07.0015	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO						
491	0737673-84.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	SIM	33745108	Sentença	Contradição	SIM	NÃO	

492	0737672-02.2018.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
493	0719522-52.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente.			
494	0715066-20.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
495	0737668-62.2018.8.07.0001	3ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
496	0737665-10.2018.8.07.0001	18ª Vara Cível de Brasília	SIM	38397338	Sentença	Contradição e obscuridade	SIM	NÃO	
497	0720497-86.2018.8.07.0003	2ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
498	0737663-40.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
499	0719517-30.2018.8.07.0007	3ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
500	0737660-85.2018.8.07.0001	23ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
501	0705544-96.2018.8.07.0010	2ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Santa Maria	NÃO						
502	0712062-08.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
503	0719513-90.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
504	0715062-80.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
505	0708676-82.2018.8.07.0004	2ª Vara Cível do Gama	NÃO						
506	0737651-26.2018.8.07.0001	9ª Vara Cível de Brasília	SIM	34180906	Decisão interlocutória	Omissão	SIM	NÃO	
507	0712327-80.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			

508	0705139-66.2018.8.07.0008	Vara Cível do Paranoá	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
509	0732699-59.2018.8.07.0015	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO						
510	0737647-86.2018.8.07.0001	24ª Vara Cível de Brasília	SIM	34014403	Despacho	Omissão	NÃO	NÃO	
511	0712059-53.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Arquivado definitivamente.			
512	0737640-94.2018.8.07.0001	25ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
513	0737639-12.2018.8.07.0001	23ª Vara Cível de Brasília	SIM	42720607	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
514	0708675-97.2018.8.07.0004	1ª Vara Cível do Gama	NÃO						
515	0732689-15.2018.8.07.0015	7ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
516	0737635-72.2018.8.07.0001	15ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
517	0719502-61.2018.8.07.0007	2ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
518	0720481-35.2018.8.07.0003	2ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
519	0737626-13.2018.8.07.0001	15ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
520	0737625-28.2018.8.07.0001	21ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
521	0712324-28.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente.			
522	0737622-73.2018.8.07.0001	8ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
523	0737620-06.2018.8.07.0001	14ª Vara Cível de Brasília	SIM	30678729	Decisão interlocutória	Erro material	SIM	SIM	NÃO
524	0712323-43.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente.			

525	0737617-51.2018.8.07.0001	6ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
526	0737616-66.2018.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
527	0737614-96.2018.8.07.0001	14ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
528	0712322-58.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente.			
529	0737609-74.2018.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
530	0719492-17.2018.8.07.0007	2ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente.			
531	0737605-37.2018.8.07.0001	9ª Vara Cível de Brasília	SIM	35527231	Sentença	Contradição e omissão	SIM	NÃO	
532	0737604-52.2018.8.07.0001	23ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
533	0719490-47.2018.8.07.0007	4ª Vara Cível de Taguatinga	SIM	32564001	Decisão interlocutória	Omissão	SIM	SIM	NÃO
			SIM	37509765	Decisão interlocutória	Omissão	SIM	SIM	NÃO
534	0719489-62.2018.8.07.0007	4ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
535	0715047-14.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
536	0737598-45.2018.8.07.0001	8ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
537	0732673-61.2018.8.07.0015	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
538	0719483-55.2018.8.07.0007	3ª Vara Cível de Taguatinga	SIM	47796279	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
539	0715046-29.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	SIM	44160152	Sentença	Omissão e obscuridade	SIM	NÃO	
540	0719482-70.2018.8.07.0007	2ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						

541	0737595-90.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Sobradinho	SIM	29203221	Sentença	Contradição	SIM	NÃO	
542	0737594-08.2018.8.07.0001	21ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
543	0715039-37.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
544	0737593-23.2018.8.07.0001	17ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
545	0737591-53.2018.8.07.0001	7ª Vara Cível de Brasília	SIM	29414271	Decisão interlocutória	Contradição	SIM	NÃO	
546	0719477-48.2018.8.07.0007	3ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente.			
547	0712318-21.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
548	0712317-36.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
549	0712046-54.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Arquivado definitivamente.			
550	0737586-31.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
551	0707327-14.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO						
552	0715036-82.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
553	0732666-69.2018.8.07.0015	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO						
554	0707326-29.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO						
555	0712316-51.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente.			
556	0712315-66.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
557	0719475-78.2018.8.07.0007	2ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						

558	0758082-36.2018.8.07.0016	18ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
559	0737581-09.2018.8.07.0001	11ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
560	0737580-24.2018.8.07.0001	5ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
561	0758079-81.2018.8.07.0016	2ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
562	0737578-54.2018.8.07.0001	8ª Vara Cível de Brasília	SIM	35608922	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
563	0712310-44.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	34766308	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
564	0712309-59.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado provisoriamente.			
565	0758070-22.2018.8.07.0016	22ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			
566	0715034-15.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
567	0712308-74.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
568	0008381-95.2018.8.07.0001	18ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
569	0715032-45.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
570	0715031-60.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
571	0719469-71.2018.8.07.0007	2ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
572	0737563-85.2018.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
573	0708661-16.2018.8.07.0004	2ª Vara Cível do Gama	NÃO						
574	0712039-62.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
575	0737555-11.2018.8.07.0001	16ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente.			

576	0737554-26.2018.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
577	0715018-61.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente.			
578	0737552-56.2018.8.07.0001	12ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
579	0712303-52.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente.			
580	0712302-67.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
581	0719459-27.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente.			
582	0737546-49.2018.8.07.0001	14ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
583	0715015-09.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
584	0737544-79.2018.8.07.0001	14ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
585	0704291-67.2018.8.07.0012	2ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
586	0737541-27.2018.8.07.0001	13ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
587	0715012-54.2018.8.07.0020	10ª Vara Cível de Brasília	SIM	46807608	Sentença	Para majorar os honorários sucumbenciais.	SIM	NÃO	
588	0712301-82.2018.8.07.0018	3ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
589	0737539-57.2018.8.07.0001	13ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
590	0715010-84.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
591	0720445-90.2018.8.07.0003	2ª Vara Cível de Ceilândia	SIM	38929301	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
592	0720444-08.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	SIM	45619682	Sentença	Omissão - benefícios da gratuidade de justiça	SIM	NÃO	

593	0703251-53.2018.8.07.0011	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Núcleo Bandeirante	SIM	29967978	Sentença	Omissão e obscuridade; para pré-questionamento	SIM	NÃO	
594	0737537-87.2018.8.07.0001	18ª Vara Cível de Brasília	SIM	49105331	Decisão interlocutória	Omissão	SIM	SIM	NÃO
595	0737533-50.2018.8.07.0001	13ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
596	0737532-65.2018.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
597	0710784-78.2018.8.07.0006	2ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO			Arquivado definitivamente			
598	0703249-83.2018.8.07.0011	Vara Cível do Guará	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
599	0707310-75.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO			Arquivado definitivamente			
600	0720436-31.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
601	0737531-80.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
602	0712029-18.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Arquivado definitivamente			
603	0708173-58.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
604	0712298-30.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
605	0712296-60.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
606	0712295-75.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
607	0737519-66.2018.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
608	0704280-38.2018.8.07.0012	9ª Vara Cível de Brasília	SIM	28916342	Decisão interlocutória	Contradição - declínio de competência	SIM	NÃO	

			SIM	39250132	Decisão interlocutória	Obscuridade - inversão do ônus da prova	SIM	NÃO	
609	0719442-88.2018.8.07.0007	2ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
610	0710777-86.2018.8.07.0006	1ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO			Arquivado definitivamente			
611	0712291-38.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
612	0712019-71.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Arquivado definitivamente			
613	0720424-17.2018.8.07.0003	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
614	0737513-59.2018.8.07.0001	13ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
615	0712017-04.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	SIM	38003048	Decisão interlocutória	Omissão - pedido de prova pericial	SIM	NÃO	
616	0712289-68.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
617	0714994-33.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
618	0737507-52.2018.8.07.0001	19ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
619	0712287-98.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
620	0703245-46.2018.8.07.0011	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Núcleo Bandeirante	NÃO			Arquivado definitivamente			
621	0737504-97.2018.8.07.0001	15ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
622	0707299-46.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO						
623	0737502-30.2018.8.07.0001	23ª Vara Cível de Brasília	SIM	30494988	Sentença	Nulidade da sentença <i>extra petita</i>	SIM	NÃO	

624	0712012-79.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
625	0712285-31.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
626	0714988-26.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
627	0708633-48.2018.8.07.0004	1ª Vara Cível do Gama	NÃO			Arquivado definitivamente			
628	0714985-71.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
629	0712283-61.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
630	0732618-13.2018.8.07.0015	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO						
631	0714984-86.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
632	0737497-08.2018.8.07.0001	14ª Vara Cível de Brasília	SIM	43114899	Sentença	Omissão; efeitos infringentes.	SIM	SIM	SIM
633	0708631-78.2018.8.07.0004	2ª Vara Cível do Gama	NÃO			Arquivado definitivamente			
634	0720419-92.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
635	0737495-38.2018.8.07.0001	17ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
636	0737494-53.2018.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
637	0737492-83.2018.8.07.0001	21ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
638	0737491-98.2018.8.07.0001	19ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
639	0737489-31.2018.8.07.0001	7ª Vara Cível de Brasília	SIM	34792038	Despacho	Erro material	SIM	SIM	NÃO
640	0737486-76.2018.8.07.0001	5ª Vara Cível de Brasília	NÃO						

641	0712281-91.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	NÃO						
642	0737485-91.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
643	0737484-09.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
644	0737483-24.2018.8.07.0001	21ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
645	0737482-39.2018.8.07.0001	15ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
646	0712280-09.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
647	0737481-54.2018.8.07.0001	12ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
648	0737480-69.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			
649	0737476-32.2018.8.07.0001	23ª Vara Cível de Brasília	SIM	33144820	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
650	0712279-24.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
651	0737475-47.2018.8.07.0001	3ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
652	0757900-50.2018.8.07.0016	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	39944580	Sentença	Contradição	SIM	NÃO	
653	0708627-41.2018.8.07.0004	1ª Vara Cível do Gama	NÃO			Arquivado definitivamente			
654	0737473-77.2018.8.07.0001	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Núcleo Bandeirante	NÃO			Arquivado definitivamente			
655	0719426-37.2018.8.07.0007	3ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Redistribuído por incompetência para a Justiça Federal			
656	0708626-56.2018.8.07.0004	1ª Vara Cível do Gama	NÃO			Arquivado definitivamente			

657	0708625-71.2018.8.07.0004	1ª Vara Cível do Gama	NÃO			Arquivado definitivamente			
658	0708622-19.2018.8.07.0004	1ª Vara Cível do Gama	NÃO						
659	0714979-64.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
660	0737468-55.2018.8.07.0001	14ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
661	0737467-70.2018.8.07.0001	15ª Vara Cível de Brasília	SIM	43814092	Sentença	Omissão	SIM	SIM	NÃO
662	0714974-42.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
663	0719423-82.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			
664	0714972-72.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
665	0714969-20.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
666	0732601-74.2018.8.07.0015	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
667	0737455-56.2018.8.07.0001	7ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Cancelada a distribuição			
668	0737450-34.2018.8.07.0001	Vara Cível do Paranoá	NÃO						
669	0711998-95.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Arquivado definitivamente			
670	0703243-76.2018.8.07.0011	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Núcleo Bandeirante	NÃO			Arquivado definitivamente			
671	0737447-79.2018.8.07.0001	13ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
672	0714968-35.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
673	0719412-53.2018.8.07.0007	4ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						

674	0705515-46.2018.8.07.0010	1ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Santa Maria	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
675	0712274-02.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	34836982	Sentença	Omissão; efeitos infringentes	SIM	NÃO	
676	0737437-35.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
677	0714961-43.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
678	0711997-13.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
679	0712272-32.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	41900926	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
680	0708152-82.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	NÃO						
681	0737435-65.2018.8.07.0001	7ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
682	0737431-28.2018.8.07.0001	20ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
683	0737425-21.2018.8.07.0001	22ª Vara Cível de Brasília	SIM	29280787	Sentença	Erro material; efeitos infringentes	SIM	NÃO	
684	0737424-36.2018.8.07.0001	21ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
685	0737422-66.2018.8.07.0001	16ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
686	0737419-14.2018.8.07.0001	21ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
687	0737418-29.2018.8.07.0001	25ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Redistribuído por incompetência para outra comarca.			
688	0712264-55.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
689	0712263-70.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			

690	0719401-24.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
691	0720390-42.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
692	0714952-81.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
693	0714951-96.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
694	0720389-57.2018.8.07.0003	2ª Vara Cível de Ceilândia	SIM	33868356	Sentença	Contradição - honorários advocatícios sucumbenciais	SIM	SIM	SIM
695	0719396-02.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			
696	0710755-28.2018.8.07.0006	1ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
697	0704873-52.2018.8.07.0017	Vara Cível do Riacho Fundo	NÃO						
698	0737406-15.2018.8.07.0001	14ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
699	0737405-30.2018.8.07.0001	5ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
700	0712259-33.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
701	0714948-44.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
702	0737400-08.2018.8.07.0001	8ª Vara Cível de Brasília	SIM	32645020	Sentença	Omissão e contradição	SIM	NÃO	
703	0719394-32.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	SIM	45377835	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
704	0737397-53.2018.8.07.0001	5ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
705	0737396-68.2018.8.07.0001	9ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
706	0708607-50.2018.8.07.0004	1ª Vara Cível do Gama	NÃO						
707	0720383-50.2018.8.07.0003	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						

708	0737395-83.2018.8.07.0001	Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do DF	NÃO						
709	0712257-63.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
710	0737391-46.2018.8.07.0001	11ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
711	0737390-61.2018.8.07.0001	22ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
712	0711990-21.2018.8.07.0009	3ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
713	0719391-77.2018.8.07.0007	2ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
714	0737388-91.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
715	0711986-81.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Arquivado definitivamente			
716	0737386-24.2018.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
717	0737383-69.2018.8.07.0001	3ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
718	0707277-85.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO						
719	0719390-92.2018.8.07.0007	2ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			
720	0737382-84.2018.8.07.0001	13ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
721	0712252-41.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
722	0737378-47.2018.8.07.0001	16ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
723	0710748-36.2018.8.07.0006	1ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO						

724	0712249-86.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	NÃO						
725	0720375-73.2018.8.07.0003	2ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
726	0737377-62.2018.8.07.0001	17ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
727	0711983-29.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Arquivado definitivamente			
728	0712247-19.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
729	0704869-15.2018.8.07.0017	Vara Cível do Riacho Fundo	NÃO			Arquivado definitivamente			
730	0712246-34.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
731	0720374-88.2018.8.07.0003	2ª Vara Cível de Ceilândia	SIM	27778763	Decisão interlocutória	Omissão - a decisão dos EB é idêntica, apenas a data é diferente.	SIM	NÃO	
			SIM	32788364	Decisão interlocutória	Omissão - a decisão dos EB é idêntica, apenas a data é diferente.	SIM	NÃO	
732	0714939-82.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
733	0707275-18.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO						
734	0708141-53.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	NÃO			Arquivado definitivamente			
735	0707273-48.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO						
736	0703345-28.2018.8.07.0002	2º Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Brazlândia	NÃO						
737	0720372-21.2018.8.07.0003	2ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						

738	0719380-48.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
739	0737368-03.2018.8.07.0001	6ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
740	0737367-18.2018.8.07.0001	8ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
741	0708598-88.2018.8.07.0004	2ª Vara Cível do Gama	NÃO						
742	0708136-31.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	NÃO						
743	0737361-11.2018.8.07.0001	21ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
744	0737357-71.2018.8.07.0001	6ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
745	0737355-04.2018.8.07.0001	21ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
746	0714935-45.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
747	0712240-27.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
748	0737352-49.2018.8.07.0001	7ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
749	0737351-64.2018.8.07.0001	19ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
750	0737350-79.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
751	0737349-94.2018.8.07.0001	14ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
752	0737348-12.2018.8.07.0001	12ª Vara Cível de Brasília	SIM	41312937	Sentença	Contradição e omissão	SIM	NÃO	
753	0737346-42.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
754	0737345-57.2018.8.07.0001	22ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
755	0714931-08.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						

756	0720364-44.2018.8.07.0003	2ª Vara Cível de Ceilândia	SIM	41093581	Sentença	Omissão, contradição e obscuridade	SIM	NÃO	
757	0712236-87.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
758	0737342-05.2018.8.07.0001	16ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
759	0737339-50.2018.8.07.0001	9ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
760	0737337-80.2018.8.07.0001	7ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
761	0737333-43.2018.8.07.0001	14ª Vara Cível de Brasília	SIM	31628471	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
762	0714929-38.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
763	0737330-88.2018.8.07.0001	21ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
764	0714926-83.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
765	0712229-95.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
766	0712228-13.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
767	0737329-06.2018.8.07.0001	24ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Distribuição cancelada			
768	0719364-94.2018.8.07.0007	3ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			
769	0737324-81.2018.8.07.0001	14ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
770	0737321-29.2018.8.07.0001	23ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
771	0712225-58.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
772	0737318-74.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Brasília	NÃO						

773	0714922-46.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
774	0714920-76.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
775	0708590-14.2018.8.07.0004	2ª Vara Cível do Gama	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
776	0737313-52.2018.8.07.0001	25ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
778	0708129-39.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	NÃO						
779	0737306-60.2018.8.07.0001	11ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
780	0737303-08.2018.8.07.0001	17ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
781	0720341-98.2018.8.07.0003	1ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
782	0712222-06.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
783	0737298-83.2018.8.07.0001	15ª Vara Cível de Brasília	SIM	39313477	Sentença	Obscuridade	SIM	NÃO	
			SIM	41596546	Sentença dos embargos	Omissão	SIM	NÃO	
784	0737296-16.2018.8.07.0001	Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
785	0737290-09.2018.8.07.0001	19ª Vara Cível de Brasília	SIM	28001612	Sentença	Contradição e erro material	SIM	NÃO	
786	0712217-81.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
787	0737288-39.2018.8.07.0001	3ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			
788	0714906-92.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
789	0708123-32.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	NÃO						

790	0737285-84.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
791	0720326-32.2018.8.07.0003	1ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
792	0757624-19.2018.8.07.0016	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
793	0708580-67.2018.8.07.0004	1ª Vara Cível do Gama	NÃO			Arquivado definitivamente			
794	0732484-83.2018.8.07.0015	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
795	0705504-17.2018.8.07.0010	1ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Santa Maria	SIM	33267360	Decisão interlocutória	Omissão - Realização de perícia	SIM	SIM	NÃO
796	0737275-40.2018.8.07.0001	20ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
797	0711954-76.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
798	0737270-18.2018.8.07.0001	18ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
799	0737269-33.2018.8.07.0001	20ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
800	0719333-74.2018.8.07.0007	3ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Redistribuído por incompetência para outra comarca			
801	0705087-70.2018.8.07.0008	Vara Cível do Paranoá	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
802	0737265-93.2018.8.07.0001	12ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
803	0720317-70.2018.8.07.0003	1ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
804	0712206-52.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
805	0712205-67.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			

806	0737261-56.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Brasília	SIM	32481413	Decisão interlocutória	Para fins de pré-questionamento	SIM	NÃO	
807	0737260-71.2018.8.07.0001	12ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
808	0704849-24.2018.8.07.0017	Vara Cível do Riacho Fundo	NÃO						
809	0711948-69.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
810	0712203-97.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	48476728	Sentença	Omissão e contradição	SIM	NÃO	
811	0711946-02.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
812	0714887-86.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
813	0712202-15.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
814	0737250-27.2018.8.07.0001	9ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
815	0737248-57.2018.8.07.0001	25ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
816	0712200-45.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	32532313	Sentença	Contradição e erro material	SIM	NÃO	
817	0704848-39.2018.8.07.0017	Vara Cível do Riacho Fundo	SIM	42834903	Sentença	Contradição	SIM	NÃO	
818	0714884-34.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
819	0712197-90.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	SIM	46845008	Sentença	Omissão e contradição	SIM	NÃO	
820	0737239-95.2018.8.07.0001	8ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
821	0737238-13.2018.8.07.0001	25ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
822	0737237-28.2018.8.07.0001	22ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			

823	0737233-88.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
824	0737230-36.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
	0712195-23.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
825	0737228-66.2018.8.07.0001	16ª Vara Cível de Brasília	SIM	39832058	Decisão interlocutória	Contradição e erro material	SIM	NÃO	
826			SIM	40073663	Decisão interlocutória	Omissão	SIM	NÃO	
827	0737225-14.2018.8.07.0001	13ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
828	0712192-68.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
829	0737223-44.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
830	0712188-31.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
831	0732447-56.2018.8.07.0015	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
832	0737221-74.2018.8.07.0001	25ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
833	0712187-46.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
834	0737220-89.2018.8.07.0001	22ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
835	0708111-18.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	NÃO						
836	0737218-22.2018.8.07.0001	20ª Vara Cível de Brasília	SIM	33632808	Sentença	Contradição	SIM	NÃO	
837	0712185-76.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	28387278	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
838	0719317-23.2018.8.07.0007	2ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			

839	0712184-91.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
840	0737205-23.2018.8.07.0001	3ª Vara Cível de Brasília	SIM	42628525	Sentença	Omissão e contradição	SIM	NÃO	
841	0737204-38.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
842	0719314-68.2018.8.07.0007	2ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
843	0737202-68.2018.8.07.0001	3ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
844	0711921-86.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
845	0757547-10.2018.8.07.0016	Vara Cível do Guará	NÃO			Arquivado definitivamente			
846	0737200-98.2018.8.07.0001	5ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
847	0710691-18.2018.8.07.0006	2ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO						
848	0719311-16.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
849	0712183-09.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
850	0712182-24.2018.8.07.0018	2ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
851	0710688-63.2018.8.07.0006	1ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO						
852	0708563-31.2018.8.07.0004	1ª Vara Cível do Gama	NÃO						
853	0708562-46.2018.8.07.0004	2ª Vara Cível do Gama	NÃO			Arquivado definitivamente			
854	0737196-61.2018.8.07.0001	25ª Vara Cível de Brasília	SIM	33078589	Decisão interlocutória	Contradição	SIM	NÃO	
855	0737195-76.2018.8.07.0001	19ª Vara Cível de Brasília	NÃO						

856	0737192-24.2018.8.07.0001	15ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
857	0712180-54.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
858	0719303-39.2018.8.07.0007	4ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
859	0707248-35.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO						
860	0737186-17.2018.8.07.0001	8ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
861	0712177-02.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	SIM	31651424	Sentença	Omissão e erro material	SIM	NÃO	
862	0707247-50.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO			Arquivado definitivamente			
863	0737182-77.2018.8.07.0001	21ª Vara Cível de Brasília	SIM	29739519	Decisão interlocutória	Omissão	SIM	NÃO	
864	0712176-17.2018.8.07.0018	3ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
865	0719296-47.2018.8.07.0007	4ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
866	0703214-26.2018.8.07.0011	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Núcleo Bandeirante	SIM	43864311	Despacho	Contradição	SIM	NÃO	
867	0711916-64.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
868	0712174-47.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
869	0704813-73.2018.8.07.0019	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Recanto das Emas	NÃO						
870	0705488-63.2018.8.07.0010	2ª Vara Cível, de Família e de Órfãos	NÃO			Arquivado definitivamente			

		e Sucessões de Santa Maria							
871	0707246-65.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO			Arquivado definitivamente			
872	0711912-27.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
873	0737171-48.2018.8.07.0001	7ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
874	0707244-95.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO			Arquivado definitivamente			
875	0712171-92.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	NÃO						
876	0708556-39.2018.8.07.0004	2ª Vara Cível do Gama	NÃO						
877	0712169-25.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	NÃO						
878	0737160-19.2018.8.07.0001	12ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
879	0712168-40.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
890	0737155-94.2018.8.07.0001	15ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
891	0704812-88.2018.8.07.0019	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Recanto das Emas	NÃO						
892	0703210-86.2018.8.07.0011	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Núcleo Bandeirante	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
893	0719284-33.2018.8.07.0007	4ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
894	0737153-27.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO						

895	0737152-42.2018.8.07.0001	16ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
896	0712166-70.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
897	0712165-85.2018.8.07.0018	3ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
898	0705484-26.2018.8.07.0010	1ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Santa Maria	NÃO						
899	0704242-26.2018.8.07.0012	1ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de São Sebastião	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
900	0712162-33.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
901	0705075-56.2018.8.07.0008	Vara Cível do Paranoá	SIM	39525736	Sentença	Obscuridade	SIM	NÃO	
902	0737145-50.2018.8.07.0001	19ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
903	0719279-11.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
904	0711904-50.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
905	0710681-71.2018.8.07.0006	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
906	0737140-28.2018.8.07.0001	25ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
907	0737137-73.2018.8.07.0001	13ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
908	0720257-97.2018.8.07.0003	2ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
909	0704241-41.2018.8.07.0012	2ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de São Sebastião	NÃO			Arquivado definitivamente			

910	0712160-63.2018.8.07.0018	2ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de São Sebastião	NÃO			Arquivado definitivamente			
911	0712160-63.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
912	0737132-51.2018.8.07.0001	11ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
913	0732413-81.2018.8.07.0015	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
914	0737131-66.2018.8.07.0001	18ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
915	0737124-74.2018.8.07.0001	9ª Vara Cível de Brasília	SIM	29647117	Sentença	Omissão	SIM	SIM	SIM
916	0737120-37.2018.8.07.0001	12ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
917	0737118-67.2018.8.07.0001	25ª Vara Cível de Brasília	SIM	27997211	Decisão interlocutória	Obscuridade	SIM	SIM	NÃO
918	0712158-93.2018.8.07.0018	3ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
919	0737117-82.2018.8.07.0001	23ª Vara Cível de Brasília	SIM	29118193	Sentença	Omissão	NÃO	NÃO	
920	0732402-52.2018.8.07.0015	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
921	0712155-41.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
922	0714845-37.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
923	0737110-90.2018.8.07.0001	18ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
924	0737109-08.2018.8.07.0001	12ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
925	0707232-81.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO						

926	0707230-14.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO						
927	0707229-29.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO						
928	0712153-71.2018.8.07.0018	4 Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
929	0737098-76.2018.8.07.0001	18 Vara Cível de Brasília	NÃO						
930	0737094-39.2018.8.07.0001	22 Vara Cível de Brasília	NÃO						
931	0714837-60.2018.8.07.0020	2 Vara Cível de guas Claras	NÃO						
932	0737092-69.2018.8.07.0001	8 Vara Cível de Braslia	NO			Arquivado definitivamente			
933	0737091-84.2018.8.07.0001	17 Vara Cível de Braslia	NO			Arquivado definitivamente			
934	0714833-23.2018.8.07.0020	2 Vara Cível de guas Claras	NO			Arquivado definitivamente			
935	0737090-02.2018.8.07.0001	5 Vara Cível de Braslia	NO						
936	0712150-19.2018.8.07.0018	4 Vara da Fazenda Pblica do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
937	0712149-34.2018.8.07.0018	1 Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
938	0720236-24.2018.8.07.0003	1 Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
939	0708545-10.2018.8.07.0004	2 Vara Cível do Gama	NÃO						
940	0737084-92.2018.8.07.0001	9 Vara Cível de Brasília	NÃO						
941	0712147-64.2018.8.07.0018	4 Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2 grau em grau de recurso (apelação)			
942	0711890-66.2018.8.07.0009	1 Vara Cível de Samambaia	SIM	33419649	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	

943	0712146-79.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
944	0712144-12.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
945	0714829-83.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
946	0712143-27.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
947	0714827-16.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
948	0720228-47.2018.8.07.0003	1ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
949	0714826-31.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
950	0737075-33.2018.8.07.0001	8ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
951	0737072-78.2018.8.07.0001	6ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
952	0714824-61.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
953	0719250-58.2018.8.07.0007	4ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
954	0737069-26.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
955	0710660-95.2018.8.07.0006	Vara Cível do Paranoá	NÃO						
956	0708540-85.2018.8.07.0004	1ª Vara Cível do Gama	NÃO			Arquivado definitivamente			
957	0714823-76.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
958	0737066-71.2018.8.07.0001	25ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
959	0708091-27.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	NÃO			Arquivado definitivamente			

960	0714822-91.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	SIM	39541403	Decisão interlocutória	Contradição	SIM	NÃO	
961	0712141-57.2018.8.07.0018	22ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
962	0711885-44.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
963	0737065-86.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	SIM	46631376	Sentença	Obscuridade	SIM	NÃO	
964	0712140-72.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
965	0737064-04.2018.8.07.0001	18ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
966	0737062-34.2018.8.07.0001	19ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
967	0737061-49.2018.8.07.0001	21ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
968	0703300-24.2018.8.07.0002	2º Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Brazlândia	SIM	39613114	Sentença	Integração	DESISTÊNCIA	DESISTÊNCIA	
			SIM	39708345	Sentença	Integração	DESISTÊNCIA	DESISTÊNCIA	
969	0711878-52.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
970	0711876-82.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
971	0737052-87.2018.8.07.0001	12ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
972	0712139-87.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	33283650	Sentença	Omissão	NÃO	NÃO	
973	0737049-35.2018.8.07.0001	21ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
974	0737048-50.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
975	0720215-48.2018.8.07.0003	1ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Declinação de competência			

976	0714814-17.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
977	0712137-20.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
978	0737044-13.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
979	0737043-28.2018.8.07.0001	17ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
980	0719232-37.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
981	0712136-35.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
982	0737038-06.2018.8.07.0001	5ª Vara Cível de Brasília	SIM	44408061	Sentença	Contradição	SIM	SIM	SIM
			SIM	44574881	Sentença	Erro material e omissão	SIM	SIM	SIM
983	0737030-29.2018.8.07.0001	11ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
984	0737029-44.2018.8.07.0001	23ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
985	0712131-13.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
986	0737026-89.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
987	0704208-51.2018.8.07.0012	2ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de São Sebastião	NÃO						
988	0719226-30.2018.8.07.0007	3ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			
989	0714806-40.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
990	0704207-66.2018.8.07.0012	2ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de São Sebastião	NÃO			Arquivado definitivamente			

991	0710642-74.2018.8.07.0006	1ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO						
992	0714800-33.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
993	0703285-55.2018.8.07.0002	1ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Brazlândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
994	0714797-78.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
995	0736996-54.2018.8.07.0001	17ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
996	0711847-32.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
997	0736993-02.2018.8.07.0001	21ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
998	0712121-66.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
999	0705465-20.2018.8.07.0010	2ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Santa Maria	SIM	35383626	Sentença	Contradição e omissão	SIM	NÃO	
1000	0720175-66.2018.8.07.0003	1ª Vara Cível de Ceilândia	SIM	44516954	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
1001	0736986-10.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1002	0736985-25.2018.8.07.0001	5ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1003	0736982-70.2018.8.07.0001	13ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1004	0712114-74.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1005	0736981-85.2018.8.07.0001	25ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1006	0736975-78.2018.8.07.0001	23ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			

1007	0712113-89.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	SIM	27579131	Decisão interlocutória	Omissão	SIM	NÃO	
			SIM	42092616	Decisão interlocutória	Omissão	SIM	NÃO	
1008	0736971-41.2018.8.07.0001	7ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1009	0714792-56.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
1010	0736966-19.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Brasília	SIM	32635926	Sentença	Omissão e contradição	SIM	NÃO	
1011	0736965-34.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Brasília	SIM	27784084	Decisão interlocutória	Omissão (tutela provisória)	SIM	SIM	SIM
			SIM	45949598	Sentença	Omissão e obscuridade	SIM	NÃO	
			SIM	45958848	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
1012	0736964-49.2018.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1013	0714790-86.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1014	0707197-24.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO			Arquivado definitivamente			
1015	0736962-79.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1016	0714788-19.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
1017	0712111-22.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
1018	0736956-72.2018.8.07.0001	11ª Vara Cível de Brasília	SIM	33066663	Sentença	Contradição	SIM	NÃO	
1019	0736955-87.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1020	0720154-90.2018.8.07.0003	2ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			

1021	0711834-33.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1022	0732313-29.2018.8.07.0015	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1023	0736945-43.2018.8.07.0001	16ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1024	0736943-73.2018.8.07.0001	9ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1025	0736942-88.2018.8.07.0001	21ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1026	0712107-82.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1027	0736941-06.2018.8.07.0001	7ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1028	0719179-56.2018.8.07.0007	4ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
1029	0711831-78.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
1030	0736937-66.2018.8.07.0001	11ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1031	0736936-81.2018.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1032	0736935-96.2018.8.07.0001	14ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1033	0711830-93.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
1034	0704792-97.2018.8.07.0019	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Recanto das Emas	NÃO			Arquivado definitivamente			
1035	0712105-15.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1036	0712103-45.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1037	0736930-74.2018.8.07.0001	13ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			

1038	0708508-80.2018.8.07.0004	2ª Vara Cível do Gama	NÃO			Arquivado definitivamente			
1039	0736926-37.2018.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1040	0712101-75.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1041	0712100-90.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
1042	0708507-95.2018.8.07.0004	2ª Vara Cível do Gama	NÃO			Arquivado definitivamente			
1043	0736922-97.2018.8.07.0001	9ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1044	0711822-19.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1045	0712097-38.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	39709349	Sentença	Omissão	SIM	SIM	SIM
1046	0736917-75.2018.8.07.0001	18ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1047	0720139-24.2018.8.07.0003	1ª Vara Cível de Ceilândia	SIM	35038777	Sentença	Contradição	SIM	NÃO	
1048	0711821-34.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
1049	0704201-59.2018.8.07.0012	12ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1050	0711820-49.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1051	0714770-95.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1052	0736912-53.2018.8.07.0001	20ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1053	0714768-28.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1054	0732290-83.2018.8.07.0015	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1055	0714767-43.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			

1056	0711818-79.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1057	0708069-66.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1058	0714762-21.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1059	0703187-43.2018.8.07.0011	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Núcleo Bandeirante	NÃO						
1060	0720129-77.2018.8.07.0003	1ª Vara Cível de Ceilândia	SIM	31979873	Sentença	Erro material	SIM	SIM	NÃO
1061	0711816-12.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1062	0736896-02.2018.8.07.0001	19ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1063	0736895-17.2018.8.07.0001	15ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1064	0719152-73.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
1065	0736894-32.2018.8.07.0001	24ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1066	0714761-36.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1067	0736892-62.2018.8.07.0001	24ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1068	0712094-83.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1069	0720125-40.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
1070	0714759-66.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	SIM	41946471	Sentença	Omissão	SIM	SIM	NÃO
1071	0710622-83.2018.8.07.0006	1ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO						
1072	0712091-31.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			

1073	0704783-38.2018.8.07.0019	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Recanto das Emas	NÃO						
1074	0714756-14.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1075	0736885-70.2018.8.07.0001	12ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1076	0714755-29.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	SIM	45967416	Sentença	Omissão	SIM	SIM	NÃO
1077	0719144-96.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			
1078	0736882-18.2018.8.07.0001	14ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1079	0714752-74.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1080	0736880-48.2018.8.07.0001	6ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1081	0710614-09.2018.8.07.0006	2ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO			Arquivado definitivamente			
1082	0714750-07.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1083	0711811-87.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1084	0704807-72.2018.8.07.0017	Vara Cível do Riacho Fundo	NÃO			Arquivado definitivamente			
1085	0710612-39.2018.8.07.0006	2ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO			Arquivado definitivamente			
1086	0712087-91.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1087	0736865-79.2018.8.07.0001	13ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1088	0719130-15.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			
1089	0711806-65.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Arquivado definitivamente			

1090	0736862-27.2018.8.07.0001	17ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1091	0736859-72.2018.8.07.0001	20ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1092	0712084-39.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1093	0710607-17.2018.8.07.0006	1ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO						
1094	0712082-69.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
1095	0712081-84.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
1096	0714745-82.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1097	0711801-43.2018.8.07.0009	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1098	0736851-95.2018.8.07.0001	9ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1099	0736850-13.2018.8.07.0001	3ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1100	0712079-17.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
1101	0736847-58.2018.8.07.0001	5ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1102	0736845-88.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1103	0711795-36.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
1104	0704806-87.2018.8.07.0017	Vara Cível do Riacho Fundo	NÃO						
1105	0712077-47.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
1106	0719123-23.2018.8.07.0007	3ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			
1107	0707171-26.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO			Arquivado definitivamente			

1108	0714741-45.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1109	0736842-36.2018.8.07.0001	8ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1110	0707170-41.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guarás	NÃO			Arquivado definitivamente			
1111	0712075-77.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
1112	0714740-60.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1113	0736839-81.2018.8.07.0001	19ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1114	0712074-92.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1115	0736835-44.2018.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1116	0736834-59.2018.8.07.0001	3ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1117	0736833-74.2018.8.07.0001	13ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1118	0736831-07.2018.8.07.0001	5ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1119	0712073-10.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	NÃO						
1120	0714738-90.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
1121	0712071-40.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
1122	0707169-56.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guarás	NÃO						
1123	0736827-67.2018.8.07.0001	24ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1124	0736826-82.2018.8.07.0001	13ª Vara Cível de Brasília	SIM	26922567	Decisão interlocutória	Erro material e omissão	SIM	SIM	NÃO

1125	0708493-14.2018.8.07.0004	2ª Vara Cível do Gama	NÃO						
1126	0704187-75.2018.8.07.0012	1ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de São Sebastião	NÃO			Arquivado definitivamente			
1127	0720093-35.2018.8.07.0003	1ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1128	0712068-85.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1129	0714736-23.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
1130	0732237-05.2018.8.07.0015	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1131	0736821-60.2018.8.07.0001	6ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1132	0732235-35.2018.8.07.0015	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1133	0736819-90.2018.8.07.0001	5ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1134	0712067-03.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1135	0714735-38.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1136	0712066-18.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
1137	0714734-53.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1138	0719109-39.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
1139	0712065-33.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	40494410	Sentença	Erro material e contradição	SIM	SIM	SIM
1140	0719108-54.2018.8.07.0007	4ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			

1141	0714732-83.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1142	0714730-16.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1143	0732230-13.2018.8.07.0015	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO						
1144	0736813-83.2018.8.07.0001	14ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1145	0704798-13.2018.8.07.0017	Vara Cível do Riacho Fundo	NÃO			Arquivado definitivamente			
1146	0711780-67.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1147	0711779-82.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
1148	0736808-61.2018.8.07.0001	15ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1149	0704186-90.2018.8.07.0012	2ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de São Sebastião	NÃO			Arquivado definitivamente			
1150	0719102-47.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			
1151	0736801-69.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Águas Claras	SIM	47593340	Sentença	Omissão	SIM	SIM	NÃO
1152	0704770-39.2018.8.07.0019	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Recanto das Emas	NÃO						
1153	0736797-32.2018.8.07.0001	18ª Vara Cível de Brasília	SIM	40975872	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
1154	0712062-78.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
1155	0707162-64.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO						
1156	0708042-83.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	SIM	30132101	Sentença	Contradição	NÃO	NÃO	

1157	0708041- 98.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1158	0736794- 77.2018.8.07.0001	20ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1159	0712060- 11.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1160	0736793- 92.2018.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília	SIM	29240239	Sentença	Contradição	SIM	SIM	SIM
1161	0707158- 27.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guarά	NÃO						
1162	0708477- 60.2018.8.07.0004	1ª Vara Cível do Gama	SIM	40565447	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
1163	0712058- 41.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1164	0704795- 58.2018.8.07.0017	Vara Cível do Riacho Fundo	NÃO						
1165	0736787- 85.2018.8.07.0001	19ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1166	0736785- 18.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1167	0708038- 46.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	NÃO			Arquivado definitivamente			
1168	0736778- 26.2018.8.07.0001	22ª Vara Cível de Brasília	SIM	50502080	Sentença	Contradição	SIM	NÃO	
1169	0719085- 11.2018.8.07.0007	4ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
1170	0711769- 38.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
1171	0707153- 05.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guarά	NÃO			Arquivado definitivamente			
1172	0736772- 19.2018.8.07.0001	17ª Vara Cível de Brasília	SIM	27986720	Decisão interlocutória	Omissão e obscuridade	SIM	NÃO	
			SIM	28497228	Decisão interlocutória	Omissão	SIM	NÃO	

1173	0714709-40.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
1174	0736771-34.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1175	0000017-83.2018.8.07.0018	Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do DF	NÃO						
1176	0714707-70.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1177	0719074-79.2018.8.07.0007	4ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
1178	0719073-94.2018.8.07.0007	2ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			
1179	0736770-49.2018.8.07.0001	3ª Vara Cível de Brasília	SIM	35254892	Sentença	Omissão e obscuridade	SIM	NÃO	
1180	0719069-57.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			
1181	0736765-27.2018.8.07.0001	23ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1182	0736762-72.2018.8.07.0001	3ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1183	0708033-24.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	NÃO			Arquivado definitivamente			
1184	0705437-52.2018.8.07.0010	1ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Santa Maria	NÃO			Arquivado definitivamente			
1185	0736758-35.2018.8.07.0001	17ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1186	0736752-28.2018.8.07.0001	25ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1187	0736750-58.2018.8.07.0001	5ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			

1188	0704783-44.2018.8.07.0017	Vara Cível do Riacho Fundo	NÃO			Arquivado definitivamente			
1189	0705435-82.2018.8.07.0010	2ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Santa Maria	NÃO			Arquivado definitivamente			
1190	0714701-63.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1191	0719062-65.2018.8.07.0007	2ª Vara Cível do Gama	NÃO			Arquivado definitivamente			
1192	0714699-93.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1193	0705430-60.2018.8.07.0010	2ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Santa Maria	NÃO						
1194	0712051-49.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1195	0707141-88.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO			Arquivado definitivamente			
1196	0714696-41.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
1197	0711759-91.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
1198	0720044-91.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
1199	0720041-39.2018.8.07.0003	1ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1200	0712050-64.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	28402886	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
1201	0736719-38.2018.8.07.0001	14ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1202	0712049-79.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1203	0710565-65.2018.8.07.0006	1ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			

1204	0720034-47.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1205	0736715-98.2018.8.07.0001	11ª Vara Cível de Brasília	SIM	38610832	Sentença	Contradição	SIM	NÃO	
1206	0712048-94.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1207	0736712-46.2018.8.07.0001	8ª Vara Cível de Brasília	SIM	41345871	Sentença	Omissão e contradição	SIM	NÃO	
1208	0720023-18.2018.8.07.0003	2ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1209	0736707-24.2018.8.07.0001	11ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1210	0736706-39.2018.8.07.0001	16ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1211	0736705-54.2018.8.07.0001	20ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1212	0736701-17.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1213	0736699-47.2018.8.07.0001	21ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1214	0736698-62.2018.8.07.0001	23ª Vara Cível de Brasília	SIM	30365187	Sentença	Erro material	SIM	NÃO	
1215	0736697-77.2018.8.07.0001	22ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1216	0711743-40.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
1217	0719036-67.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1218	0712042-87.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
1219	0719035-82.2018.8.07.0007	2ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
1220	0720007-64.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1221	0714678-20.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						

1222	0736687-33.2018.8.07.0001	18ª Vara Cível de Brasília	SIM	34489966	Decisão interlocutória	Contradição	SIM	NÃO	
			SIM	36678270	Decisão interlocutória	Omissão	SIM	NÃO	
1223	0736685-63.2018.8.07.0001	23ª Vara Cível de Brasília	SIM	33431340	Despacho	Omissão	SIM	NÃO	
			SIM	35022605	Despacho	Omissão	SIM	NÃO	
1224	0736684-78.2018.8.07.0001	3ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1226	0707136-66.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO						
1227	0712038-50.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1228	0714670-43.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1229	0704759-10.2018.8.07.0019	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Recanto das Emas	NÃO						
1230	0711731-26.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
1231	0710552-66.2018.8.07.0006	2ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO			Arquivado definitivamente			
1232	0719030-60.2018.8.07.0007	3ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
1233	0720000-72.2018.8.07.0003	2ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
1234	0719027-08.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
1235	0719997-20.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1236	0708022-92.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	NÃO						

1237	0714667-88.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1238	0736670-94.2018.8.07.0001	9ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1239	0736669-12.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1240	0712033-28.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1241	0736668-27.2018.8.07.0001	3ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1242	0707133-14.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO						
1243	0719992-95.2018.8.07.0003	1ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1244	0714664-36.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
1245	0712030-73.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1246	0719988-58.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1247	0719019-31.2018.8.07.0007	2ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
1248	0719986-88.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1249	0708009-93.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	NÃO			Arquivado definitivamente			
1250	0736649-21.2018.8.07.0001	22ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1251	0714657-44.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
1252	0710539-67.2018.8.07.0006	1ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO			Arquivado definitivamente			
1253	0736646-66.2018.8.07.0001	8ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1254	0736644-96.2018.8.07.0001	9ª Vara Cível de Brasília	SIM	32207582	Sentença	Contradição e obscuridade	SIM	NÃO	

1255	0710538-82.2018.8.07.0006	1ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO			Arquivado definitivamente			
1256	0712027-21.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1257	0736641-44.2018.8.07.0001	13ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1258	0736640-59.2018.8.07.0001	24ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1259	0710537-97.2018.8.07.0006	1ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO			Arquivado definitivamente			
1260	0736638-89.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1261	0710536-15.2018.8.07.0006	2ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO			Arquivado definitivamente			
1262	0712026-36.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1263	0714655-74.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1264	0736637-07.2018.8.07.0001	25ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1265	0736636-22.2018.8.07.0001	14ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1266	0719013-24.2018.8.07.0007	3ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			
1267	0736634-52.2018.8.07.0001	11ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1268	0712024-66.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1269	0712023-81.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1270	0712022-96.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
1271	0707130-59.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guar4	NÃO						
1272	0708003-86.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	NÃO						

1273	0705413-24.2018.8.07.0010	2ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Santa Maria	NÃO			Arquivado definitivamente			
1274	0714645-30.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1275	0736627-60.2018.8.07.0001	13ª Vara Cível de Brasília	SIM	35677808	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
1276	0719981-66.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1277	0711712-20.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1278	0732128-88.2018.8.07.0015	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO						
1279	0704764-38.2018.8.07.0017	Vara Cível do Riacho Fundo	NÃO						
1280	0711709-65.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
1281	0712017-74.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1282	0711708-80.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
1283	0736612-91.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1284	0736611-09.2018.8.07.0001	22ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1285	0714638-38.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1286	0712015-07.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	NÃO						
1287	0712014-22.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1288	0711707-95.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						

1289	0708416-05.2018.8.07.0004	2ª Vara Cível do Gama	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1290	0736604-17.2018.8.07.0001	7ª Vara Cível de Brasília	SIM	34456416	Sentença	Omissão	SIM	SIM	SIM
1291	0736601-62.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1292	0719974-74.2018.8.07.0003	2ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
1293	0714632-31.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1294	0714629-76.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1295	0710525-83.2018.8.07.0006	1ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO			Arquivado definitivamente			
1296	0711698-36.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1297	0732113-22.2018.8.07.0015	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1298	0714623-69.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1299	0705404-62.2018.8.07.0010	1ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Santa Maria	NÃO			Arquivado definitivamente			
1300	0719967-82.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1301	0732112-37.2018.8.07.0015	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO						
1302	0714622-84.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
1303	0712008-15.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	39120125	Sentença	Contradição	SIM	NÃO	
1304	0736588-63.2018.8.07.0001	19ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1305	0736587-78.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			

1306	0714618-47.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1307	0708409-13.2018.8.07.0004	2ª Vara Cível do Gama	NÃO						
1308	0736582-56.2018.8.07.0001	25ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1309	0714616-77.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1310	0714615-92.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1311	0736579-04.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Brasília	SIM	30244149	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
1312	0736578-19.2018.8.07.0001	6ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1313	0712007-30.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	36789967	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
1314	0714612-40.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1315	0711694-96.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
1316	0736575-64.2018.8.07.0001	17ª Vara Cível de Brasília	SIM	34937940	Sentença	Contradição	SIM	NÃO	
1317	0712006-45.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1318	0719950-46.2018.8.07.0003	1ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1319	0707983-95.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1320	0712005-60.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1321	0736569-57.2018.8.07.0001	19ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1322	0736566-05.2018.8.07.0001	7ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1323	0711691-44.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Arquivado definitivamente			

1324	0710515-39.2018.8.07.0006	2ª Vara Cível de Sobradinho	SIM	36997675	Decisão interlocutória	Obscuridade e omissão	SIM	NÃO	
1325	0714607-18.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1326	0736561-80.2018.8.07.0001	11ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1327	0712002-08.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	SIM	37077951	Decisão interlocutória	Omissão	SIM	SIM	NÃO
1328	0712000-38.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1329	0718982-04.2018.8.07.0007	3ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
1330	0736557-43.2018.8.07.0001	15ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1331	0736556-58.2018.8.07.0001	25ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1332	0732091-61.2018.8.07.0015	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO						
1333	0714599-41.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	SIM	41595771	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
1334	0736553-06.2018.8.07.0001	21ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1335	0714598-56.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
1336	0714596-86.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1337	0711999-53.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	NÃO						
1338	0736550-51.2018.8.07.0001	3ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1339	0736548-81.2018.8.07.0001	19ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			

1340	0714592-49.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1341	0719930-55.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1342	0707114-08.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO			Arquivado definitivamente			
1343	0714590-79.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1344	0736539-22.2018.8.07.0001	13ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1345	0714588-12.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
1346	0736533-15.2018.8.07.0001	14ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1347	0736532-30.2018.8.07.0001	13ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1348	0707975-21.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	NÃO			Arquivado definitivamente			
1349	0736530-60.2018.8.07.0001	5ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1350	0703154-53.2018.8.07.0011	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Núcleo Bandeirante	NÃO						
1351	0736529-75.2018.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1352	0711994-31.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	33281277	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
1353	0736528-90.2018.8.07.0001	16ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1354	0736527-08.2018.8.07.0001	9ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1355	0718971-72.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
1356	0736524-53.2018.8.07.0001	12ª Vara Cível de Brasília	NÃO						

1357	0736523-68.2018.8.07.0001	7ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1358	0718961-28.2018.8.07.0007	3ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
1359	0736522-83.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1360	0736520-16.2018.8.07.0001	12ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1361	0736519-31.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1362	0736516-76.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1363	0736515-91.2018.8.07.0001	3ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1364	0736513-24.2018.8.07.0001	8ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1365	0704149-63.2018.8.07.0012	1ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de São Sebastião	NÃO			Arquivado definitivamente			
1366	0707106-31.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guarará	NÃO						
1367	0736509-84.2018.8.07.0001	3ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1368	0707105-46.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guarará	NÃO						
1369	0718950-96.2018.8.07.0007	3ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			
1370	0736498-55.2018.8.07.0001	15ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1371	0718947-44.2018.8.07.0007	3ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			
1372	0736493-33.2018.8.07.0001	24ª Vara Cível de Brasília	SIM	36399999	Decisão interlocutória	Erro material	SIM	PARCIAL	NÃO

1373	0719894-13.2018.8.07.0003	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1374	0719893-28.2018.8.07.0003	2ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
1375	0736491-63.2018.8.07.0001	11ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1376	0736487-26.2018.8.07.0001	20ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1377	0711987-39.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1378	0736486-41.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1379	0736484-71.2018.8.07.0001	5ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1380	0736483-86.2018.8.07.0001	Vara Cível do Guarás	NÃO						
1381	0711985-69.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1382	0736481-19.2018.8.07.0001	9ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1383	0736480-34.2018.8.07.0001	14ª Vara Cível de Brasília	SIM	28008149	Decisão interlocutória	Omissão	SIM	NÃO	
			SIM	31799996	Sentença	Omissão	SIM	SIM	SIM
1384	0703254-35.2018.8.07.0002	1ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Brazlândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1385	0714579-50.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
1386	0736479-49.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1387	0707100-24.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guarás	NÃO						
1388	0707099-39.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guarás	NÃO			Arquivado definitivamente			

1389	0711670-68.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1390	0705001-02.2018.8.07.0008	Vara Cível do Paranoá	NÃO						
1391	0718922-31.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	SIM	40742430	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
1392	0703150-16.2018.8.07.0011	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Núcleo Bandeirante	NÃO						
1393	0711984-84.2018.8.07.0018	Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1394	0736474-27.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1395	0714571-73.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1396	0714569-06.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
1397	0718919-76.2018.8.07.0007	2ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1398	0719887-21.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1399	0707968-29.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	NÃO						
1400	0718918-91.2018.8.07.0007	4ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
1401	0705000-17.2018.8.07.0008	Vara Cível do Paranoá	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1402	0711982-17.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1403	0711981-32.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						

1404	0736462-13.2018.8.07.0001	12ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1405	0711666-31.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
1406	0736461-28.2018.8.07.0001	12ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1407	0711979-62.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1408	0736458-73.2018.8.07.0001	20ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1409	0718913-69.2018.8.07.0007	4ª Vara Cível de Taguatinga	SIM	38955090	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
1410	0718912-84.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Redistribuído por razão de incompetência			
1411	0711976-10.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1412	0736452-66.2018.8.07.0001	19ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1413	0711975-25.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1414	0736450-96.2018.8.07.0001	18ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Redistribuído por razão de incompetência			
1415	0736449-14.2018.8.07.0001	15ª Vara Cível de Brasília	SIM	33794308	Sentença	Omissão e contradição	SIM	NÃO	
1416	0707090-77.2018.8.07.0014	19ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1417	0736447-44.2018.8.07.0001	3ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1418	0703251-80.2018.8.07.0002	2º Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Brazlândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1419	0736445-74.2018.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1420	0711971-85.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	28417543	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	

1421	0711970-03.2018.8.07.0018	3ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
1422	0714555-22.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1423	0711969-18.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	49720375	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
1424	0736441-37.2018.8.07.0001	23ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1425	0736440-52.2018.8.07.0001	21ª Vara Cível de Brasília	SIM	41842617	Decisão interlocutória	Omissão	SIM	NÃO	
1426	0710477-27.2018.8.07.0006	2ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO			Arquivado definitivamente			
1427	0711966-63.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	NÃO						
1428	0736436-15.2018.8.07.0001	7ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1429	0736435-30.2018.8.07.0001	9ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1430	0714549-15.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1431	0714547-45.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1432	0711964-93.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
1433	0711963-11.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	NÃO						
1434	0711649-92.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
1435	0714546-60.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
1436	0714543-08.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			

1437	0711962-26.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1438	0719872-52.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1439	0714542-23.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1440	0736432-75.2018.8.07.0001	7ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1441	0714538-83.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1442	0736430-08.2018.8.07.0001	7ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1443	0710469-50.2018.8.07.0006	2ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO			Arquivado definitivamente			
1444	0714537-98.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1445	0703249-13.2018.8.07.0002	1ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Brazlândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1446	0719865-60.2018.8.07.0003	1ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1447	0736421-46.2018.8.07.0001	3ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1448	0714531-91.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1449	0736416-24.2018.8.07.0001	21ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1450	0718871-20.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			
1451	0718869-50.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			
1452	0711953-64.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
1453	0708375-38.2018.8.07.0004	1ª Vara Cível do Gama	NÃO			Arquivado definitivamente			

1454	0714522-32.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1455	0714521-47.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1456	0719836-10.2018.8.07.0003	1ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1457	0756257-57.2018.8.07.0016	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
1458	0718860-88.2018.8.07.0007	3ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
1459	0711631-71.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
1460	0736400-70.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1461	0719826-63.2018.8.07.0003	2ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
1462	0756244-58.2018.8.07.0016	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1463	0736393-78.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1464	0707074-26.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guar4	NÃO			Arquivado definitivamente			
1465	0703246-58.2018.8.07.0002	1ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Brazlândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1466	0736391-11.2018.8.07.0001	18ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1467	0718853-96.2018.8.07.0007	2ª Vara Cível de Taguatinga	SIM	41981950	Sentença	Omissão	SIM	SIM	NÃO
1468	0719822-26.2018.8.07.0003	2ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1469	0719820-56.2018.8.07.0003	1ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1470	0714507-63.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			

1471	0704727-11.2018.8.07.0017	Vara Cível do Riacho Fundo	NÃO						
1472	0704121-95.2018.8.07.0012	1ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de São Sebastião	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1473	0705376-94.2018.8.07.0010	1ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Santa Maria	NÃO						
1474	0714506-78.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
1475	0711948-42.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
1476	0711947-57.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	32151382	Sentença	Obscuridade e contradição	SIM	NÃO	
1477	0736384-19.2018.8.07.0001	19ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1478	0736382-49.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1479	0736381-64.2018.8.07.0001	7ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1480	0704119-28.2018.8.07.0012	2ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de São Sebastião	NÃO			Arquivado definitivamente			
1481	0736380-79.2018.8.07.0001	3ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1482	0736379-94.2018.8.07.0001	3ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1483	0718843-52.2018.8.07.0007	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
1484	0736377-27.2018.8.07.0001	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
1485	0714502-41.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			

1486	0714501-56.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	SIM	27322272	Sentença	Omissão e obscuridade	SIM	NÃO	
1487	0711940-65.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	SIM	39327190	Decisão interlocutória	Contradição	SIM	NÃO	
1488	0711619-57.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
1489	0736369-50.2018.8.07.0001	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	NÃO						
1490	0736365-13.2018.8.07.0001	9ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1491	0719808-42.2018.8.07.0003	1ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1492	0711937-13.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
1493	0711936-28.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1494	0718835-75.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			
1495	0736358-21.2018.8.07.0001	14ª Vara Cível de Brasília	SIM	27293114	Sentença	Omissão	SIM	SIM	NÃO
1496	0714496-34.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1497	0736356-51.2018.8.07.0001	16ª Vara Cível de Brasília	SIM	27281099	Decisão interlocutória	Omissão	SIM	NÃO	
1498	0711934-58.2018.8.07.0018	3ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1499	0711932-88.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1500	0714492-94.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1501	0711931-06.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			

1502	0711930-21.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Cancelada a distribuição			
1503	0711927-66.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	NÃO						
1504	0708351-10.2018.8.07.0004	2ª Vara Cível do Gama	NÃO						
1505	0718828-83.2018.8.07.0007	3ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			
1506	0718827-98.2018.8.07.0007	3ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			
1507	0714485-05.2018.8.07.0020	4ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
1508	0714484-20.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1509	0711612-65.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	SIM	42971949	Sentença	Contradição	SIM	NÃO	
1510	0714483-35.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
1511	0711924-14.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1512	0704725-41.2018.8.07.0017	Vara Cível do Riacho Fundo	NÃO						
1513	0714481-65.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1514	0736343-52.2018.8.07.0001	11ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1515	0711923-29.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1516	0736341-82.2018.8.07.0001	9ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1517	0705360-43.2018.8.07.0010	1ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Santa Maria	NÃO			Arquivado definitivamente			

1518	0711922-44.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1519	0736340-97.2018.8.07.0001	13ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1520	0711921-59.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1521	0711920-74.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	31696902	Sentença	Obscuridade e omissão	SIM	NÃO	
1522	0719802-35.2018.8.07.0003	2ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1523	0711919-89.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1524	0707063-94.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO						
1525	0711918-07.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1526	0736338-30.2018.8.07.0001	15ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1527	0711917-22.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1528	0704977-71.2018.8.07.0008	Vara Cível do Paranoá	NÃO						
1529	0710441-82.2018.8.07.0006	2ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO			Arquivado definitivamente			
1530	0711916-37.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1531	0736335-75.2018.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília	SIM	27890597	Decisão interlocutória	Obscuridade	SIM	NÃO	
1532	0711915-52.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1533	0711913-82.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	32256999	Sentença	Obscuridade	SIM	NÃO	
1534	0736329-68.2018.8.07.0001	24ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			

1535	0704975-04.2018.8.07.0008	Vara Cível do Paranoá	NÃO						
1536	0736328-83.2018.8.07.0001	23ª Vara Cível de Brasília	SIM	31697762	Sentença	Omissão	DESISTÊNCIA	DESISTÊNCIA	
1537	0736327-98.2018.8.07.0001	20ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1538	0711607-43.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
1539	0704719-28.2018.8.07.0019	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Recanto das Emas	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1540	0711605-73.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
1541	0736326-16.2018.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1542	0711604-88.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1543	0708345-03.2018.8.07.0004	2ª Vara Cível do Gama	NÃO						
1544	0736324-46.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			
1545	0736323-61.2018.8.07.0001	17ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1546	0704973-34.2018.8.07.0008	Vara Cível do Paranoá	NÃO			Arquivado definitivamente			
1547	0736322-76.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1548	0707053-50.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO						
1549	0731866-41.2018.8.07.0015	Vara de Ações Previdenciárias do DF	SIM	49378809	Sentença	Contradição e omissão	SIM	NÃO	
1550	0704720-19.2018.8.07.0017	Vara Cível do Riacho Fundo	NÃO						
1551	0714468-66.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			

1552	0711909-45.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1553	0711908-60.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1554	0736317-54.2018.8.07.0001	19ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1555	0711906-90.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
1556	0736312-32.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1557	0707052-65.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO						
1558	0718810-62.2018.8.07.0007	4ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1559	0736305-40.2018.8.07.0001	25ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1560	0736303-70.2018.8.07.0001	21ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1561	0708340-78.2018.8.07.0004	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO						
1562	0711900-83.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	NÃO						
1563	0711898-16.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1564	0736301-03.2018.8.07.0001	12ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1565	0718806-25.2018.8.07.0007	2ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1566	0736299-33.2018.8.07.0001	14ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1567	0704716-73.2018.8.07.0019	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1568	0736298-48.2018.8.07.0001	25ª Vara Cível de Brasília	SIM	44732296	Sentença	Erro material	SIM	NÃO	

1569	0711895-61.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1570	0711894-76.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1571	0711893-91.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
1572	0711596-14.2018.8.07.0009	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO						
1573	0714455-67.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1574	0711891-24.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	35077650	Sentença	Contradição, obscuridade e omissão	SIM	NÃO	
1575	0711887-84.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	SIM	32492948	Decisão interlocutória	Omissão	SIM	SIM	NÃO
1576	0736289-86.2018.8.07.0001	6ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1577	0711885-17.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1578	0714453-97.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1579	0707939-76.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	NÃO			Arquivado definitivamente			
1580	0736285-49.2018.8.07.0001	18ª Vara Cível de Brasília	SIM	32406261	Sentença	Omissão e contradição	SIM	NÃO	
			SIM	32699727	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
1581	0711882-62.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1582	0703232-74.2018.8.07.0002	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO						
1583	0711588-37.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1584	0711881-77.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
1585	0714448-75.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	SIM	35714960	Sentença	Omissão	SIM	PARCIAL	SIM

1586	0711879-10.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1587	0719754-76.2018.8.07.0003	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO						
1588	0736275-05.2018.8.07.0001	5ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1589	0711876-55.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1590	0711875-70.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1591	0718791-56.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
1592	0731851-72.2018.8.07.0015	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1593	0718789-86.2018.8.07.0007	Vara de Ações Previdenciárias do DF	SIM	27951965	Decisão interlocutória	Omissão e contradição	SIM	NÃO	
1594	0718788-04.2018.8.07.0007	2ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
1595	0711583-15.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
1596	0755874-79.2018.8.07.0016	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1597	0736261-21.2018.8.07.0001	11ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1598	0711574-53.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
1599	0736258-66.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1600	0736257-81.2018.8.07.0001	9ª Vara Cível de Brasília	SIM	29939378	Sentença	Contradição	SIM	NÃO	
1601	0708322-57.2018.8.07.0004	1ª Vara Cível do Gama	NÃO						
1602	0708320-87.2018.8.07.0004	1ª Vara Cível do Gama	NÃO						

1603	0711865-26.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
1604	0736252-59.2018.8.07.0001	17ª Vara Cível de Brasília	SIM	26961146	Decisão interlocutória	Omissão	SIM	NÃO	
1605	0736251-74.2018.8.07.0001	6ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1606	0736250-89.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1607	0708317-35.2018.8.07.0004	2ª Vara Cível do Gama	NÃO			Arquivado definitivamente			
1608	0711556-32.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1609	0736247-37.2018.8.07.0001	18ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1610	0704711-57.2018.8.07.0017	Vara Cível do Riacho Fundo	NÃO						
1611	0719730-48.2018.8.07.0003	2ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
1612	0714427-02.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
1613	0736245-67.2018.8.07.0001	16ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1614	0714426-17.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	SIM	47715299	Sentença	Obscuridade e contradição	SIM	NÃO	
1615	0704960-35.2018.8.07.0008	Vara Cível do Paranoá	NÃO			Arquivado definitivamente			
1616	0711861-86.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1617	0731829-14.2018.8.07.0015	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO						
1618	0711859-19.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1619	0714421-92.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1620			SIM	30643652	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	

	0711857-49.2018.8.07.0018	3ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	30951869	Sentença	Omissão	SIM	PARCIAL	SIM
1621	0704957-80.2018.8.07.0008	Vara Cível do Paranoá	NÃO						
1622	0736236-08.2018.8.07.0001	6ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1623	0710406-25.2018.8.07.0006	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1624	0736234-38.2018.8.07.0001	3ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1625	0736233-53.2018.8.07.0001	23ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1626	0719721-86.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1627	0736231-83.2018.8.07.0001	16ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1628	0736227-46.2018.8.07.0001	9ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1629	0711854-94.2018.8.07.0018	Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do DF	NÃO						
1630	0703123-33.2018.8.07.0011	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Núcleo Bandeirante	NÃO			Arquivado definitivamente			
1631	0707922-40.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	NÃO			Arquivado definitivamente			
1632	0707921-55.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	NÃO			Arquivado definitivamente			
1633	0711852-27.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
1634	0704706-29.2018.8.07.0019	Vara Cível, de Família e de Órfãos	NÃO			Arquivado definitivamente			

		e Sucessões do Recanto das Emas							
1635	0736222-24.2018.8.07.0001	17ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1636	0711546-85.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
1637	0736219-69.2018.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1638	0719708-87.2018.8.07.0003	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
1639	0703122-48.2018.8.07.0011	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Núcleo Bandeirante	NÃO						
1640	0719706-20.2018.8.07.0003	1ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1641	0736218-84.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1642	0714417-55.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1643	0736215-32.2018.8.07.0001	16ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1644	0736214-47.2018.8.07.0001	8ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1645	0711845-35.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1646	0718743-97.2018.8.07.0007	4ª Vara Cível de Taguatinga	SIM	45222266	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
1647	0718742-15.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			
1648	0736212-77.2018.8.07.0001	22ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1649	0719694-06.2018.8.07.0003	1ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			

1650	0711841-95.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1651	0755790-78.2018.8.07.0016	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
1652	0710400-18.2018.8.07.0006	2ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO			Arquivado definitivamente			
1653	0707919-85.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	SIM	29003653	Sentença	Obscuridade	SIM	NÃO	
1654	0736209-25.2018.8.07.0001	11ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1655	0736208-40.2018.8.07.0001	13ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1656	0736207-55.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1657	0736206-70.2018.8.07.0001	22ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1658	0736205-85.2018.8.07.0001	11ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1659	0704952-58.2018.8.07.0008	Vara Cível do Paranoá	NÃO						
1660	0711839-28.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
1661	0704707-20.2018.8.07.0017	CEJUSC-RFU	NÃO						
1662	0711838-43.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1663	0736199-78.2018.8.07.0001	23ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1664	0736198-93.2018.8.07.0001	12ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1665	0736196-26.2018.8.07.0001	25ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1666	0711837-58.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			

1667	0736195-41.2018.8.07.0001	25ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1668	0736194-56.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1669	0714412-33.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1670	0736191-04.2018.8.07.0001	19ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1671	0736190-19.2018.8.07.0001	13ª Vara Cível de Brasília	SIM	40100924	Decisão interlocutória	Obscuridade	SIM	NÃO	
			SIM	42126549	Decisão interlocutória	Omissão	SIM	NÃO	
1672	0711536-41.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
1673	0736188-49.2018.8.07.0001	17ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1674	0736187-64.2018.8.07.0001	6ª Vara Cível de Brasília	SIM	41736342	Sentença	Omissão	SIM	SIM	SIM
			SIM	41873696	Sentença	Erro material e omissão	SIM	SIM	SIM
1675	0711834-06.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	33509001	Sentença	Contradição	SIM	SIM	SIM
1676	0736182-42.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1677	0711531-19.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1678	0736181-57.2018.8.07.0001	14ª Vara Cível de Brasília	SIM	28510815	Decisão interlocutória	Erro material	SIM	SIM	NÃO
1679	0704704-65.2018.8.07.0017	Vara Cível do Riacho Fundo	NÃO						
1680	0711831-51.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	41975355	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
1681	0719684-59.2018.8.07.0003	2ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			

1682	0719683-74.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
1683	0736175-50.2018.8.07.0001	14ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1684	0718731-83.2018.8.07.0007	4ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			
1685	0719681-07.2018.8.07.0003	2ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
1686	0736173-80.2018.8.07.0001	24ª Vara Cível de Brasília	SIM	41808348	Sentença	Erro material	SIM	SIM	SIM
1687	0736171-13.2018.8.07.0001	14ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1688	0707027-52.2018.8.07.0014	23ª Vara Cível de Brasília	SIM	42990333	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
1689	0736170-28.2018.8.07.0001	7ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1690	0711520-87.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1691	0736166-88.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1692	0736165-06.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado provisoriamente			
1693	0711825-44.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	29934226	Sentença	Contradição	SIM	NÃO	
			SIM	44202087	Sentença	Omissão	SIM	SIM	SIM
1694	0711824-59.2018.8.07.0018	Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do DF	NÃO						
1695	0707020-60.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO			Arquivado definitivamente			
1696	0736154-74.2018.8.07.0001	20ª Vara Cível de Brasília	SIM	47580371	Sentença	Omissão	SIM	PARCIAL	SIM
1697	0711823-74.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	NÃO						

1698	0711821-07.2018.8.07.0018	Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do DF	NÃO						
1699	0736152-07.2018.8.07.0001	12ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1700	0736151-22.2018.8.07.0001	18ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1701	0711819-37.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
1702	0711818-52.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	49747832	Sentença	Obscuridade	SIM	NÃO	
1703	0736145-15.2018.8.07.0001	17ª Vara Cível de Brasília	SIM	30845973	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
1704	0736144-30.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	SIM	32587689	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
1705	0736143-45.2018.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1706	0736137-38.2018.8.07.0001	6ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1707	0711510-43.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1708	0719659-46.2018.8.07.0003	1ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
1709	0719657-76.2018.8.07.0003	1ª Vara Cível de Ceilândia	SIM	27599949	Decisão interlocutória	Omissão	SIM	NÃO	
1710	0707008-46.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO						
1711	0736134-83.2018.8.07.0001	23ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1712	0736132-16.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1713	0711811-60.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	34064342	Sentença	Contradição	SIM	NÃO	

1714	0736129-61.2018.8.07.0001	6ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1715	0711808-08.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1716	0736125-24.2018.8.07.0001	19ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1717	0711502-66.2018.8.07.0009	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	33464847	Sentença	Contradição	SIM	SIM	NÃO
			SIM	34962480	Sentença	Contradição	SIM	SIM	NÃO
1718	0708294-89.2018.8.07.0004	2ª Vara Cível do Gama	SIM	29751603	Decisão interlocutória	Omissão	SIM	SIM	NÃO
1719	0711805-53.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1720	0711802-98.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	36093117	Sentença	Omissão e contradição	SIM	NÃO	
1721	0714382-95.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
1722	0708293-07.2018.8.07.0004	1ª Vara Cível do Gama	NÃO						
1723	0711801-16.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1724	0714381-13.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
1725	0711500-96.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
1726	0719642-10.2018.8.07.0003	2ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
1727	0711798-61.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
1728	0736116-62.2018.8.07.0001	18ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1729	0711797-76.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1730	0736115-77.2018.8.07.0001	12ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			

1731	0706999-84.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guar4	N4O						
1732	0710373-35.2018.8.07.0006	2ª Vara Cível de Sobradinho	SIM	35173660	Decisão interlocutória	Contradição	SIM	PARCIAL	N4O
1733	0736110-55.2018.8.07.0001	7ª Vara Cível de Brasília	N4O						
1734	0736107-03.2018.8.07.0001	22ª Vara Cível de Brasília	N4O			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1735	0714375-06.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	N4O			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1736	0714374-21.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	N4O						
1737	0711792-54.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	N4O			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1738	0711789-02.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	N4O			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1739	0711788-17.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	33386272	Sentença	Omissão	SIM	SIM	N4O
1740	0711787-32.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	N4O			Arquivado provisoriamente			
1741	0714373-36.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	N4O						
1742	0710365-58.2018.8.07.0006	1ª Vara Cível de Sobradinho	N4O			Arquivado definitivamente			
1743	0711783-92.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	N4O			Arquivado definitivamente			
1744	0736087-12.2018.8.07.0001	24ª Vara Cível de Brasília	N4O			Arquivado definitivamente			
1745	0711782-10.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	N4O						
1746	0736085-42.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Brasília	N4O						
1747	0711781-25.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	N4O			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			

1748	0736083-72.2018.8.07.0001	22ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1749	0736082-87.2018.8.07.0001	24ª Vara Cível de Brasília	SIM	32193291	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
1750	0736081-05.2018.8.07.0001	16ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1751	0736080-20.2018.8.07.0001	13ª Vara Cível de Brasília	SIM	33040087	Decisão interlocutória	Obscuridade	SIM	SIM	NÃO
1752	0711779-55.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1753	0711777-85.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	48577369	Decisão interlocutória	Omissão	SIM	SIM	NÃO
1754	0711775-18.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1755	0707890-35.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1756	0707889-50.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	SIM	41669120	Sentença	Contradição	SIM	NÃO	
1757	0710358-66.2018.8.07.0006	1ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO						
1758	0718692-86.2018.8.07.0007	2ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
1759	0718690-19.2018.8.07.0007	4ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
1760	0736069-88.2018.8.07.0001	23ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1761	0736067-21.2018.8.07.0001	13ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1762	0707885-13.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	NÃO						
1763	0711774-33.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1764	0736066-36.2018.8.07.0001	15ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			

1765	0704690-75.2018.8.07.0019	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Recanto das Emas	NÃO						
1766	0711773-48.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
1767	0710353-44.2018.8.07.0006	2ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO						
1768	0719620-49.2018.8.07.0003	1ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1769	0711772-63.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	26876801	Decisão interlocutória	Omissão e erro material	PERDA DO OBJETO	PERDA DO OBJETO	
1770	0707884-28.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	NÃO			Arquivado definitivamente			
1771	0736061-14.2018.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília	SIM	35098579	Sentença	Omissão	SIM	SIM	SIM
1772	0711771-78.2018.8.07.0018	3ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1773	0736060-29.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1774	0736059-44.2018.8.07.0001	12ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1775	0714357-82.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1776	0755428-76.2018.8.07.0016	1ª Vara Cível do Gama	NÃO						
1777	0705312-84.2018.8.07.0010	1ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Santa Maria	NÃO						
1778	0736053-37.2018.8.07.0001	8ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1779	0714355-15.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			

1780	0736052-52.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1781	0736051-67.2018.8.07.0001	12ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1782	0714353-45.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1783	0736050-82.2018.8.07.0001	16ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1784	0736049-97.2018.8.07.0001	25ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1785	0711769-11.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	50800877	Sentença	Contradição e obscuridade	NÃO	NÃO	
1786	0719618-79.2018.8.07.0003	1ª Vara Cível de Ceilândia	SIM	38658245	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
1787	0708281-90.2018.8.07.0004	1ª Vara Cível do Gama	SIM	34065898	Decisão interlocutória	Omissão	PERDA DO OBJETO	PERDA DO OBJETO	
1788	0708280-08.2018.8.07.0004	1ª Vara Cível do Gama	NÃO						
1789	0736046-45.2018.8.07.0001	14ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1790	0731719-15.2018.8.07.0015	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1791	0711765-71.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
1792	0714346-53.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1793	0714343-98.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	SIM	45221446	Sentença	Obscuridade, omissão e contradição	SIM	NÃO	
1794	0714342-16.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1795	0711762-19.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	SIM	50476257	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
1796	0711761-34.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			

1797	0708273-16.2018.8.07.0004	1ª Vara Cível do Gama	NÃO						
1798	0736039-53.2018.8.07.0001	17ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1799	0711760-49.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1800	0736038-68.2018.8.07.0001	23ª Vara Cível de Brasília	SIM	32612825	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
1801	0704913-61.2018.8.07.0008	Vara Cível do Paranoá	NÃO						
1802	0736035-16.2018.8.07.0001	11ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1803	0704909-24.2018.8.07.0008	Vara Cível do Paranoá	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1804	0755318-77.2018.8.07.0016	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	NÃO						
1805	0736032-61.2018.8.07.0001	24ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1806	0708267-09.2018.8.07.0004	2ª Vara Cível do Gama	NÃO						
1807	0710348-22.2018.8.07.0006	1ª Vara Cível de Sobradinho	SIM	45838953	Sentença	Obscuridade	SIM	SIM	NÃO
1808	0719600-58.2018.8.07.0003	2ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
1809	0736021-32.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Brasília	SIM	37772983	Decisão interlocutória	Omissão	SIM	SIM	NÃO
1810	0711470-61.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
1811	0711468-91.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
1812	0703109-49.2018.8.07.0011	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Núcleo Bandeirante	NÃO						

1813	0731683-70.2018.8.07.0015	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO						
1814	0736017-92.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1815	0736016-10.2018.8.07.0001	6ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1816	0736013-55.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1817	0719585-89.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1818	0714321-40.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
1819	0706969-49.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO						
1820	0736007-48.2018.8.07.0001	22ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1821	0704680-31.2018.8.07.0019	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Recanto das Emas	NÃO						
1822	0711748-35.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1823	0711747-50.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1824	0711746-65.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1825	0718653-89.2018.8.07.0007	2ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			
1826	0736000-56.2018.8.07.0001	19ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1827	0719572-90.2018.8.07.0003	1ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
1828	0704888-48.2018.8.07.0008	Vara Cível do Paranoá	NÃO						
1829	0703106-94.2018.8.07.0011	Vara Cível, de Família e de Órfãos	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			

		e Sucessões do Núcleo Bandeirante							
1830	0735994-49.2018.8.07.0001	24ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1831	0711745-80.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
1832	0735993-64.2018.8.07.0001	23ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1833	0704887-63.2018.8.07.0008	Vara Cível do Paranoá	NÃO						
1834	0735992-79.2018.8.07.0001	8ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1835	0735990-12.2018.8.07.0001	5ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1836	0704056-03.2018.8.07.0012	2ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de São Sebastião	NÃO			Arquivado definitivamente			
1837	0711744-95.2018.8.07.0018	Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do DF	SIM	44102527	Sentença	Omissão e obscuridade	SIM	NÃO	
1838	0708254-10.2018.8.07.0004	2ª Vara Cível do Gama	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1839	0704054-33.2018.8.07.0012	1ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de São Sebastião	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1840	0718647-82.2018.8.07.0007	3ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
1841	0735984-05.2018.8.07.0001	21ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1842	0735983-20.2018.8.07.0001	6ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			

1843	0718646-97.2018.8.07.0007	3ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
1844	0704885-93.2018.8.07.0008	Vara Cível do Paranoá	NÃO						
1845	0704884-11.2018.8.07.0008	Vara Cível do Paranoá	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1846	0735980-65.2018.8.07.0001	18ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1847	0718638-23.2018.8.07.0007	4ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			
1848	0711742-28.2018.8.07.0018	3ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1849	0705291-11.2018.8.07.0010	2ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Santa Maria	SIM	32807371	Sentença	Contradição e obscuridade	SIM	PARCIAL	NÃO
1850	0708251-55.2018.8.07.0004	2ª Vara Cível do Gama	NÃO						
1851	0735974-58.2018.8.07.0001	23ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1852	0711447-18.2018.8.07.0009	24ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1853	0704051-78.2018.8.07.0012	2ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de São Sebastião	NÃO			Arquivado definitivamente			
1854	0704883-26.2018.8.07.0008	Vara Cível do Paranoá	NÃO			Arquivado definitivamente			
1855	0735970-21.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1856	0735969-36.2018.8.07.0001	13ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1857	0704049-11.2018.8.07.0012	1ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de São Sebastião	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			

1858	0718630-46.2018.8.07.0007	3ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
1859	0735965-96.2018.8.07.0001	12ª Vara Cível de Brasília	SIM	44121103	Sentença	Omissão e contradição	SIM	NÃO	
1860	0704047-41.2018.8.07.0012	2ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de São Sebastião	NÃO			Arquivado definitivamente			
1861	0735963-29.2018.8.07.0001	6ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1862	0704881-56.2018.8.07.0008	Vara Cível do Paranoá	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1863	0710326-61.2018.8.07.0006	1ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO			Arquivado definitivamente			
1864	0711738-88.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1865	0704044-86.2018.8.07.0012	1ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de São Sebastião	NÃO			Arquivado definitivamente			
1866	0704879-86.2018.8.07.0008	Vara Cível do Paranoá	NÃO			Arquivado definitivamente			
1867	0704043-04.2018.8.07.0012	2ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de São Sebastião	NÃO			Arquivado definitivamente			
1868	0718627-91.2018.8.07.0007	4ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1869	0719551-17.2018.8.07.0003	2ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1870	0711735-36.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
1871	0711734-51.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	30146037	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
1872	0706961-72.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO						

1873	0711733-66.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1874	0711732-81.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	SIM	31109387	Sentença	Contradição	SIM	NÃO	
1875	0735953-82.2018.8.07.0001	8ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1876	0719545-10.2018.8.07.0003	1ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
1877	0710322-24.2018.8.07.0006	2ª Vara Cível de Sobradinho	SIM	43223586	Sentença	Omissão, contradição e obscuridade	SIM	NÃO	
1878	0735947-75.2018.8.07.0001	21ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1879	0711729-29.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
1880	0711728-44.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	27379948	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
1881	0704672-60.2018.8.07.0017	Vara Cível do Riacho Fundo	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1882	0706959-05.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO						
1883	0711440-26.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
1884	0714297-12.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1885	0714296-27.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
1886	0735939-98.2018.8.07.0001	25ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1887	0735932-09.2018.8.07.0001	3ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1888	0719539-03.2018.8.07.0003	2ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1889	0735931-24.2018.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			

1890	0711727-59.2018.8.07.0018	3ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
1891	0711438-56.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1892	0704670-90.2018.8.07.0017	Vara Cível do Riacho Fundo	NÃO			Arquivado definitivamente			
1893	0714290-20.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
1894	0704675-09.2018.8.07.0019	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Recanto das Emas	NÃO						
1895	0711437-71.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO						
1896	0735925-17.2018.8.07.0001	16ª Vara Cível de Brasília	SIM	37663178	Sentença	Omissão e contradição	SIM	NÃO	
1897	0711725-89.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1898	0704876-34.2018.8.07.0008	Vara Cível do Paranoá	NÃO						
1899	0714288-50.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
1900	0735922-62.2018.8.07.0001	14ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1901	0718605-33.2018.8.07.0007	3ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			
1902	0714287-65.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1903	0735920-92.2018.8.07.0001	8ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1904	0735917-40.2018.8.07.0001	12ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1905	0735915-70.2018.8.07.0001	11ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1906	0704875-49.2018.8.07.0008	Vara Cível do Paranoá	NÃO						

1907	0735914-85.2018.8.07.0001	22ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1908	0735909-63.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1909	0710308-40.2018.8.07.0006	2ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO						
1910	0735905-26.2018.8.07.0001	16ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1911	0711435-04.2018.8.07.0009	2ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1912	0735901-86.2018.8.07.0001	13ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1913	0735898-34.2018.8.07.0001	12ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1914	0704874-64.2018.8.07.0008	Vara Cível do Paranoá	SIM	29131639	Decisão interlocutória	Omissão	SIM	PARCIAL	NÃO
1915	0714285-95.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1916	0711724-07.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1917	0718597-56.2018.8.07.0007	2ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			
1918	0735888-87.2018.8.07.0001	7ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1919	0735887-05.2018.8.07.0001	13ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1920	0735886-20.2018.8.07.0001	11ª Vara Cível de Brasília	SIM	32667237	Decisão interlocutória	Omissão	SIM	SIM	NÃO
1921	0714282-43.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
1922	0710302-33.2018.8.07.0006	2ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO			Arquivado definitivamente			
1923	0735884-50.2018.8.07.0001	21ª Vara Cível de Brasília	SIM	38600545	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	

1924	0706947-88.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO						
1925	0719528-71.2018.8.07.0003	1ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Redistribuído por declinação de competência			
1926	0718591-49.2018.8.07.0007	3ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
1927	0706946-06.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO						
1928	0735882-80.2018.8.07.0001	11ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1929	0735881-95.2018.8.07.0001	20ª Vara Cível de Brasília	SIM	33254385	Sentença	Omissão e contradição	SIM	NÃO	
1930	0707835-84.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	SIM	41784301	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
1931	0714276-36.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1932	0735880-13.2018.8.07.0001	18ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1933	0708236-86.2018.8.07.0004	2ª Vara Cível do Gama	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1934	0707831-47.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	NÃO			Arquivado definitivamente			
1935	0735878-43.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1936	0735873-21.2018.8.07.0001	15ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1937	0735872-36.2018.8.07.0001	16ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1938	0718577-65.2018.8.07.0007	2ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
1939	0735864-59.2018.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1940	0704662-16.2018.8.07.0017	Vara Cível do Riacho Fundo	NÃO						
1941	0735859-37.2018.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília	NÃO						

1942	0735853-30.2018.8.07.0001	25ª Vara Cível de Brasília	SIM	26829965	Decisão interlocutória	Obscuridade	SIM	NÃO	
			SIM	49880025	Sentença	Contradição	SIM	NÃO	
1943	0735852-45.2018.8.07.0001	20ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1944	0711716-30.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	SIM	30278831	Decisão interlocutória	Contradição e erro material	SIM	SIM	NÃO
			SIM	35358716	Certidão	Omissão *Certidão de intempestividade da constatação	SIM	NÃO	
1945	0711715-45.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1946	0735850-75.2018.8.07.0001	25ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1947	0710291-04.2018.8.07.0006	1ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1948	0735839-46.2018.8.07.0001	9ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1949	0719513-05.2018.8.07.0003	1ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1950	0731564-12.2018.8.07.0015	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1951	0735833-39.2018.8.07.0001	5ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1952	0714258-15.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1953	0735831-69.2018.8.07.0001	7ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1954	0711713-75.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
1955	0710284-12.2018.8.07.0006	1ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO			Arquivado definitivamente			

1956	0735830-84.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1957	0718560-29.2018.8.07.0007	3ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
1958	0704658-76.2018.8.07.0017	Vara Cível do Riacho Fundo	NÃO			Arquivado definitivamente			
1959	0711711-08.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
1960	0707818-48.2018.8.07.0005	8ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1961	0719496-66.2018.8.07.0003	1ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1962	0714254-75.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	SIM	38542712	Sentença	Erro material, contradição, omissão e obscuridade	SIM	PARCIAL	SIM
1963	0710278-05.2018.8.07.0006	2ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO			Arquivado definitivamente			
1964	0735825-62.2018.8.07.0001	9ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1965	0735824-77.2018.8.07.0001	22ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1966	0711710-23.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1967	0711412-58.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1968	0735822-10.2018.8.07.0001	13ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1969	0711708-53.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1970	0735820-40.2018.8.07.0001	23ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1971	0711705-98.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1972	0704033-57.2018.8.07.0012	2ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de São Sebastião	NÃO			Arquivado definitivamente			

1973	0711704-16.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1974	0735811-78.2018.8.07.0001	19ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1975	0719486-22.2018.8.07.0003	2ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
1976	0710272-95.2018.8.07.0006	1ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO			Arquivado definitivamente			
1977	0718554-22.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			
1978	0711703-31.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
1979	0735805-71.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1980	0711701-61.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1981	0714247-83.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
1982	0708223-87.2018.8.07.0004	2ª Vara Cível do Gama	NÃO			Arquivado definitivamente			
1983	0719483-67.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
1984	0735796-12.2018.8.07.0001	24ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1985	0735795-27.2018.8.07.0001	20ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1986	0711698-09.2018.8.07.0018	3ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
1987	0704652-69.2018.8.07.0017	Vara Cível do Riacho Fundo	NÃO			Arquivado definitivamente			
1988	0754817-26.2018.8.07.0016	19ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
1989	0708220-35.2018.8.07.0004	1ª Vara Cível do Gama	NÃO						
1990	0718549-97.2018.8.07.0007	3ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						

1991	0711693-84.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	NÃO						
1992	0707804-64.2018.8.07.0005	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
1993	0719482-82.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
1994	0708216-95.2018.8.07.0004	1ª Vara Cível do Gama	NÃO			Arquivado definitivamente			
1995	0708215-13.2018.8.07.0004	2ª Vara Cível do Gama	NÃO						
1996	0735779-73.2018.8.07.0001	7ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1997	0735778-88.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
1998	0735777-06.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
1999	0735776-21.2018.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília	SIM	33779052	Sentença	Contradição	SIM	NÃO	
2000	0708212-58.2018.8.07.0004	2ª Vara Cível do Gama	NÃO			Arquivado definitivamente			
2001	0708211-73.2018.8.07.0004	2ª Vara Cível do Gama	NÃO			Arquivado definitivamente			
2002	0703082-66.2018.8.07.0011	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Núcleo Bandeirante	NÃO			Arquivado definitivamente			
2003	0714239-09.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
2004	0711691-17.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
2005	0711690-32.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
2006	0711688-62.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			

2007	0735767-59.2018.8.07.0001	3ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
2008	0735761-52.2018.8.07.0001	21ª Vara Cível de Brasília	SIM	30946123	Sentença	Contradição e omissão	SIM	NÃO	
2009	0735759-82.2018.8.07.0001	5ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
2010	0714233-02.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
2011	0714231-32.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
2012	0714229-62.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
2013	0735756-30.2018.8.07.0001	11ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
2014	0735755-45.2018.8.07.0001	19ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
2015	0714228-77.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
2016	0718537-83.2018.8.07.0007	4ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
2017	0711684-25.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
2018	0735753-75.2018.8.07.0001	11ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
2019	0711683-40.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	33780527	Decisão interlocutória	Omissão	SIM	NÃO	
2020	0711682-55.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	NÃO						
2021	0735752-90.2018.8.07.0001	7ª Vara Cível de Brasília	SIM	28116957	Decisão interlocutória	Omissão	SIM	NÃO	
2022	0708209-06.2018.8.07.0004	1ª Vara Cível do Gama	NÃO						

2023	0714226-10.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
2024	0708208-21.2018.8.07.0004	2ª Vara Cível do Gama	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
2025	0735742-46.2018.8.07.0001	17ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
2026	0714223-55.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
2027	0735740-76.2018.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
2028	0008039-84.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
2029	0711679-03.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
2030	0735732-02.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
2031	0719466-31.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
2032	0714215-78.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
2033	0711678-18.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	36412803	Sentença	Contradição	SIM	SIM	NÃO
2034	0714214-93.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
2035	0735728-62.2018.8.07.0001	21ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
2036	0714211-41.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
2037	0711677-33.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
2038	0735721-70.2018.8.07.0001	13ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
2039	0711396-07.2018.8.07.0009	1ª Vara Cível de Samambaia	NÃO			Arquivado definitivamente			
2040	0718514-40.2018.8.07.0007	2ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			

2041	0711674-78.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
2042	0714205-34.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
2043	0711673-93.2018.8.07.0018	Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do DF	NÃO						
2044	0708197-89.2018.8.07.0004	2ª Vara Cível do Gama	SIM	45424118	Sentença	Erro material	SIM	SIM	NÃO
2045	0714202-79.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
2046	0718510-03.2018.8.07.0007	2ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			
2047	0711672-11.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
2048	0710244-30.2018.8.07.0006	1ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO						
2049	0711669-56.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	48620105	Sentença	Omissão e erro material	SIM	PARCIAL	SIM
2050	0711668-71.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
2051	0731456-80.2018.8.07.0015	Vara de Ações Previdenciárias do DF	NÃO			Redistribuído por declinação de competência			
2052	0714200-12.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
2053	0711667-86.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
2054	0714199-27.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
2055	0735703-49.2018.8.07.0001	9ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
2056	0708195-22.2018.8.07.0004	2ª Vara Cível do Gama	NÃO			Arquivado definitivamente			

2057	0735699-12.2018.8.07.0001	8ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
2058	0735698-27.2018.8.07.0001	13ª Vara Cível de Brasília	SIM	41809258	Decisão interlocutória	Obscuridade	SIM	NÃO	
2059	0735697-42.2018.8.07.0001	8ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
2060	0710241-75.2018.8.07.0006	2ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO						
2061	0711665-19.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
2062	0719434-26.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
2063	0704651-78.2018.8.07.0019	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Recanto das Emas	NÃO						
2064	0711663-49.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	NÃO						
2065	0711662-64.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	29240020	Sentença	Contradição	SIM	NÃO	
2066	0711661-79.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
2067	0704836-52.2018.8.07.0008	Vara Cível do Paranoá	SIM	34433985	Sentença	Omissão	SIM	PARCIAL	NÃO
2068	0718487-57.2018.8.07.0007	4ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
2069	0714182-88.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
2070	0735686-13.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
2071	0704020-58.2018.8.07.0012	1ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de São Sebastião	NÃO			Arquivado definitivamente			

2072	0719415-20.2018.8.07.0003	2ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
2073	0708187-45.2018.8.07.0004	1ª Vara Cível do Gama	SIM	48057323	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
2074	0735684-43.2018.8.07.0001	25ª Vara Cível de Brasília	SIM	32664613	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
2075	0735683-58.2018.8.07.0001	14ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
2076	0719407-43.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
2077	0735680-06.2018.8.07.0001	9ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
2078	0718471-06.2018.8.07.0007	2ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
2079	0719401-36.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
2080	0719398-81.2018.8.07.0003	2ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
2081	0718469-36.2018.8.07.0007	3ª Vara Cível de Taguatinga	SIM	49650727	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
2082	0711652-20.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
2083	0718465-96.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			
2084	0711651-35.2018.8.07.0018	Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do DF	SIM	44394094	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
2085	0735670-59.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
2086	0735668-89.2018.8.07.0001	19ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
2087	0735667-07.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			

2088	0710232-16.2018.8.07.0006	1ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO			Arquivado definitivamente			
2089	0711646-13.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
2090	0711645-28.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
2091	0711644-43.2018.8.07.0018	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	SIM	27425108	Sentença	Obscuridade e contradição	SIM	NÃO	
2092	0711643-58.2018.8.07.0018	3ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
2093	0711642-73.2018.8.07.0018	3ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
2094	0707765-67.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	NÃO						
2095	0718453-82.2018.8.07.0007	3ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
2096	0704645-71.2018.8.07.0019	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Recanto das Emas	NÃO						
2097	0703070-52.2018.8.07.0011	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Núcleo Bandeirante	NÃO						
2098	0711641-88.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	33924166	Sentença	Omissão e contradição	SIM	NÃO	
2099	0703067-97.2018.8.07.0011	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Núcleo Bandeirante	SIM	37494460	Decisão interlocutória	Contradição e omissão	SIM	NÃO	
2100	0711639-21.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
2101	0735643-76.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			

2102	0735642-91.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
2103	0711637-51.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
2104	0711635-81.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
2105	0710222-69.2018.8.07.0006	2ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO			Arquivado definitivamente			
2106	0711634-96.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
2107	0735639-39.2018.8.07.0001	7ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
2108	0735637-69.2018.8.07.0001	6ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
2109	0703064-45.2018.8.07.0011	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Núcleo Bandeirante	SIM	45928077	Decisão interlocutória	Omissão	SIM	NÃO	
2110	0710220-02.2018.8.07.0006	2ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO			Arquivado definitivamente			
2111	0718447-75.2018.8.07.0007	4ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			
2112	0714167-22.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
2113	0719374-53.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
2114	0735632-47.2018.8.07.0001	15ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
2115	0714165-52.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
2116	0711633-14.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
2117	0714164-67.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
2118	0718444-23.2018.8.07.0007	3ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						

2119	0711632-29.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
2120	0735629-92.2018.8.07.0001	16ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
2121	0735628-10.2018.8.07.0001	16ª Vara Cível de Brasília	SIM	32837989	Sentença	Contradição e omissão	SIM	PARCIAL	NÃO
2122	0735624-70.2018.8.07.0001	17ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
2123	0735623-85.2018.8.07.0001	3ª Vara Cível de Brasília	SIM	31228900	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
2124	0735622-03.2018.8.07.0001	23ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
2125	0706863-87.2018.8.07.0014	8ª Vara Cível de Brasília	SIM	32417220	Sentença	Omissão	SIM	SIM	NÃO
2126	0711631-44.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
2127	0719370-16.2018.8.07.0003	1ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
2128	0735619-48.2018.8.07.0001	7ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
2129	0735618-63.2018.8.07.0001	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
2130	0714162-97.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
2131	0711630-59.2018.8.07.0018	3ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
2132	0711629-74.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
2133	0735615-11.2018.8.07.0001	17ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
2134	0735610-86.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
2135	0735609-04.2018.8.07.0001	16ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
2136	0735608-19.2018.8.07.0001	19ª Vara Cível de Brasília	NÃO						

2137	0008019-93.2018.8.07.0001	24ª Vara Cível de Brasília	SIM	37491709	Decisão interlocutória	Omissão	SIM	NÃO	
2138	0735606-49.2018.8.07.0001	12ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
2139	0718437-31.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			
2140	0705238-30.2018.8.07.0010	1ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Santa Maria	SIM	36361377	Sentença	Obscuridade	SIM	NÃO	
2141	0735604-79.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
2142	0711627-07.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	SIM	35817356	Sentença	Contradição e omissão	SIM	NÃO	
2143	0719362-39.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
2144	0735603-94.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
2145	0711626-22.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
2146	0718430-39.2018.8.07.0007	3ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			
2147	0718426-02.2018.8.07.0007	3ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			
2148	0719359-84.2018.8.07.0003	3º Juizado Especial Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
2149	0711625-37.2018.8.07.0018	6ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
2150	0719355-47.2018.8.07.0003	1ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO						
2151	0706858-65.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	NÃO						
2152	0708176-16.2018.8.07.0004	2ª Vara Cível do Gama	NÃO			Arquivado definitivamente			

2153	0711624-52.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
2154	0735586-58.2018.8.07.0001	18ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
2155	0704639-64.2018.8.07.0019	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Recanto das Emas	NÃO						
2156	0711622-82.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
2157	0735583-06.2018.8.07.0001	24ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
2158	0718417-40.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	SIM	36039441	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
2159	0735580-51.2018.8.07.0001	13ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
2160	0735577-96.2018.8.07.0001	16ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
2161	0735576-14.2018.8.07.0001	9ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
2162	0735575-29.2018.8.07.0001	22ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
2163	0710201-93.2018.8.07.0006	1ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO			Arquivado definitivamente			
2164	0735572-74.2018.8.07.0001	14ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
2165	0735570-07.2018.8.07.0001	17ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
2166	0735569-22.2018.8.07.0001	24ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
2167	0706853-43.2018.8.07.0014	Vara Cível do Guará	SIM	29794015	Sentença	Omissão	SIM	NÃO	
2168	0711620-15.2018.8.07.0018	7ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Arquivado definitivamente			
2169	0718410-48.2018.8.07.0007	2ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			

2170	0735567-52.2018.8.07.0001	17ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
2171	0735566-67.2018.8.07.0001	5ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
2172	0735565-82.2018.8.07.0001	24ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
2173	0735563-15.2018.8.07.0001	10ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
2174	0703058-38.2018.8.07.0011	Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Núcleo Bandeirante	NÃO						
2175	0714133-47.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
2176	0711613-23.2018.8.07.0018	6ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
2177	0735557-08.2018.8.07.0001	16ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
2178	0735554-53.2018.8.07.0001	8ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
2179	0735553-68.2018.8.07.0001	5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do DF	SIM	26510363	Decisão interlocutória	Omissão	SIM	NÃO	
2180	0704813-09.2018.8.07.0008	Vara Cível do Paranoá	NÃO			Arquivado definitivamente			
2181	0711609-83.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
2182	0718389-72.2018.8.07.0007	2ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO			Arquivado definitivamente			
2183	0719318-20.2018.8.07.0003	3ª Vara Cível de Ceilândia	NÃO			Arquivado definitivamente			
2184	0711608-98.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
2185	0711607-16.2018.8.07.0018	2ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			

2186	0718386-20.2018.8.07.0007	1ª Vara Cível de Taguatinga	NÃO						
2187	0735547-61.2018.8.07.0001	19ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
2188	0707734-47.2018.8.07.0005	Vara Cível de Planaltina	NÃO			Arquivado definitivamente			
2189	0711604-61.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
2190	0735545-91.2018.8.07.0001	2ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
2191	0735544-09.2018.8.07.0001	7ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Redistribuído para justiça federal			
2192	0735542-39.2018.8.07.0001	12ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
2193	0711602-91.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
2194	0714126-55.2018.8.07.0020	1ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO			Arquivado definitivamente			
2195	0711601-09.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
2196	0711598-54.2018.8.07.0018	4ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
2197	0735540-69.2018.8.07.0001	24ª Vara Cível de Brasília	NÃO						
2198	0711596-84.2018.8.07.0018	1ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
2199	0708155-40.2018.8.07.0004	1ª Vara Cível do Gama	NÃO			Arquivado definitivamente			
2200	0735537-17.2018.8.07.0001	6ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Arquivado definitivamente			
2201	0735535-47.2018.8.07.0001	11ª Vara Cível de Brasília	NÃO			Remetido ao 2º grau em grau de recurso (apelação)			
2202	0714123-03.2018.8.07.0020	2ª Vara Cível de Águas Claras	NÃO						
2203	0735532-92.2018.8.07.0001	1ª Vara Cível de Brasília	NÃO						

2204	0711595-02.2018.8.07.0018	8ª Vara da Fazenda Pública do DF	NÃO						
2205	0710188-94.2018.8.07.0006	2ª Vara Cível de Sobradinho	NÃO			Arquivado definitivamente			

